



## ATA N.º 1/2013

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE FEVEREIRO, COM CONTINUAÇÃO NO DIA 01 DE MARÇO DE 2013.**

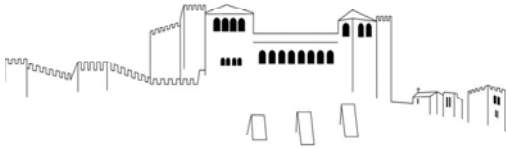
Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, no Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltou o senhor deputado Amílcar Henriques Gaspar.

Foram substituídos os seguintes deputados:

António Sequeira, substituído por António Fernandes, que também falta e foi substituído por Mário da Conceição Canário; José Manuel Silva, substituído por Maria Célia Gordo; Teófilo dos Santos substituído por João Curado e Silva; Carlos Poço, substituído por Maria de Fátima Sismeiro; Maria Clara Monteiro, substituída por Carlos Joaquim Domingues Duarte; Vitorino Vieira Pereira, substituído por José Peixoto Henriques; Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias, Artur Rogério de Jesus Santos, substituído por Adriano Emídio dos Santos da Costa, secretário da mesma Junta; Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança, substituída por Pompeu Armando Cainço, tesoureiro da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, Maria Isabel Afonso Pereira Santos, substituída por João Quinta Marques, tesoureiro da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Memória, José Rodrigues, substituído por Lídia Pedrosa, tesoureira da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, Joaquim Pinheiro Lains Oliveira, substituído por Armando Oliveira Reis, secretário da mesma Junta de Freguesia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Lino Dias Pereira, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, José Manuel Seabra Benzinho da Silva, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, António

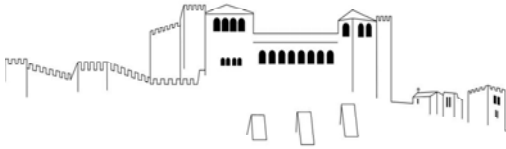


Carlos Batista Martinho Gomes, Carlos Manuel Frazão Vitorino e Gastão de Oliveira Neves.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos senhores deputados José da Silva Alves e Maria Manuela Santos, respetivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.25 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 2. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2013** – Apreciação, discussão e votação;
- 3. II MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA** - Apreciação, discussão e votação;
- 4. EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE €1.630.011,00, NOS TERMOS DO RATEIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO ABRIGO DO PREVISTO NO N.º 2 E N.º 7 DO ARTIGO 66.º DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012. ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS** - Apreciação, discussão e votação;
- 5. EDUCAÇÃO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO** - Apreciação, discussão e votação;
- 6. PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE LEIRISPORT – DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA, E.M.** - Apreciação, discussão e votação;
- 7. RETIFICAÇÃO DA REVISÃO PARCIAL DO CONTRATO-PROGRAMA OUTORGADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A LEIRISPORT, RELATIVO AOS CUSTOS FINANCEIROS ASSOCIADOS AO FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL PARA 2013** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA EFEITOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO, TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º, 2.º E 3.º GRAU, RESPETIVAMENTE** - Apreciação, discussão e votação;



- 9. REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA (RAAML) – ALTERAÇÃO** - Apreciação, discussão e votação;
- 10. PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE – SUSPENSÃO DA COBRANÇA DE TAXAS** - Apreciação, discussão e votação;
- 11. PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 548/11 – FMEL – FABRICO DE MOLDES PARA EMBALAGEM E LITOGRAFIA UNIPessoal, LDA.** - Apreciação e votação;
- 12. PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO COM A CIDADE FRANCESA DE QUINT-FONSEGRIVES – AUTORIZAÇÃO** - Apreciação, discussão e votação;
- 13. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL** - Apreciação, discussão e votação;
- 14. Apreciação da proposta de Lei N.º 104/XII – NOVO REGIME JURÍDICO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ESTATUTO DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E EVENTUAL TOMADA DE DECISÃO. AGENDAMENTO SOLICITADO PELO BLOCO DE ESQUERDA.**
- 15. CONCELHO DE LEIRIA – POLÍTICA DESPORTIVA, ESTRUTURAÇÃO, APOIOS E EQUIPAMENTOS. AGENDAMENTO SOLICITADO PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.**
- 16. PLANO DE PORMENOR DO ARRABALDE DA PONTE** – Apreciação, discussão e votação.
- 17. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ).** Designação de quatro cidadãos eleitores para o biénio 2013/2015.



### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

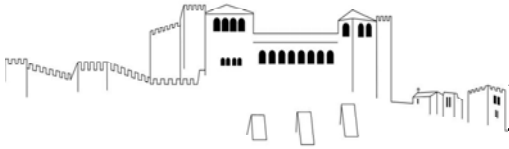
Boa noite.

Vamos dar início à nossa sessão.

Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presentes na sessão.

É sempre com gosto que comprovamos a presença do público nesta sala.

Começo por enunciar as substituições da sessão de hoje:



António Sequeira, substituído por António Fernandes, que justificou também a falta e é substituído por Mário da Conceição Canário; José Manuel Silva, substituído por Maria Célia Gordo; Teófilo dos Santos substituído por João Curado e Silva; Carlos Poço, substituído por Maria de Fátima Sismeiro; Maria Clara Monteiro, substituída por Carlos Joaquim Domingues Duarte; Vitorino Vieira Pereira, substituído por José Peixoto Henriques; Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias, Artur Rogério de Jesus Santos, substituído por Adriano Emídio dos Santos da Costa, secretário da mesma Junta; Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança, substituída por Pompeu Armando Cainço, tesoureiro da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, Maria Isabel Afonso Pereira Santos, substituída por João Quinta Marques, tesoureiro da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Memória, José Rodrigues, substituído por Lídia Pedrosa, tesoureira da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, Joaquim Pinheiro Lains Oliveira, substituído por Armando Oliveira Reis, secretário da mesma Junta de Freguesia.

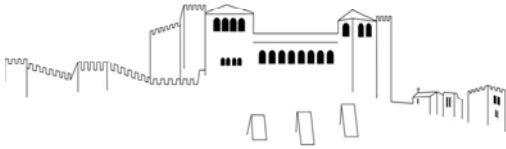
Permitam-me ainda duas ou três notas.

Antes de mais quero pedir desculpa pelo facto de esta sessão ocorrer a uma quinta-feira e não à sexta-feira, como é costume. A responsabilidade é repartida (em partes iguais) pela estrutura do calendário e por mim próprio. Pela estrutura do calendário porque fevereiro só tem 28 dias - é complicado -, a sessão teria que realizar-se em fevereiro e o último dia do mês é uma quinta-feira; por mim próprio porque me poderão responder que então deveria ter-se realizado na sexta-feira passada. Acontece que na sexta-feira passada encontrava-me fora, em serviço oficial, e optei por convocar a sessão para esta quinta-feira.

Significa que, como todos temos amanhã um dia de trabalho, se esta sessão quando chegar a 1.00 hora da manhã estiver longe do seu termo (se estiver perto acabamos) interrompe-se e continua amanhã, à mesma hora. Fica já claro que a continuação da sessão é no dia imediato.

Espero que consigamos, no dia de hoje, levar a sessão *a bom porto*.

Foi presente um aditamento ao edital, com o ponto dezasseis, o "PLANO DE PORMENOR DO ARRABALDE DA PONTE". Foi-me enviado fora de prazo. Pareceu-me que não era uma situação complexa mas se algum membro da Assembleia impugnar a inserção deste ponto na ordem de trabalhos, farei imediatamente a



votação e só com uma maioria inequívoca é que o ponto será apreciado. Se ninguém suscitar esse problema, o ponto será apreciado no tempo certo.

Não há ninguém que se oponha? Não.

O ponto dezasseis está aceite consensualmente e será apreciado no tempo próprio. Ainda uma informação a transmitir sobre os boletins itinerários, no que respeita a deslocações e ajudas de custo. A partir do início deste ano, aplicam-se sobre esta matéria as regras contidas na Lei do Orçamento do Estado, nomeadamente no artigo 41.º, que procedeu à alteração do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 106/98, de 24 de abril, a saber:

*"Só há direito ao abono de ajudas de custo nas deslocações diárias que se realizem para além de 20 km do domicílio necessário e nas deslocações por dias sucessivos que se realizem para além de 50 km do mesmo domicílio. (...)".* Ficam os membros desta Assembleia a saber que a distância a considerar agora são 20 kms.

Acrescento ainda que há um ponto, além deste ponto dezasseis, que deveremos – oportunamente – considerar, que tem a ver com o mandato da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco. É preciso eleger novos cidadãos eleitores pela Assembleia para o mandato subsequente. É-nos pedida uma resposta até treze de março e quando chegarmos ao final da sessão – ou hoje ou amanhã -, se ninguém se opuser (e penso que se trata de uma questão pacífica) procederemos à eleição, conforme solicitado.

Para que durante a sessão pensem no assunto, quem nos representava até agora eram os cidadãos eleitores Laura Esperança, Sílvia Lopes, Vitorino Vieira Pereira e Maria Clara Monteiro.

Antes das alterações à ordem de trabalhos – que serão abordadas depois – coloco à votação as atas n.ºs 5 e 6 de 2012.

Em primeiro lugar, a ata n.º 5/2012, que foi distribuída. Trata-se da ata da sessão extraordinária de 03 de dezembro.

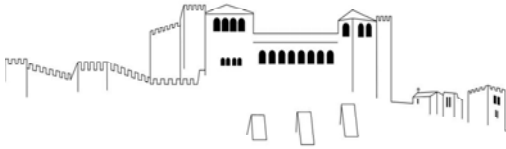
Alguém tem alguma intervenção sobre este documento?

Agradeço que se inscreva agora.

Não vejo nenhuma inscrição.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



**A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por maioria, com uma abstenção, aprovar a ata da sessão extraordinária de três de dezembro de 2012.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Ata n.º 6/2012, relativa à sessão ordinária de 15 de dezembro de 2012.

Alguém pretende inscrever-se? Não.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por maioria, com quatro abstenções, aprovar a ata da sessão ordinária de quinze de dezembro de 2012.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Ainda antes do período antes da ordem do dia.

Há algumas propostas de alteração à ordem de trabalhos.

Conversei com os líderes dos grupos que estavam presentes na sala (salvo erro, eram os mesmos que se encontram neste momento), houve alterações consensuais e uma que não o foi.

Vou enumerar as alterações consensuais porque me parece que – sendo consensuais – não vão suscitar objeções

Em relação à que não o foi, darei a palavra aos proponentes, no sentido de a apresentarem.

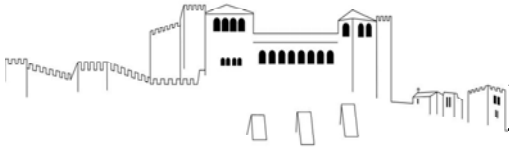
Ficou consensualizado que o ponto n.º 6 e o ponto n.º 7 – respeitam à Leirisport – passem para imediatamente a seguir ao ponto n.º 1. Fiel a um princípio que tenho adotado nesta Assembleia, continuarei a chamar-lhes ponto n.º 6 e ponto n.º 7, respetivamente, mas serão apreciados a seguir ao ponto n.º 1;

Teremos depois o ponto n.º 2 e o ponto n.º 3, que têm (de resto) a ver com o mesmo assunto e resultam dos dois pontos anteriormente mencionados;

Os pontos restantes da ordem de trabalhos serão apreciados na ordem como se nos apresenta.

O PSD tem mais uma alteração a propor. Como não foi obtido consenso, dou a palavra ao Partido para a apresentar e depois submeterei à apreciação da Assembleia.

Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.



## **DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)**

Senhor Presidente e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, elementos do público, cidadãos de Leiria, representantes da comunicação social.

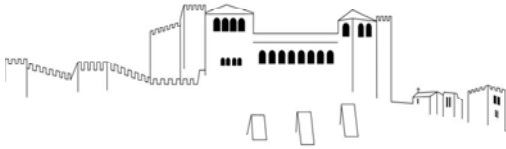
A todos, cumprimentos.

Tínhamos, para além de ter sugerido exatamente as mesmas alterações que o senhor Presidente acabou de apresentar como tendo obtido consenso, ainda uma outra alteração: a transferência do ponto n.º 15 – um ponto sobre a política desportiva do Município, que pedimos para ser agendado para esta sessão antes de termos conhecimento da ordem de trabalhos que depois nos viria a ser apresentada pelo senhor Presidente – para logo a seguir à discussão do ponto da dissolução da Leirisport e outros pontos que lhe estejam relacionados. Naturalmente que concordamos que os pontos n.ºs 2 e 3 sejam discutidos imediatamente a seguir ao ponto n.º 6, que passa a n.º 2, como foi explicado.

Isto porque o ponto da política desportiva tem muito que ver – naturalmente – com a Leirisport. Não é apenas Leirisport. Entendemos dar-lhe uma discussão mais abrangente do que isso mas, como sabem, a Leirisport tem estado no centro da discussão da política desportiva no nosso Município. Tentámos obter consenso, o que infelizmente não foi conseguido. Mesmo assim, entendemos que o devemos apresentar aos elementos da Assembleia para que o considerassem como tal.

Não podemos, contudo, deixar de dizer - esta questão não seria levantada se tivéssemos obtido consenso – que estranhámos a ordem de agendamento, na medida em que (acabámos de o verificar) outros pontos agendados por outras bancadas em reuniões anteriores foram sempre colocados em posições mais convenientes, tendo em conta aquilo que sabemos da duração das sessões (e do cansaço que muitas vezes se nos apodera) para altas horas da madrugada, o que seria o caso hoje e eventualmente até amanhã, com esta colocação de um ponto que consideramos fundamental, no centro da discussão política e que está relegado para uma posição para além dos protocolos e outros pontos que normalmente não trazem muita discussão e que são aceites, na maior parte das vezes, por unanimidade.

É por isso que pedimos a todos os senhores deputados e presidentes das juntas de freguesia – não os referi no início mas considero-os deputados e é assim que



funcionam aqui – que considerem este nosso pedido de alteração como sendo pertinente e relevante.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Esta é a proposta apresentada pelo PSD.

Se ninguém manifestar o desejo de se manifestar em relação a ela, colocá-la-ei a votação. Não vejo nenhuma inscrição.

Se bem depreendo, o ponto n.º 6 e o ponto n.º 7 apareceriam a seguir ao ponto n.º 1; depois o ponto n.º 2 e o ponto n.º 3 e depois apareceria o ponto n.º 15.

É assim?

Sendo assim, teríamos a ordem de trabalhos da seguinte forma: Ponto n.º 1, n.º 6, n.º 7, n.º 2, n.º 3, n.º 15, n.º 4 e depois os restantes.

Esta é a proposta do PSD.

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com oito abstenções, vinte e quatro votos contra e vinte e cinco votos a favor, aprovar a proposta de alteração da ordem de trabalhos apresentada pelo senhor deputado Manuel Antunes, em nome da bancada do PSD.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Assim sendo, o ponto n.º 15 figurará após o ponto n.º 3.

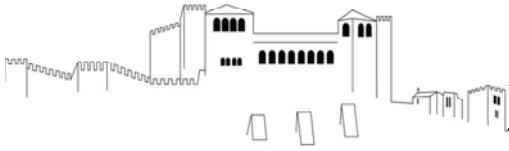
Relembro o que disse há pouco. Não quero com isto coagir ninguém a usar da palavra menos tempo, entendam o que estou a dizer. Não terão que o ouvir muito mais, mas tenho feito esta pedagogia muitas vezes. É que às vezes podemos dizer em menos tempo um conjunto de coisas, e ficam ditas com a mesma veemência.

Em todo o caso, fica ao vosso cuidado.

Entramos no período de antes da ordem do dia.

Enquanto organizo as inscrições, respeitando a necessidade de intercalar membros dos diversos grupos, darei a palavra ao senhor deputado Pedro Faria.





**DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)**

A todos muito boa noite.

Pedro Faria, PSD.

As intempéries que se abateram sobre a região provocaram graves danos no concelho, sobretudo nas freguesias mais a norte.

Mais uma vez, um cumprimento muito especial para os elementos das juntas de freguesia que – de motosserra em punho – ajudaram a desobstruir estradas e caminhos, entre muitos outros apoios às suas populações.

A este propósito, gostaria de questionar a Câmara sobre o ponto de situação da iluminação do castelo, que se encontra completamente às escuras desde então. Imagino que a reparação possa ser cara e quanto mais demorar mais a Câmara vai poupando em eletricidade. Porém, o castelo iluminado é um ex-libris de Leiria, pelo que o tempo entretanto decorrido começa a parecer excessivo.

Verifica-se também que há inúmeras árvores caídas no rio Lis que urge retirar, pela perigosidade que representam na eventualidade de chuvas mais intensas, frequentes nesta época do ano.

A comunicação social refere ainda que mais de um mês depois do temporal que varreu a região, ainda há muitas ruas sem o fornecimento do serviço de iluminação pública. Será o caso de ruas na Praia do Pedrógão e em muitas outras freguesias.

Sendo certo que os estragos foram muito extensos, começa a não ser aceitável a delonga nestas reparações.

Pedia, assim, à Câmara que nos elucidasse sobre o andamento destas situações.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado José Peixoto.

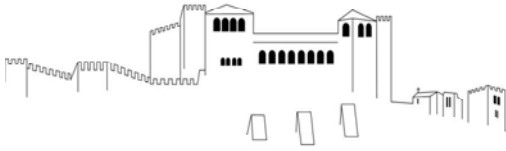
**DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)**

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todas e a todos.

As cidades são ruas, avenidas, vielas, becos, casas, jardins, são isso tudo (é verdade), mas são muito mais do que isso. São principalmente alma, vida, história, cultura.

Enfim, as cidades são as pessoas que nelas habitam! E vivem por e para essas gentes.

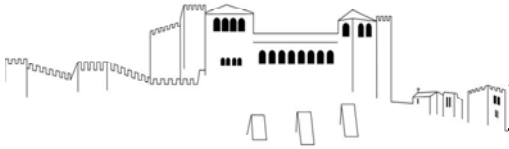


Uma casa desabitada é um lugar sem alma, sem sentido, principalmente numa altura em que há tanta gente sem casa. Depois de uma péssima opção - que sempre denunciámos - duma corrida suicidária para a construção desenfreada, quando finalmente se abriam os olhos e vontades e muitos dos que desdenhavam apontam como única solução para a revitalização das cidades - principalmente dos seus centros históricos -, a reabilitação do edificado, esbarramos nesta crise que, com ombros suficientemente largos, serve de justificação a todos os cortes, cessação de apoios e outras arbitrariedades contra os cidadãos!

Quando finalmente se vem falar no incentivo à política de arrendamento, esbarra-se na vontade cega de um Governo que existe e subsiste negando às pessoas - sobretudo aos mais idosos e com menos posses - a possibilidade de manterem uma habitação condigna, sem temerem uma ação de despejo que os empurre de onde sempre viveram, muitos em condições já de si bastante abaixo da dignidade exigida a um ser humano, fruto desta lei das rendas que tanta polémica tem causado exatamente por não ter em conta aqueles para quem foi criada: as pessoas, os cidadãos.

É nesta altura, em que rapidamente esta legislatura corre para o seu ocaso, vislumbrando-se já as novas eleições - com novos candidatos - que farão centenas de velhas promessas (nunca cumpridas), chamamos a atenção de todos sobre o trabalho que aqui é feito e que poucos cidadãos conhecem, fruto tanto da fraca informação que sobre ele é produzida como do próprio alheamento popular, efeito da desconfiança com que são encarados todos os agentes políticos - os pecadores e os justos - avaliados por uma bitola que advém desse desconhecimento e que leva a generalizações abstratas, como se aqui dentro não houvesse confronto de ideias e tivéssemos todos como único objetivo banquetearmo-nos à custa do erário público. Todos nós assumimos perante aqueles que nos elegeram um compromisso, o de tudo fazermos para que eles, e nós também, cidadãos de corpo inteiro deste concelho, possamos encarar o futuro de uma forma mais saudável, mais digna e com mais perspetivas.

Fará pois algum sentido a privatização da água, sabendo que isso - a breve prazo -, como tem acontecido aonde foi adotado, se traduzirá em aumentos efetivos de custos para as famílias sem que a isso corresponda uma melhoria do serviço? Fará sentido uma política de reestruturação de empresas que mais não é do que lançar no



desemprego homens e mulheres, sobretudo jovens que são o alicerce do futuro que dizemos querer melhorar?

Fará algum sentido gastar-se inúmeras verbas em despoluição de rios e ribeiros quando não se ataca de frente as causas que estão na origem desse ataque à saúde pública e que constantemente têm sido denunciadas e comprovadas?

Faz algum sentido falar-se em política cultural e reduzirem-se as verbas destinadas à cultura todos os anos, deixando-a dependente da criatividade e boa vontade de alguns? Abro aqui um parêntesis para daqui felicitar a associação Célula e Membrana - ou coletivo a9)))) -, que comemorou cinco anos e é uma saudável demonstração dessa criatividade e boa vontade.

Respondendo a uma pergunta sobre o que mudou em Leiria desde o seu aparecimento, um dos a9)))) respondeu: *"Não sei, parece que nada. Sinto que está tudo na mesma. Minto. Mostrámos que é possível haver mais do que uma coisa (aka evento) por dia a acontecer, e que há público interessado. Há uma coisa que mudou, mas que ainda não entendi. Ainda não consegui entender quais os critérios para a atribuição de espaços a associações por parte da Câmara Municipal de Leiria, ainda não consegui entender o regulamento para atribuição de apoios ou, como vem escrito, auxílio a associações."*

Nós confessamos que também não!

Finalmente, notícias sobre melhoramentos nas infraestruturas rodoviárias do concelho (não sabemos quais e aonde), mas é boa notícia.

Benditas eleições!

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

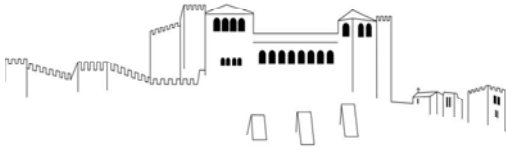
Senhor deputado Pompeu Cainço, por favor.

#### **DEPUTADO POMPEU ARMANDO CAINÇO (TESOUREIRO DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA)**

Pompeu Cainço, substituto legal da presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, as senhoras e os senhores membros da Assembleia Municipal de Leiria e todos os presentes.

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria. Ainda sobre a reorganização administrativa do território, chegou-nos ao conhecimento – concretamente por via eletrónica – uma carta dirigida à atual Secretária de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa (a doutora Ana Rita Barosa),



datada de sete de fevereiro do corrente ano e cujo conteúdo foi dado a conhecer pela mesma via, no dia seguinte, a todas as juntas de freguesia do concelho. A carta está assinada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, o senhor vereador Gonçalo Lopes.

Gostaria de lhe dizer – senhor Presidente – que acho lamentável o envio de uma carta para a senhora Secretária de Estado, com aquele teor. Entre outras coisas, queria (desde já) pedir-lhe que retirasse o nome da Junta de Freguesia de Leiria, porquanto não estamos de acordo quanto a dizerem – e já depois de a lei ser aprovada em 28 de janeiro do corrente ano – que no mês seguinte (em sete de fevereiro), o Vice-Presidente da Câmara – em representação da nossa Autarquia – e cito: *“Face ao exposto, a Câmara Municipal de Leiria manifesta-se contra a promulgação da supra mencionada lei, reafirmando a sua disponibilidade para prestar o apoio jurídico necessário às freguesias, na defesa dos interesses sociais e constitucionais dos leirienses.”*

Como é possível alguém – em seu nome e da Câmara Municipal de Leiria – apelar ao melhor acolhimento de um Secretário de Estado para que evite a promulgação de uma lei?

Peço-lhe também que se informe quanto ao que existe sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei, para que se não gaste dinheiro e meios em procedimentos que não terão eficácia.

Peço-lhe ainda que trate deste assunto com o maior cuidado, bem como aos que o substituem, para não caírem no ridículo, como foi agora o caso.

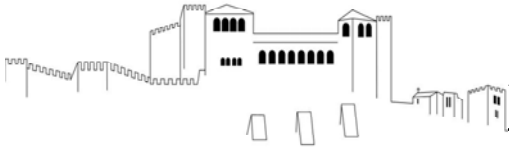
Senhor Presidente, porque não nos revemos nem estamos de acordo, quero também dar-lhe conhecimento de que a Junta de Freguesia de Leiria preparou também uma carta para enviar à senhora Secretária de Estado, com essa indicação.

Disse.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhora deputada Odete João.



## **DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Odete João, Partido Socialista.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores deputados, senhores vereadores, senhores presidentes de junta.

Venho falar-vos dos agrupamentos de escolas.

Fomos recentemente confrontados com a constituição de um novo agrupamento, que inclui a escola Domingues Sequeira e a escola José Saraiva.

Este procedimento vai ao arrepio do parecer da Câmara Municipal, das escolas e do que é o sentido da comunidade.

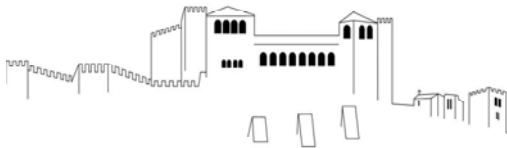
Deste modo, o PS pronuncia-se desfavoravelmente. Não só relativamente aos agrupamentos que foram já constituídos por este Governo, mas também em relação a possíveis propostas de fusão, como a Direção Regional de Educação do Centro propôs. Os pressupostos que levam à agregação de escolas estão substancialmente diferentes daqueles que são enunciados nos normativos legais. Temos escolas com identidade histórica, com uma cultura própria, com a dimensão adequada, que permitem relacionamentos acolhedores e suscetíveis de responder aos problemas de uma forma personalizada e adequada à especificidade de cada situação. As escolas têm, em nosso entendimento, uma dimensão humana.

As quatro escolas secundárias do concelho de Leiria recebem alunos de todos os agrupamentos do concelho. Ou seja, temos um conjunto de escolas de ensino básico que vertem os seus alunos para as escolas secundárias, consoante as suas opções. Portanto, não há (aquilo que habitualmente é dito) um percurso vertical no mesmo agrupamento.

A gestão das escolas, pela diversidade das ofertas formativas que têm – nomeadamente no ensino secundário – e pelas condições socioeconómicas atuais, têm já um processo muito complexo de gestão e muito exigente que se irá deteriorar caso se concretizem estes agrupamentos.

As escolas têm autonomia cultural e pedagógica e não podem estar ao sabor de circunstâncias conjunturais.

O Partido Socialista reafirma o caminho da cooperação institucional entre a Câmara Municipal e as escolas, sem que cada escola deixe de ser aquilo que é. Entendemos que a manutenção das escolas não agrupadas é a garantia da liberdade de opção dos pais e dos padrões de qualidade do ensino.



Relativamente a todo este processo e de acordo com a informação recolhida de que as escolas se entenderam numa proposta conjunta que a Câmara fez à Direção Regional.

A pergunta que faço é qual foi a resposta da Direção Regional, face a este documento, que é de consenso entre todos e que pode potenciar o trabalho das escolas e o desenvolvimento do concelho.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Manuel Antunes.

**DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)**

Muito obrigado senhor Presidente.

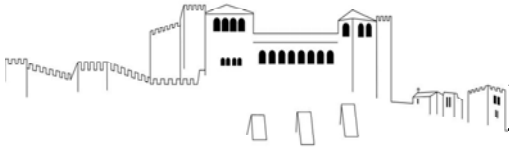
Venho aqui para levantar dois pontos.

O primeiro é que se assistiu, nas últimas semanas, a mais novas movimentações dentro do executivo. É um vai e vem, um entra e sai (que até já nos começa a causar alguma vertigem) de que resulta também algumas alterações dos pelouros que raramente são adequadamente justificadas. Penso que este é um sinal claro do desnorde que rege o Município de Leiria e que o tem regido, praticamente desde o princípio. Estamos a poucos meses do fim do mandato e, realmente, este é o legado que é deixado por este executivo.

Não devo deixar – talvez até com um bocadinho de ironia – de louvar o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal pelo saber demonstrado em relação a quantas cadeiras ficam à esquerda ou à direita. Talvez devêssemos começar a colocar também algumas no centro.

O segundo ponto diz respeito à carta - que foi lida pelo senhor deputado Pompeu Cainço - da presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Foi com um grande grau de estupefação que dela tomámos conhecimento. Queria perguntar (claramente) ao senhor Presidente da Câmara se esta é a posição oficial da Câmara, se o senhor Presidente a subscreve e se ela foi à reunião da Câmara. Pergunto ainda se uma lei, democraticamente aprovada, não obriga a Câmara ao seu cumprimento ou se a democracia – de facto – só nos serve quando ela serve os nossos interesses.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor presidente da Junta de Freguesia de Cortes.

**DEPUTADO MANUEL CRUZ (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES)**

Boa noite.

Manuel Cruz, Presidente da Freguesia de Cortes.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores, senhores deputados, senhores presidentes de junta e público em geral.

Confesso que hoje não vinha preparado para falar mas quando toca às freguesias, tenho que manifestar alguma tristeza por tudo aquilo que está a acontecer e pelo que tem acontecido na própria comunicação social.

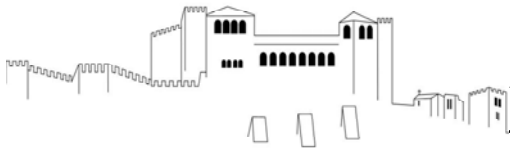
Com certeza que a Câmara sabe defender-se mas penso que fez, democraticamente, aquilo que vinte e oito Assembleias de Freguesia decidiram e concordaram e que foi a não associação de freguesias e a não fusão de freguesias. Existe todo um processo que ao longo do tempo foi seguido.

Desde a reunião na Barreira, desde a convocação dos deputados (parte deles não apareceram); desde a reunião havida com o senhor deputado do PSD, em que nos disse claramente que se apresentássemos uma proposta de três ou quatro freguesias, talvez fosse aceite; desde uma proposta de constituição de uma comissão que hoje lamento não ter sido seguida e já manifestei o meu erro ao não aceitar ou não incentivar a sua constituição, mas foi assim que seguimos.

Agora chegamos ao fim e podemos dizer – como algumas pessoas dizem – que podiam ser sete ou oito freguesias, em vez de serem onze. Acredito que fossem nove ou dez, no mínimo, mas nunca seria menos que isso e não seriam onze.

Hoje, em vez de estar triste as Cortes, estaria a Bajouca; em vez de estar triste a Barreira, estaria a Bidoeira e assim sucessivamente. A verdade é que tínhamos (na mesma) oito ou nove.

Sabemos o que aconteceu com Porto de Mós e com Alcobaça, que propuseram – respetivamente – menos uma e menos duas (e estamos a falar de concelhos vizinhos), e as propostas foram devolvidas e foram retificadas no máximo. Por isso, a proposta não era assim e não era verdadeira.



Sejamos também verdadeiros, tenhamos consciência e saibamos o que estamos a fazer e a dizer. Falo por mim mas penso que o faço pela maioria dos presidentes de junta aqui presentes.

Sentimo-nos tristes com esta fusão de freguesias! E esta tristeza tem uma razão muito simples: quando eleitos, não foram as pessoas da freguesia (pelo menos no meu caso) que vieram ter comigo... fui eu que a elas me ofereci para as representar. A partir do momento em que as represento, tenho que representar a vontade delas e não a minha. Elas decidiram que não queriam a fusão da freguesia. Foi isso que, em último lugar, transmitimos ao senhor Presidente e a todo o executivo da Câmara - numa reunião em que as freguesias estiveram presentes – em que pedimos que aceitasse o ponto de vista das freguesias: a não fusão! Foi também por isso que houve uma reunião com o senhor Presidente da Câmara e pedimos apoio para, dentro dos meios democráticos, tentarmos defender as nossas freguesias.

Com certeza que aceitaremos e cumpriremos a lei, se nada houver em contrário. Não vamos contra a lei e acho que democraticamente vamos fazê-lo.

É bom que se saliente isto pois não somos uma folha de cálculo *excel*... não somos! Gostamos das nossas freguesias, amamos os nossos fregueses!

Como disse aqui o senhor deputado Pedro Faria – e muito bem -, no último temporal (que eu conheça) todos nós - presidentes de junta - não olhámos (nem as pessoas olharam a isso) a meios e recolhemos e cortámos árvores.

Isto aconteceu porquê? Porque estamos ali e somos socialmente muito próximos.

É isso que fazemos nas nossas freguesias.

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado João Curado.

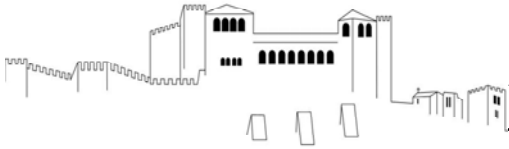
**DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)**

João Curado e Silva, PSD.

Cumprimento a Mesa e o senhor Presidente, o senhor Presidente da Câmara e restante vereação, os senhores deputados, o público e os senhores jornalistas presentes.

Trago três ou quatro assuntos a abordar, mas antes de o fazer quero dizer que esta história do temporal de dezanove de janeiro lembrou-me que principalmente a





parte norte do concelho de Leiria é muito ligada ao pinhal. O pinhal faz parte do que está dentro de nós. Lembro-me – com muito carinho – do meu avô, que todos os dias de manhã saía para ir ver os pinhais. Foi algo que fez durante toda a sua velhice. O meu avô era praticamente cego... desde os doze anos.

Os pinheiros que caíram significam mais do que a sua queda... significa o sentimento daquela gente. Juntar os pinheiros que caíram com a praga do *Nemátodo* que anda por ai - e aproveito para perguntar ao senhor Presidente se tem notícia de como está a sua distribuição no nosso concelho -, com as árvores que ainda estão no chão e que são uma dor para todos os que as veem... é demasiado! É muito doloroso para esta gente!

A ênfase nesta questão é porque penso que é nossa função ver e sentir que o nosso concelho não é só Leiria. Aliás, os senhores presidentes de junta bem enfatizaram que o nosso concelho é muito mais que o conceito urbano e que há muita ruralidade à volta dele. Essa ruralidade precisa que se olhe para ela!

Para verem a importância do nosso pinhal, se eu perguntar a qualquer criança de oito anos, de Freixo Espada a Cinta, o que é que há em Leiria, a resposta é: um pinhal.

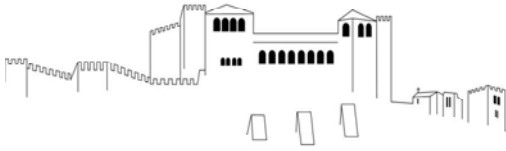
O pinhal de Leiria – sabemos nós – nem se situa exatamente em Leiria mas é por isso que somos conhecidos. Será altura de o valorizarmos mais, de mostrarmos e tornar mais visível ao resto do país a nossa ligação ao pinhal.

Senhor Presidente, ainda quanto a pinhais e pinheiros, estão cinco enormes pinheiros caídos sobre a vedação do parque de campismo da Praia do Pedrógão. Ainda na terça-feira lá estavam e depois disso não passei por lá. Estão atravessados até à estrada, alguém os cortou para os carros passarem e a zona entre os bombeiros e o tanque da água (o canil) está aberta.

Penso que o parque de campismo vai abrir ao público entretanto – se não estou enganado será amanhã – e a situação encontra-se por resolver há mês e meio. Não sei se terá a ver com a transparência entre a empresa/parque/Câmara mas mês e meio é tempo suficiente para pelo menos cortarem o pinheiro e tirem-no de lá.

Ainda continuando na Praia do Pedrógão, há perspectiva de abertura da chamada ponte das Tercenas? Aquela que liga as praias da Vieira e do Pedrógão?

Na sequência do temporal, também porque é inverno, as areias subiram e a Câmara trabalhou muito para as repor. Há novidades sobre esta matéria? Falou-se em estudos para tentar fazer com que isto não aconteça com esta frequência.



Para terminar, há oito anos que aqui passo quatro noites por ano. Não são cinco porque uma delas passo numa freguesia (e ainda bem). Este Centro Associativo onde estamos não é apenas usado por nós, quatro vezes por ano. É usado por associações e, felizmente, por muita gente. As condições de apoio, nomeadamente os lavabos, há muito que precisam de obras. Não sei se será responsabilidade da Câmara ou não mas a verdade é que este é um problema que urge resolver.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Micael Sousa, por favor.

**DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)**

Micael Sousa, Partido Socialista.

Muito boa noite a todas e a todos os presentes.

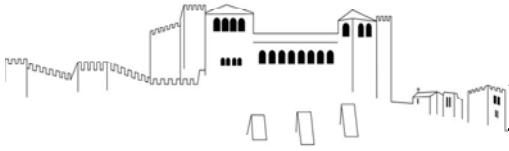
Já não é a primeira vez que aqui o refiro mas parece-me bom reforçar quando há algo de positivo que acontece no nosso concelho. Como está a referir uma revista *online*, recentemente criada para a vertente cultural, não se pode dizer (hoje) que não existe nada para fazer em Leiria. Atualmente, as forças vivas do concelho e da cidade – associações de grupos e individualidades – têm criado constantes iniciativas lúdicas e culturais. Leiria tem enriquecido exponencialmente neste aspeto, havendo muita variedade e opções para todos os gostos.

O Município tem tido um papel muito importante nestas dinâmicas, fomentando parcerias e facilitando – muitas vezes sem custos para a autarquia – as condições para que o potencial e o melhor dos vários agentes culturais sobressaiam. Esta cultura, redundâncias à parte, e independentemente do que trazer o futuro é – na minha opinião – uma cultura que deve persistir e deve continuar a ser uma aposta e política para o futuro.

Por vezes, basta permitir e dar liberdade para que as coisas aconteçam. Já ninguém espera grandes subsídios mas apenas atenção, consideração e acesso ao que é de todos e pode ser utilizado para o bem de todos. Nisso, penso que o Município tem dado o exemplo.

Gostaria ainda de congratular e agradecer à equipa da Assembleia Municipal – ao senhor Presidente e especialmente à dona Manuela – porque esta semana a *Newsletter* da Assembleia Municipal já seguiu para quem se tenha inscrito.

Obrigado.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

**DEPUTADO MANUEL DE JESUS CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)**

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, ilustres elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, público e comunicação social.

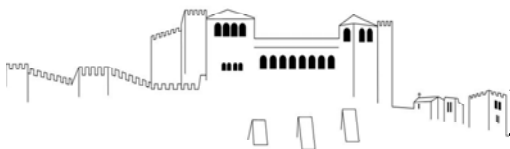
Começo por agradecer ao senhor deputado Pedro Faria o elogio que aqui fez, acerca dos trabalhos realizados aquando do temporal, aos executivos das juntas. Sei que daqui até outubro o tempo vai ser-nos favorável em matéria de elogios, mas da parte do senhor deputado Pedro Faria sei que foi com sinceridade e verdade as palavras que nos teceu.

E era precisamente para falar sobre a questão do temporal que pedi a palavra. De facto, talvez desde o ciclone de fevereiro de 1941 (e talvez nem esse), na nossa região tivesse existido um temporal que fustigou tanto as populações do concelho de Leiria como este. Não houve freguesias que fossem poupadas e, logo nesse sábado (dia vinte e um de janeiro), de manhã, os presidentes de junta de freguesia vestiram o fato de macaco e souberam arrastar consigo – porque neles confiam – as populações onde a proteção civil não conseguiu chegar, por falta (certamente) de comunicações e de homens e mulheres suficientes. Mesmo nessas freguesias as árvores não deixaram de ser removidas dos caminhos e as vias de comunicação ficaram – pelo menos essas – transitáveis no próprio dia ou a seguir. Foi verdade o que o senhor vereador Pedro Faria disse. Houve presidentes e elementos das juntas com motosserras nas mãos.

Julgo que a agregação das freguesias – tornando-as maiores – vai dificultando mais estas ações.

Concluo com o que já pensava: a ideia de que a agregação das freguesias nada trará de bom para os homens e muito menos para os fenómenos da natureza.

Também queria aqui salientar que, e porque o senhor deputado João Curado falou do pinhal de Leiria, embora nestas sessões não se fale da questão da agricultura - ou não se tenha falado, no pretérito -, da pecuária e da floresta, penso que o concelho de Leiria merece que se reflita mais sobre isso. Hoje de manhã, quando



preparava uns trabalhos com os miúdos das escolas sobre o projeto dos jovens que na próxima segunda-feira irá decorrer, ao nível do ensino básico, constatei – com surpreendente e simpática surpresa – que das dezasseis ou dezassete escolas participantes, a grande maioria (e o tema é: *“Como arranjar emprego. Propostas para arranjar emprego”*) dos miúdos falava precisamente do que se tem aqui falado pouco entre os graúdos. Falava do trabalho que se pode criar na agricultura, na pecuária e na floresta.

Portanto, pelo menos essa reflexão e aquilo que eles pensam vale a pena ouvir e talvez ocupar um pouco do tempo dos adultos.

Quero ainda saudar a proteção civil, embora não tenha chegado a todas as freguesias. Talvez sirva de reflexão e contribua para efetuar melhoramentos. Saúdo aqueles que não fazendo parte da proteção civil mas que são funcionários da Câmara, sentiram (a um sábado) que eram necessários e precisos, saíram de casa e vieram para a Câmara e outros locais. Saúdo, sobretudo, os cidadãos que se entusiasmarão pela defesa da coisa pública. A todos, muito obrigado!

Permitam-me que faça também um agradecimento a um homem que há cerca de duas horas deixou de ser nosso Papa mas que fez muito pelos homens e pela igreja.

Leiria, como disse o senhor deputado José Peixoto, é uma terra de ruelas, ruas, casas, jardins... mas também é uma terra de almas, de gente que tem fé.

É às gentes de Leiria e ao senhor Papa Bento XVI que aqui deixo o meu obrigado.

Boa noite e muito obrigado.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

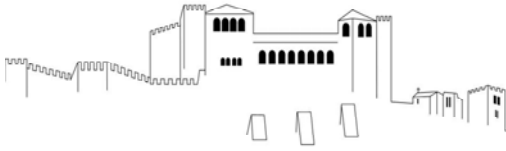
#### **DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)**

Muito boa noite a todos.

Duas pequenas notas iniciais.

A primeira – e sem qualquer ironia – um agradecimento ao senhor representante e substituto legal da presidente da Junta de Freguesia de Leiria e ao senhor deputado Manuel Antunes pela clarificação que vieram dar a esta Assembleia, acerca da posição do PSD em relação à reforma administrativa e da agregação de freguesias.

Ficámos suficientemente esclarecidos. Muito obrigado.



Em segundo lugar, quero também dizer – a propósito do temporal de dezanove de janeiro – que há um outro pormenor que gostaria de salientar. O senhor presidente da Junta de Freguesia de Azoia (Manuel Carvalho) falou da questão da proteção civil. Nessa altura, nas minhas funções profissionais também andei a trabalhar e a fazer o que tinha a fazer, as pessoas sentiram – talvez até com emoção – quanto são necessários serviços públicos eficientes para acudir às populações, em casos de necessidade.

Aquela demagogia do emagrecimento total dos serviços públicos, do emagrecimento total desta prestação de serviços é patente nestas situações, embora seja com a emoção que as pessoas o sentem.

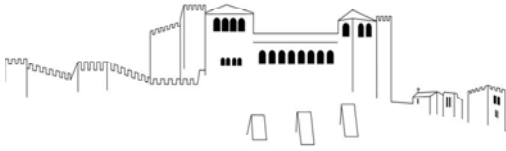
Depois destas duas notas, é a seguinte a minha intervenção.

Em dezassete de janeiro de dois mil e sete foi publicado o Decreto-Lei numero nove (DL n.º 9/2007), que estabelece o Regime Geral de Ruído, nomeadamente na prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações. É, por isso, um importante instrumento de planeamento urbano que permite disciplinar as atividades consideradas ruidosas, estabelecendo a conciliação adequada com a vida diária dos cidadãos.

O referido regulamento aplica-se, entre outras, às atividades de construção, reconstrução ou conservação de edificações, à laboração de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, equipamentos para utilização no exterior ou mesmo ao chamado ruído de vizinhança.

De acordo com este diploma, compete à Autarquia definir as denominadas “ zonas sensíveis” e “ zonas mistas” ao abrigo do seu art.º 6.º e integra-las no plano municipal de ordenamento. É também obrigação da Câmara Municipal elaborar os mapas de ruído e proceder com objetivo de redução de fontes produtoras de ruído causadoras de incómodo para as populações.

Porque estão já decorridos seis anos desde a publicação do tal Regulamento Geral do Ruído e, tanto quanto se sabe, a sua aplicação não estará em vias de conclusão, solicito ao senhor Presidente da Câmara (ou aos serviços competentes do Município) as informações que considere pertinentes sobre o estado da aplicação destas normas legais no concelho de Leiria, as quais considero de grande importância na vivência urbana. Mesmo que, de momento, não me possa prestar os esclarecimentos devidos – o que compreendo -, muito lhe agradeço que quando



possível, possa ser dada informação circunstanciada às bancadas representadas nesta Assembleia Municipal.

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, distinta Mesa, o senhor Presidente da Câmara, distintos vereadores de todas as bancadas, distinta comunicação social, distintos deputados municipais, ilustres presidentes de junta e distinto público.

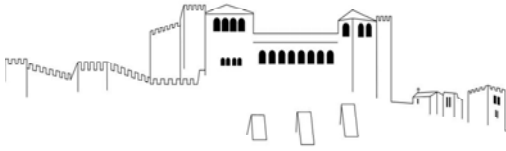
A todos muito boa noite.

Quero agradecer ao senhor deputado Pedro Biscaia pelo facto de nos ter ajudado à clarificação. É importante que haja pessoas que fazem este tipo de contributos. Torna tudo muito mais fácil.

Na verdade, ele veio aqui sublinhar que o PSD – enquanto partido democrático e que vive sujeito ao estado constitucional democrático – respeita as leis que são aprovadas nas instituições democráticas. Isso é perfeitamente claro e o que fazemos é respeitar as leis que estão em vigor, o que é perfeitamente incontornável.

Aproveito para lembrar que a posição do PSD na Assembleia Municipal de Leiria foi muito clara em relação à questão das autarquias e das freguesias. Nós propusemos, em devido tempo, um grupo de trabalho para estudar o assunto e sobre essa matéria já dissemos tudo o quanto tínhamos a dizer. Portanto, todas as extrapolações que se possam fazer sobre essa matéria são perfeitamente desajustadas e elas próprias não clarificam o que nós, em devido tempo, clarificámos.

Quero também dar-vos nota - em relação ao que já foi afluído pelo senhor deputado João Curado nesta sessão – acerca das instalações deste Centro Municipal onde nos encontramos, em que é evidente o seu estado de degradação. Penso não ser muito complicado - apesar dos avisos que estão colados nas portas dos sanitários a avisar que estão vidros partidos, o que nos traz um vento gélido -, substituir uns vidros. Tal não será nem tão complicado nem tão custoso para o



erário público que não torne confortável a situação dos utentes deste Centro que, a maior parte das vezes, são os utentes das associações.

Para terminar, gostaria ainda de dizer que o senhor deputado Pedro Biscaia também nos ajudou na clarificação de uma outra coisa. O respeito pelos bens essenciais, que são necessários mesmo em tempo de catástrofe. Espero que o Partido Socialista, quando for analisada a questão da discussão do que vamos fazer com a água no nosso concelho, não se esqueça desse pormenor e valorize esse bem essencial, esse bem público.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

**DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARREIRA)**

José Cunha, Presidente da ainda Freguesia da Barreira.

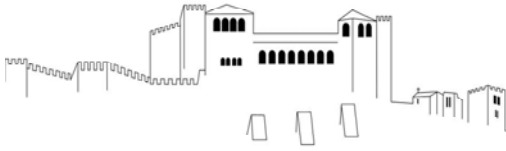
Cumprimento o senhor Presidente e, em si, todos os presentes.

Solicitei o uso da palavra para, muito brevemente, fazer um convite.

A Freguesia da Barreira vai comemorar duzentos e setenta e cinco anos da sua fundação no próximo dia dez de março. Por isso, poupando recursos à freguesia (evitando o gasto de envelopes e selos), faço-o pessoalmente a todos os que se encontram nesta sala. Estão todos convidados, caso queiram acompanhar-nos nas comemorações.

Tinha pensado apenas em intervir para efetuar o convite mas, entretanto, as diversas intervenções que foram acontecendo fizeram com que me sentisse na obrigação de aqui dizer mais algumas coisas.

Esta comemoração dos duzentos e setenta e cinco anos - que teoricamente seria de júbilo e de alegria – será também acompanhada de alguma tristeza porque estamos a comemorar o aniversário e talvez as exéquias da minha freguesia. O executivo da freguesia decidiu que este ano – uma vez que provavelmente será o último – será comemorado nas condições como tem sido até agora e decidimos prestar homenagem a todas as pessoas que foram membros da Assembleia ou dos sucessivos executivos. Pessoas que, com o seu trabalho e dedicação, promoveram o desenvolvimento da freguesia. Será com esta homenagem que reconheceremos esse trabalho.



Como vamos entrar em época de alguma incerteza quanto ao futuro, nomeadamente na gestão administrativa das terras, vamos pedir-lhes que eles próprios sejam os mentores do que defenderam nos últimos anos e que continuem a trabalhar afincadamente pelo desenvolvimento daquele espaço geográfico onde nasceram e onde alguns moram.

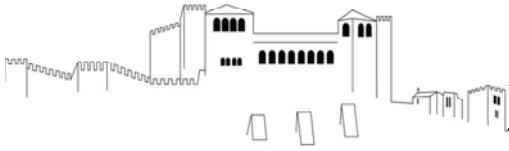
Na sequência do que disse o senhor presidente da Junta da Azoia – Manuel Carvalho – sobre a resignação do Papa Bento XVI, estava aqui a *"magical com os meus botões"* que a freguesia da Barreira foi elevada à condição de freguesia pelo Bispo D. Álvares Abranches, em 1738. Foi um despacho de ordem canónica, o que me leva a pensar/interrogar se a Lei número trezentos e doze se sobrepõe, em direito civil, ao direito canónico?... É só mais uma brincadeira para nos entretermos, se for necessário.

Fiquei um pouco confuso com a intervenção do senhor deputado Pompeu Cainço. Estava a ouvi-lo a falar mas na minha cabeça ressoava a voz da Laura Esperança e isso deixou-me confuso pois a sensação que tive é que era ela a falar. Como sabem, ela é representante da ANAFRE no distrito de Leiria. Representa-nos ou devia zelar pelos interesses de todas as freguesias. Do meu ponto de vista, não o tem feito porque foi convocada, assim como todas as outras que, felizmente, nos mantemos (na grande maioria) unidos e agradecemos à Câmara tudo o que tem feito por nós – freguesias. Como dizia, a Laura Esperança é representante da ANAFRE e nunca aceitou os convites que lhe foram também dirigidos – quer como presidente quer como representante da ANAFRE – nem dela nunca ouvimos qual a sua posição. Sabemos qual é porque a própria e outro deputado (que também é presidente da Junta de Freguesia de Pataias) votaram contra, salvo erro em Portimão. Também pela infeliz fotografia que apareceu, em que foram os deputados de Leiria que nela surgiram, de pé, a saudar a aprovação desta lei na Assembleia da República.

A minha confusão tem a ver com esta situação. Entendo que se ela tivesse apresentado as suas ideias aqui ou nas reuniões que promovemos, talvez algumas delas poderiam ter sido aceites.

Muito obrigado.





## **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

As intervenções que tiveram lugar até agora foram as que resultaram de inscrições feitas no momento em que pedi para se inscreverem.

Depois disso houve duas novas inscrições. Em princípio não vejo objeção, sendo que num dos casos o senhor deputado não estava presente no início da sessão e, no outro caso o senhor deputado estava presente mas pediu (entretanto) a palavra. Se tivéssemos esgotado a hora prevista para o período de antes da ordem do dia, obviamente que isto não poderia acontecer. Como não se esgotou, darei a palavra pela ordem que me foi solicitada, ao senhor deputado Carlos Guerra.

Em todo o caso, deixo o alerta de que será conveniente que, para gestão do tempo do período antes da ordem do dia, as inscrições sejam feitas no começo.

## **DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Boa noite a todos.

Carlos Guerra, PCP.

Assistimos hoje a uma contrarrevolução silenciosa contra o regime democrático saído da Revolução de Abril, nomeadamente contra o poder local democrático.

Depois da destruição de milhares de freguesias (onze no nosso concelho), pretende o governo - a breve prazo - liquidar algumas dezenas de Municípios e, com a nova lei das finanças locais reduzir e afetar a capacidade de gestão e autonomia locais. Em ambas as leis se vislumbra restrições e violações do princípio constitucional da autonomia local.

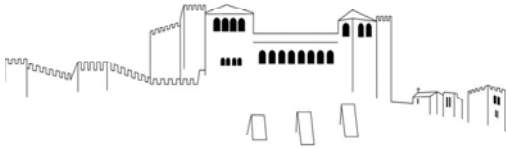
O governo, ao tecer louvores às autarquias locais e a exaltação que faz ao seu papel no desenvolvimento económico e social das populações, soa a falso e não passa de um cinismo inigualável, porquanto o seu objetivo é simplesmente o “desmantelamento” do poder local democrático nascido com o 25 de Abril.

Em vez de respeitar a Constituição com a criação de regiões administrativas, opta pela criação de entidades intermunicipais destituídas de competências e meios próprios.

Por isso passo a apresentar uma moção de repúdio e rejeição desta política.

*“Em defesa do Poder Local Democrático.*

*Nunca como hoje o Poder Local Democrático sofreu um ataque tão profundo e diversificado, nunca o pilar do Estado Democrático tecido de proximidade e participação foi tão fortemente abalado.*



*Sob um manto de loas e incenso às suas realizações concretas e por detrás de uma cortina farisaica de discursos sobre modernidade emergem propósitos de amputar o Poder Local de características que lhe são essenciais, de recursos financeiros e de meios humanos e técnicos necessários à sua ação.*

*Com esta escala, pretende legitimar a destruição de mais de um milhar de freguesias e - a breve prazo - a liquidação de algumas dezenas de Municípios.*

*A pretexto do controlo da dívida pública, controlam-se (de facto), as opções e as políticas das autarquias e a sua ação ao serviço das populações que as compõem. Como se não bastassem as obrigações de «informar» com detalhe e frequência que raiam a coscuvilhice e os despachos de autorização ministerial, pretende-se a criação de estruturas supra municipais destinadas a sugar alguns dos poderes dos Municípios e a exercer tutela efetiva, em clara fraude à Constituição.*

*Reduzem-se os efetivos em pessoal, degradam-se a qualidade técnica dos serviços e a capacidade de enquadramento e direção do trabalho. Prossegue a brutal asfixia financeira, com a diminuição do montante da participação nos recursos públicos que cabe às autarquias, a afetação de acréscimos de receita a fundos e outras formas de os sonegar à gestão autárquica, a elevação dos encargos existentes e a criação de novos encargos.*

*Tudo, enquanto aumenta exponencialmente a carga tributária sobre as populações e se degradam os serviços que lhes deviam ser prestados.*

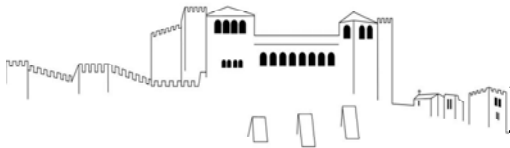
*A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Fevereiro de 2013, delibera:*

*1.º - Repudiar a eliminação de freguesias e reclamar a inversão do processo no sentido da real aproximação aos eleitores e da pronta resolução dos seus problemas;*

*2.º - Rejeitar a ingerência governamental na gestão dos assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar limitações à autonomia dos Municípios e das freguesias, especialmente através da tutela de reguladores e de pseudogestores sem legitimidade democrática direta;*

*3.º - Rejeitar o esvaziamento dos Municípios inscrito na proposta de legislação sobre atribuições e competências, inseparável do projeto de liquidação de Municípios presente no pacto subscrito pelas troikas;*

*4.º - Manifestar a sua oposição ao esbulho sistemático de recursos financeiros e ao acréscimo de encargos e exigir a progressiva reposição da capacidade financeira*



*dos Municípios, o alargamento dos recursos do Estado afetos às freguesias, o fim das consignações e a uma distribuição equitativa e transparente.*

*5.º - Reafirmar o seu empenho na defesa do serviço público sob controlo democrático, do Poder Local Democrático e, sobretudo, das populações que representa.*

*Enviar ao Presidente da República, à Presidente e aos Grupos Parlamentares na AR, ao Governo, à ANMP e ANAFRE e à Comunicação Social.”*

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

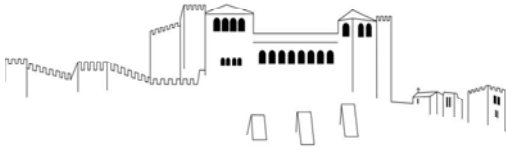
### **DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Excelentíssima Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público e senhores jornalistas.

O que aqui me trouxe e daí a minha inscrição, quase diria extemporânea - pelo que agradeço a amabilidade do senhor Presidente – foi motivada pela intervenção de uma pessoa que muito admiro, aqui nesta casa, o meu amigo e deputado Pedro Biscaia. Trata-se de alguém por quem ao longo dos anos tenho, independentemente da nossa diversidade de opiniões em tantas matérias – esta é mais uma delas -, respeito profundamente pelo pensamento consequente, estruturado, fundamentado e é sempre um privilégio poder discutir com ele algumas questões.

No entanto, admito que devido à febre, à doença... à gripe, hoje pode não ter corrido tão bem. Fez aqui um demagógico apelo ao serviço público, como se houvesse algum ataque de algum lado ao serviço público! Eu não vejo que quem quer que seja ponha em causa o serviço público. Este é algo em que todos estamos de acordo e também não duvido que alguém esteja contra que o serviço público tem que ser de extrema eficácia. Somos todos nós que o temos de pagar e o que está em causa é conseguir que este seja eficaz e, portanto, passível de cumprindo a função que tem que ser cumprida, seja passível de ser pago por todos nós, de uma forma razoável. Acho, isso sim é preocupante, que aquilo que aconteceu no passado dia dezanove de janeiro – convém que tenhamos consciência – não foi nenhuma calamidade, não foi nenhuma catástrofe. Bem longe disso. Para sermos catastrofistas... digamos que foi uma catástrofezinha. É bom que tenhamos



consciência disto! Não foi nenhum drama e não tem nada a ver com aquelas coisas que muitas vezes vemos na televisão e que ocorrem em determinados sítios, onde acontecem enormes catástrofes. Isso sim... preocupa-me!

Por duas vertentes.

Em primeiro lugar porque constatei - e tive a oportunidade de viajar no sábado de manhã para Ferreira do Zêzere e voltar – quando fui, às 8h30 da manhã, fiz uma viagem tranquila pois ainda não havia árvores atravessadas na estrada. Na viagem de regresso – perto do meio-dia – já encontrei a estrada cortada em alguns sítios e tive que andar à procura de atalhos. Devo dizer que encontrei populações a trabalhar, a cortar árvores para desimpedir as estradas e encontrei ainda algo que não foi aqui citado: bombeiros voluntários. Ou seja, a sociedade organizada. Porque quem tem que responder perante catástrofes e calamidades não são apenas os serviços públicos, é a sociedade. Somos todos nós, organizados. Para isso existem serviços de proteção civil, que têm que nos organizar e deve haver planos para isso! É isso que nós esperamos!

Ainda uma outra crítica: tendo havido a calamidadezinha que houve, estranho que uma empresa como a EDP, privatizada e por isso – por maioria de razão faço esta crítica – presta um serviço, tenha tardado tanto (em alguns sítios, até hoje!) mas felizmente parece que não no nosso concelho. Não sei exatamente mas em alguns concelhos próximos ainda não fez a reposição de um serviço. Isso sim é que - infelizmente - não há concorrência. Se calhar, se fosse público era pior.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

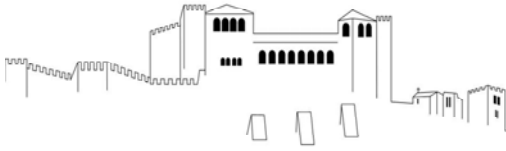
Senhor Presidente da Câmara, para responder.

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)**

Muito obrigado senhor Presidente.

Boa noite a todos.

Vou começar por responder ao senhor deputado Pedro Faria. Por efeito do temporal, infelizmente houve uma grave avaria no castelo, que impossibilita que haja iluminação. O procedimento para a reparação desta situação está em curso. Pensamos que na próxima semana já haverá condições para a sua reparação. Persistem, em alguns locais, ainda algumas falhas de eletricidade. Muitas delas



também por via do aproveitamento que houve com o roubo de linhas. Penso que a situação está em vias de regularização total.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Pompeu Cainço, em representação da senhora presidente da junta. É evidente que já dissemos tudo o que havia a dizer sobre o processo de agregação das freguesias.

Respondendo à senhora deputada Odete João. Efetivamente foi efetuada uma exposição ao senhor Secretário de Estado da Administração Escolar, com uma proposta resultante de uma reunião em que houve intervenção de todos os presidentes de conselhos gerais e também dos diretores das escolas, proposta esta que - até hoje - não teve qualquer resposta.

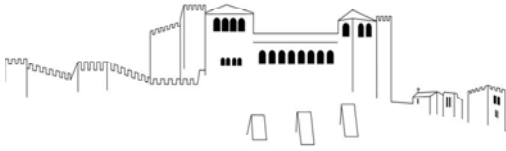
Senhor deputado Manuel Antunes, acerca das movimentações do executivo. São próprias na democracia. Tal também acontece no Governo, em que há pouco tempo houve mudanças. São situações que ou estão previstas ou decorrem do processo democrático de haver ou não haver.

Quanto à carta que foi enviada à senhora Secretária de Estado da Administração Local, é evidente que - na essência - subscrevo o que lá está pois que é lesa pátria no que respeita às freguesias que maioritariamente - com exceção de duas - subscreveram documentos no sentido de obstar, democraticamente. Estavam no seu direito e tinham essa posição, ao contrário de algumas pessoas que pensavam que democraticamente era aceitar a proposta que foi apresentada. Essa mesma proposta, que consta na carta, foi presente em reunião de Câmara, tendo sido aprovada por maioria.

Em relação à intervenção do senhor deputado Manuel Cruz, quero dizer-lhe que sentimos que é de uma tremenda injustiça e o país vai - no futuro - pagar uma enorme fatura com o esvaziamento daquilo que está a acontecer, seja o encerramento de escolas, seja a extinção de freguesias, seja de tudo o que tem sido falado e o mais que ainda aí virá. Consideramos que há, naquilo que é a proximidade do poder com as pessoas, evidentes prejuízos a que vai conduzir este processo de agregação de freguesias.

Relembro que o que foi dito inicialmente é que existe e urge a necessidade, perante a *Troika*, de fazer poupanças. Foi também essa a razão que levou à extinção dos governos civis.

Com a anunciada proposta sobre a reestruturação das comunidades intermunicipais, verifica-se que vão ser criados mais lugares - a tempo inteiro - e



de alguma monta. É evidente que há alguma contradição e haja alguém que possa explicar.

Quanto à intervenção do senhor deputado João Curado. A situação do parque de campismo é talvez a coisa mais ridícula que nos aconteceu e explico porquê. Temos que obter a autorização, para proceder à remoção das árvores que tombaram, da parte dos serviços do Ministério da Agricultura, que nos impediram de mexer naquelas árvores que caíram. Ficaram de abrir um concurso, e espero que na próxima semana esteja decidido, para retirar as árvores que estão a afetar não só o parque em si mas também os prejuízos em linhas elétricas, que estão a criar obstáculos à reposição da energia numa parte do Pedrógão.

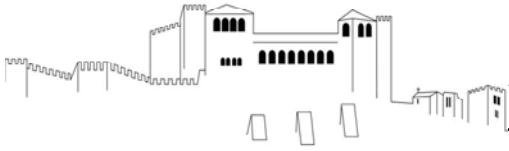
No que respeita à ponte das Tercenas, a informação veiculada é a previsão de abertura da mesma em junho. Como é óbvio, é apenas uma informação e não passa disso.

A situação do Centro Associativo em que nos encontramos – nomeadamente a questão dos sanitários – há efetivamente o problema de um vidro partido. São dois? A informação que me chegou é que é apenas um. Presumo que na próxima semana esteja resolvido. As restantes situações detetadas, nomeadamente pelos próprios espaços, estão já reabilitadas e passíveis de utilização.

Parcerias culturais, senhor deputado Micael Sousa, esse é o futuro. É preciso que as pessoas não se iludam e vou só fazer referência a um pormenor, que é transversal a todo o país, pelo que sei. A receita do mês de janeiro e fevereiro, acumulada - comparada com a do ano anterior – teve uma quebra de dois milhões de euros. Fica esta referência.

Senhor deputado Manuel Carvalho, também eu (por inerência da função) me apresentei no quartel dos bombeiros municipais, que foi a sede do centro de operações para os efeitos do temporal. Tive a oportunidade de perceber que este foi um fenómeno muito estranho e com muita sorte à mistura pois se tivesse acontecido durante a semana seguramente que teríamos a lamentar muitas vítimas. Apesar dos efeitos que teve, tivemos muita sorte por tal não ter acontecido e não haver vítimas.

Percorri todo o concelho e apercebi-me que também aconteceram coisas que não eram previsíveis. A rede de comunicações dos bombeiros é uma rede Siresp. Trata-se de uns aparelhos que em tempos tiveram alguma polémica e que eram o último grito tecnológico de comunicações, funcionando até debaixo de água. Bom, estes

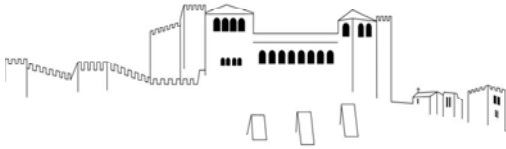


nem fora de água funcionaram porque esqueceram-se do elementar. É que os emissores são abastecidos por bateria, têm alguma capacidade mas que estão limitados à rede elétrica e faltando esta, esgotando a bateria, não há comunicações para ninguém. Nada funcionou! Nem os telemóveis, nem os meios disponíveis do Siresp. Só mais tarde alguém se lembrou de uns aparelhos – que estariam numa arrecadação -, a antiga rede de comunicações dos bombeiros, e foram esses que acabaram por servir para efetuar alguns contactos. O sistema que foi montado na altura (porque não havia outro) foi quase voltar à idade média, com a utilização de estafetas. Tivemos equipas a circular por todo o concelho. Eu próprio não consegui sequer contactar a maior parte dos presidentes de junta de freguesia, até para nos informarem das ocorrências nas suas freguesias.

Manifesto aqui o meu sentido agradecimento aos funcionários da Câmara e a todas as corporações de bombeiros do nosso concelho, ao Regimento de Artilharia de Leiria, à base aérea de Monte Real. A todos o nosso muito obrigado pela colaboração que nos prestaram na luta por minimizar os efeitos desta situação. Não esquecemos, obviamente, o quanto foram importantes os segmentos de população (em geral) que, no terreno, nos ajudaram a repor a normalidade, nomeadamente a circulação.

Quanto à intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia. Naquilo que é público – e é para isso que serve a lei – está a ser trabalhado, na revisão do PDM, a inclusão dos efeitos da lei quanto ao ruído. No que respeita aos privados dependerá de duas situações: uma terá a ver com os edifícios antigos, em que (talvez) as obrigações/responsabilidades não eram necessárias; e outra tem a ver com as novas construções, em que a responsabilidade – em matéria de ruído – é de um técnico credenciado para o efeito. O seu parecer tem que constar no respetivo processo de licenciamento da obra. No que respeita aos edifícios antigos e em situações (que tem havido) de reclamações de barulho, entende a Câmara – porque tem havido alguma distorção - que é exigível que qualquer medição de ruído seja feita por uma entidade credenciada.

Por conseguinte, vamos tentar também ajudar os privados, abrindo um procedimento para contratar empresa credenciada para, nas situações de queixa, que se afira das razões que possam ou não existir, para efeitos de posterior tomada de decisões.



Senhor deputado João Cunha. Considerações sobre as freguesias, são já as conhecidas – de parte a parte – o que tem sido dito.

Ao senhor presidente da Barreira e deputado José Cunha, os nossos agradecimentos pelo convite e lá estaremos nas comemorações do aniversário da freguesia.

Finalmente, senhor deputado Domingos Carvalho, é verdade que o temporal não foi nenhum drama mas poderia ter sido... para todos. Quem esteve no terreno sabe do que falamos, sabe bem o que poderia ter acontecido e (felizmente), apesar destes efeitos, nomeadamente as quedas de árvores, foi fundamental a agregação de vontades entre bombeiros, população em geral, forças militares e outros, para tentar ajudar a resolver os problemas. E não me refiro apenas à queda de árvores. Nos dias subsequentes houve problemas de abastecimento de água porque as bombas não funcionaram e houve a necessidade de utilizarmos os meios do Regimento de Artilharia para - junto de IPSS e escolas - garantirmos o abastecimento da água.

E é tudo o que tenho para dizer por agora.

Senhor Presidente, faça favor.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

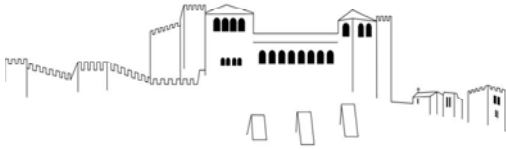
Muito obrigado senhor Presidente.

Como sabem, foi entregue à Mesa uma moção, por parte do senhor deputado Carlos Guerra que, além dos considerandos tem o seguinte texto:

*A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Fevereiro de 2013, delibera:*

- 1.º - Repudiar a eliminação de freguesias e reclamar a inversão do processo no sentido da real aproximação aos eleitores e da pronta resolução dos seus problemas;*
- 2.º - Rejeitar a ingerência governamental na gestão dos assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar limitações à autonomia dos Municípios e das freguesias, especialmente através da tutela de reguladores e de pseudogestores sem legitimidade democrática direta;*
- 3.º - Rejeitar o esvaziamento dos Municípios inscrito na proposta de legislação sobre atribuições e competências, inseparável do projeto de liquidação de Municípios presente no pacto subscrito pelas troikas;*
- 4.º - Manifestar a sua oposição ao esbulho sistemático de recursos financeiros e ao acréscimo de encargos e exigir a progressiva reposição da capacidade financeira*





*dos Municípios, o alargamento dos recursos do Estado afetos às freguesias, o fim das consignações e a uma distribuição equitativa e transparente.*

*5.º - Reafirmar o seu empenho na defesa do serviço público sob controlo democrático, do Poder Local Democrático e, sobretudo, das populações que representa.”*

Antes de a colocar à votação, darei um período de tempo – que será necessariamente muito curto – para quem quiser sobre ela intervir.

Senhor deputado José Peixoto.

**DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)**

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Tenho uma moção para apresentar mas no ponto 14, o que foi solicitado e agendado pelo Bloco de Esquerda.

Poderei apresenta-la durante o ponto ou terei, obrigatoriamente, que a apresentar agora?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Pode apresenta-la no ponto 14, uma vez que este está reservado pelo Bloco de Esquerda para esse efeito e pode decorrer da apresentação do ponto.

Pergunto ao senhor deputado Carlos Guerra se quer deixar ficar a sua moção para esse momento, uma vez que tem a ver com a mesma questão, ou pretende que seja votada já?

Teremos que considerar a moção neste momento.

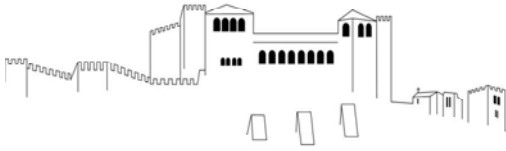
O Bloco de Esquerda tem o ponto agendado e pode, no decurso do mesmo, apresentar uma proposta.

Se a Assembleia considerar que os senhores deputados em questão poderão entretanto conversar e fundirem os textos, por mim veria ganho nisso e juntávamos tudo no ponto 14.

A minha sugestão será que o senhor deputado Carlos Guerra e o senhor deputado José Peixoto troquem impressões durante o funcionamento da Assembleia, eventualmente possam apresentar um texto conjunto ou – se não se entenderem – ao fazê-lo, esta Assembleia aceita que nessa altura o senhor deputado Carlos Guerra tem o direito de ver a sua moção votada.

O senhor deputado não insiste na votação agora? Não. A moção será então votada conjunta ou isoladamente. Estamos dispensados de realizar qualquer votação.

Encerrámos o período de antes da ordem do dia.



❖  
**ORDEM DO DIA**  
❖

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Passamos ao ponto número um da ordem de trabalhos.

**1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

O senhor Presidente da Câmara não costuma usar da palavra para apresentar.

Não sei se pretende fazê-lo? Não.

Alguém pretende interpelar a Câmara em relação ao relatório?

Senhor deputado João Cunha, por favor.

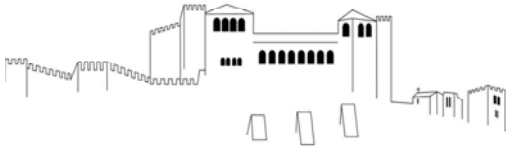
**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

Diz a lei que se apresente a esta Assembleia um relatório do Presidente, em relação à atividade desenvolvida anteriormente.

Olhando para o documento que nos é apresentado nesta Assembleia, vemos que em primeiro lugar surge a parte do relatório financeiro, que aparece como anexo ao relatório aqui presente; em segundo lugar aparece uma listagem relacionada com o contencioso da Câmara, que me parece útil para quem queira tomar conta mas talvez devesse ser uma matéria mais reservada do que aquilo que é – e esta é uma opinião meramente pessoal -, dado que envolve terceiros e respeita a ações cujos termos decorrem nos tribunais; e por último ocorre (na parte final) o relatório propriamente dito da atividade do Município, sendo certo que se faz apenas - numa ou duas páginas – uma resenha da agenda pessoal que o senhor Presidente cumpriu e as atividades telegráficas que desenvolveu.

Penso que era importante a Assembleia, cada vez que se reúne, ser presenteadada com um relatório de carácter político, daquilo que são as linhas mestras da atividade política do senhor Presidente da Câmara, que diga efetivamente quais são as notas principais da sua atuação, para que a Assembleia tome conhecimento. A agenda do dia-a-dia do senhor Presidente deveria constar. É interessante saber por onde



andou, dentro desta perspetiva de que ele ande sempre por bons caminhos (desculpe a expressão!) mas, na verdade, o que fazemos aqui é o julgamento político. Ao longo de todo este tempo estivemos sempre à espera que houvesse um relatório político dessa mesma circunstância.

Enfim, tomando como ponto de partida o que nos foi presente, consta – a certa altura do relatório – que a Divisão de Informática instalou uma unidade de *storage* nos serviços municipais. Não sendo a língua inglesa o meu forte, suponho que esta unidade seja para guardar alguns dados que sejam essenciais ficarem arquivados. A minha pergunta é qual é o custo desta unidade e qual é o tempo de vida útil da mesma?

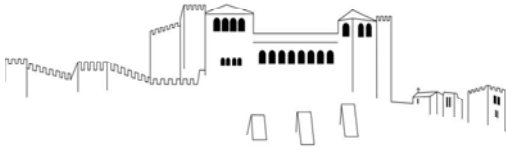
Isto porque me parece que este tipo de equipamentos informáticos já está um pouco em desuso. Há novas soluções, nomeadamente o agora chamado *sistema nuvem informática*, que pode – porventura – ser uma alternativa menos onerosa, comparativamente a este tipo de unidades.

Na página quatro, na parte que respeita ao Departamento de Infraestruturas e Manutenção, refere que está a ser efetuado (ou já se fez) o levantamento topográfico do local onde será implantada a Feira de Maio de 2013, bem como o estudo prévio para a implantação e desenvolvimento da mesma, bem como o seu respetivo estudo e projeto de arquitetura. Pergunto se já está estabelecido qual é o local, onde vai ser e o que nos pode dizer sobre essa matéria?

Ainda na página quatro, li com atenção que está também a ser feito o da Cela-Box para equídeos e respetivos espaços de apoio. Penso que todos nós estamos curiosos em saber do que se trata pois que deve ser uma coisa que deve ter a sua razão de ser e a sua importância. Aguardamos com interesse.

Quero ainda mencionar o facto de estar a ser feito – também pelo mesmo departamento – o estudo viário para o entroncamento entre a rua de S. Tiago e a rua Joaquim Soares C. Simões, freguesia de Marrazes e o estudo viário da rotunda da Azoia. Solicito que nos dê uma pequena ideia do que é que aí vai efetivamente ser instalado.

Finalmente, e porque ao longo do relatório se fazem diversas abordagens relativamente a alguns dos trabalhos que foram desenvolvidos, relacionados com o impacto do temporal que ocorreu no nosso concelho, a minha observação – neste caso concreto – é se não teria sido preferível (dado o circunstancialismo específico que se verificou) de não ter sido presente um anexo ao relatório, contendo todas as



intervenções que foram feitas nesta matéria, qual o custo (genericamente) que implicou e o que é que ainda falta fazer. É importante que todos saibamos (nós, os munícipes) o impacto que esta situação imprevisível implicou para todo o concelho e, nomeadamente, os seus cofres municipais.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados, senhores jornalistas e público em geral.

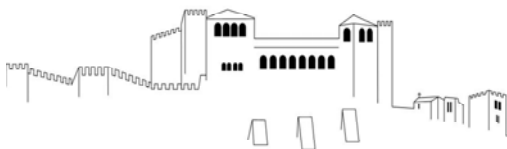
De uma forma muito breve, concordando com o senhor deputado João Cunha, nós não queremos saber os caminhos que o senhor Presidente trilha. Obviamente que desejamos sempre os bons caminhos ao senhor Presidente mas se trilhar maus não nos conte porque, provavelmente, vamos ficar todos cheios de inveja.

Vou apenas dar duas notas sobre o relatório financeiro.

O relatório financeiro entronca num aspeto que nós focámos aqui - quando falámos no orçamento – e, quando fizemos a última abordagem, percebemos que a receita estava a cair mais que a despesa e que deveria ser ao contrário. Pudemos perceber, pela análise, que agora a receita está a cair (felizmente) menos que a despesa. A receita caiu 7% - se analisei bem pois confesso que tive dificuldades com os números, aliás, estes são sempre difíceis – e os custos 11%. Significa que inverteu-se a tendência e essa é uma boa notícia.

Nós, da bancada do PSD, já demos aqui várias boas notícias e hoje celebramos um dia muito especial. Deixem-me partilhar convosco algo importante – o senhor Presidente da Mesa vai deixar-me sair um pouco fora da ordem -, é que pela primeira vez o PSD ganhou aqui uma moção (que foi a troca da agenda), relevantíssima para a sociedade e para Leiria. Não foi a primeira, senhor deputado Manuel Antunes? Foi a segunda e também devemos isso ao senhor deputado Domingos Carvalho, o que agradecemos.

Continuando. Inverteu-se a receita e os custos. Portanto, os custos estão a cair mais do que a receita e isso é uma boa notícia. Mas como os orçamentos e os relatórios financeiros também traduzem as opções políticas, há aqui outra coisa que



nos continua a preocupar muito. É que o ano passado nós chamámos a atenção – e nós temos, de facto, chamado a atenção para muitas coisas – e se calhar temo-lo feito mal porque percebemos que só hoje é que alguns deputados perceberam finalmente o que é que o PSD define sobre algumas das matérias. É sinal de que não estamos a comunicar bem.

Temos dito que as opções políticas vertidas nestes instrumentos financeiros como é o orçamento, na nossa opinião, são erradas. O ano passado (2012) foi muito alcatrão e educação, isto é, as duas grandes rubricas, ou três (se incluirmos os custos com pessoal) do orçamento... custos com pessoal, alcatrão, alcatrão, alcatrão e educação, educação, educação.

São os três grandes consumidores de verba do orçamento e, curiosamente, continuamos a perceber – e mais à frente vamos abordar este tema quando trabalharmos noutra ponto da agenda -, que as opções políticas são (e bem) educação, alcatrão, alcatrão e alcatrão e despesas com pessoal. Os custos com pessoal, que já têm um peso muito expressivo na estrutura do relatório e das receitas – vão ver mais à frente -, vai piorar muito!

Quando falarmos - mais à frente - na agenda, vou então explicar melhor o que estou a dizer. É que se em 2012 já tínhamos um conjunto de problemas graves, em 2013 vamos acentuar alguns dos desequilíbrios no nosso orçamento, nomeadamente... alcatrão, alcatrão, alcatrão e custos com pessoal e depois as despesas com a educação, com a qual estamos – de uma forma geral – muito de acordo. Ficam estas notas.

Uma nota positiva: as receitas estão a cair menos que os custos, uma coisa que não acontecia. Mas estas três chamadas de atenção: que as opções políticas traduzidas neste documento – na nossa opinião – não são as mais corretas.

**PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ ALVES)**

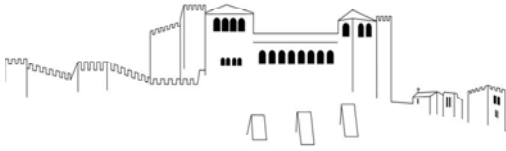
Obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

**DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Venho apenas lembrar que o ponto um da ordem de trabalhos refere-se ao relatório de atividades. Repito, relatório de atividades.

Não é nenhum relatório político. Ou seja, a análise política e a avaliação política compete aos senhores deputados e a esta Assembleia.



O que tem que estar neste relatório são factos. Tem que ser um relatório claro, preciso, conciso e tem que conter a matéria que é determinada na legislação em vigor, ou seja, a informação financeira, os processos judiciais e outras informações relevantes sobre a atividade do Município.

É isto que consta no relatório! Não tem que fazer uma análise política da ação do Município, antes pelo contrário. Tem que nos dar conta daquilo que é a sua ação e a interpretação do mesmo compete a quem está nesta sala.

Relativamente à questão informática da armazenagem de dados. O meu entendimento sobre esta matéria é que tem de haver segurança e esta não pode ser displicente. O armazenamento contém (muitas vezes) informação reservada, dados pessoais e hoje as novas tendências, nomeadamente o armazenamento em nuvem, ainda não tem níveis de segurança que permita ser utilizado de uma forma generalizada e reservada. Mais, não existe – sobre este tipo de armazenagem – regulamentação internacional com níveis de segurança adequado.

Senhor Presidente, fizeram muito bem na opção tomada para armazenar dados.

Muito obrigado.

**PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ ALVES)**

Obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara para, querendo, responder.

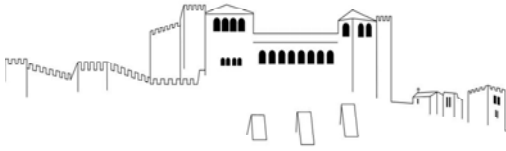
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)**

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha, relativamente à questão do *storage*, foi efetivamente para armazenamento de dados, uma vez que o sistema existente já estava a ficar saturado. Sob o risco de perder informação, houve a necessidade de adquirir este equipamento. Tendo solicitado o seu custo, não o tenho presente e transmitirei, *a posteriori*.

O local de realização da Feira de Maio será o parque de estacionamento do estádio, aproveitando também o piso zero do topo norte, onde se irão desenvolver atividades ligadas à feira.

Quanto ao estudo viário do entroncamento da rua de S. Tiago, tem a ver com o efeito da demolição de uma casa e presume-se que a outra também será em breve demolida, tendente a alargar aquele cruzamento, possibilitando – em simultâneo – que se crie ali algum espaço verde que possa estabilizar o local.



No que respeita ao projeto da Cela-Box, recordam-se (não me lembro se foi objeto de matéria na comunicação social) da situação de um cavalo abandonado e em muito mau estado, em que se desencadeou um movimento solidário pra o salvar, o que não foi conseguido pois que o cavalo faleceu já depois de ter sido transportado. O que queremos é que, para equídeos – sejam cavalos ou burros – passe a haver um espaço junto ao canil municipal que permita possibilitar – até se determinar quem é o dono – evitar aquilo que aconteceu. O cavalo permaneceu dois ou três dias em sofrimento, abandonado.

Senhor deputado Carlos Conceição, ainda bem que comunga do resultado contabilístico. Chegará a altura, em abril, de avaliarmos os resultados de 2012.

Senhora deputada Odete João, obviamente que lhe agradeço o facto de me ter defendido. O relatório é de atividades e não do Presidente da Câmara. Agradeço a sua delicadeza.

Muito obrigado!

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório da Atividade do Município e respetivo Relatório Financeiro.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Passamos ao ponto seis da ordem de trabalhos, de acordo com a alteração que fizemos.

**6. PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE LEIRISPORT – DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA, E.M. -  
Apreciação, discussão e votação.**

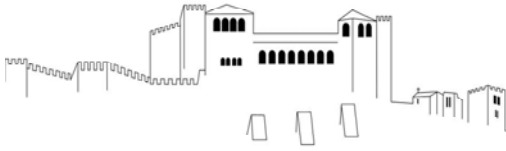
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Por delegação do senhor Presidente, fará a apresentação do ponto o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Muito boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, os senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, público e órgãos de comunicação social.



Com a autorização do senhor Presidente, passo a falar sobre o projeto de dissolução e liquidação proposto hoje a votação.

Foi um trabalho que foi desenvolvido – do ponto de vista técnico, jurídico e fiscal – com uma equipa multidisciplinar, com o apoio não só de técnicos da própria autarquia mas também com apoio jurídico externo (contratado para o efeito) e com a colaboração do revisor oficial de contas da própria empresa.

Foi um trabalho que visa apresentar à Câmara Municipal - e hoje à Assembleia -, a concretização daquilo que é uma imposição legal que decorre da Lei n.º 50/2012 que, de acordo com o seu artigo n.º 62.º, n.º 1, definiu um conjunto de critérios que - no caso de não cumprimento - obriga a uma tomada de deliberação ou de dissolução no prazo de seis meses. A lei foi publicada em 31 de agosto e, por isso, o prazo de seis meses termina no final do mês de fevereiro.

Nesse sentido, a Câmara aprovou recentemente esta proposta de dissolução e hoje caberá à Assembleia analisar e decidir sobre este mesmo projeto de dissolução.

O critério que não foi cumprido – à luz dos que foram definidos – foi o não cumprimento do critério D, que diz respeito à apresentação de resultados líquidos negativos nos últimos três anos. Com o não cumprimento desse critério, estavam reunidas as condições para a dissolução da empresa.

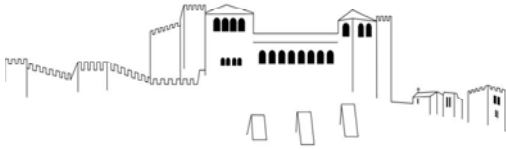
Conforme está patente no documento, este prevê uma transmissão global de toda a atividade, de todo o património e também de um conjunto de contratos associados - onde também consta os contratos de trabalhadores -, para o Município, sendo neste caso concreto, objeto de um plano de internalização que consta como anexo a este mesmo documento e sobre ele falarei mais adiante.

No que respeita ao projeto de dissolução, temos previsto um prazo de seis meses para liquidar o conjunto previsto de ativo e passivo.

Relativamente ao ativo, a nossa principal preocupação e atenção decorre, naturalmente, do principal equipamento imóvel da empresa – que é o estádio – e que terá que ser transferido no momento de aprovação do relatório final de liquidação, com o objetivo de (com isso) não trazer problemas do ponto de vista fiscal, nomeadamente impacto em termos de IVA.

No que respeita ao passivo, a empresa tem ainda como responsabilidade o empréstimo de dezoito milhões de euros, empréstimo este que - devem estar recordados -, já iniciámos um trabalho prévio de transferência desse empréstimo para o Município, já foi objeto de aprovação em reunião de Câmara e também aqui,





em Assembleia Municipal, e aguarda visto do Tribunal de Contas. Portanto, foi um processo que gozou de alguma antecipação, de modo a facilitar agora este período de liquidação.

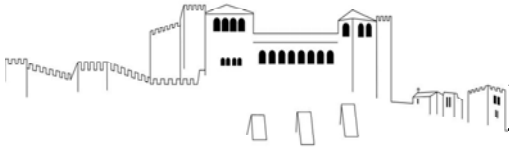
Em termos de contencioso, está também elencado um conjunto de processos que constam em tribunal, sendo o mais preocupante o que diz respeito à liquidação do imposto sucessório aquando da transmissão do direito de superfície do Município para a empresa e que – como devem saber – tem o montante aproximado de cinco milhões de euros e é, em termos de montante financeiro, o que detém maior preocupação.

No projeto de dissolução, como disse, a questão fiscal foi aquela em que tivemos de ter uma atenção muito redobrada – não só pela má experiência na questão do imposto sucessório – e por isso a questão do IVA foi a principal preocupação e – associado ao IVA – sendo a Câmara um sujeito passivo, as atividades que são transferidas da Leirisport para a Câmara terão que manter o mesmo regime e, nesse sentido, o estádio foi uma preocupação de análise e daí que o plano de internalização tenha em conta – também – momentos diferentes de passagem das atividades da empresa para a Câmara Municipal.

Em termos do plano de internalização, estamos a falar de um universo de trinta pessoas que considerámos importante serem transferidas para a Câmara Municipal, através daquilo que é o enquadramento legal da própria Lei n.º 50/2012, que permite – durante o período de até um ano – uma mobilidade, através de interesse público, desses funcionários para a autarquia, podendo esta – num regime excecional – abrir concursos e podendo esses mesmos funcionários concorrer em pé de igualdade com os restantes funcionários públicos do país que eventualmente concorram a esses concursos.

O que fizemos no plano de internalização foi transpor aquilo que era o novo organograma da empresa, depois de todo o processo de reestruturação que sofreu ao longo destes últimos seis meses, em que estas trinta pessoas estão distribuídas por quatro atividades, em que:

- O estádio tem treze pessoas;
- As piscinas têm oito pessoas;
- Os programas têm quatro pessoas;
- O parque de campismo tem cinco pessoas.



Neste processo de internalização, o parque de campismo fará parte da Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente e as restantes atividades irão fazer parte da Divisão do Desporto.

Dentro da atividade estádio temos a figura de um coordenador e quatro núcleos:

- O da parte desportiva;
- O da parte da comunicação, promoção e comercial;
- Uma parte dedicada à manutenção;
- Uma parte dedicada à parte da segurança.

Os motivos que estão inerentes à justificação da transferência destes funcionários tem sobretudo a ver com o *know how* que possuem e a necessidade de conseguirmos transferi-los para o desempenho de funções na autarquia, uma vez que esta não dispõe de recursos humanos suficientes para desempenhar essas mesmas funções.

A despesa, prevista no ano de 2013, para o enquadramento destes recursos humanos na autarquia, orça em trezentos e quarenta e um mil euros.

E, para já, é o tenho a dizer sobre o plano de internalização e sobre o projeto de dissolução.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor Vice-Presidente, peço-lhe que permaneça junto ao parlatório.

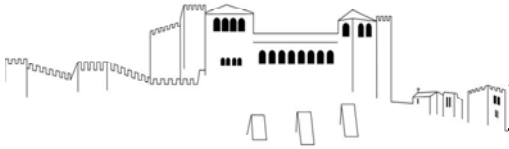
Foi-me formulado (já me tinham falado nisso antes) – pela Mesa – a seguinte sugestão: os pontos seis, sete, dois e três que, de acordo com a alteração da ordem de trabalhos, aprovámos apreciar sucessivamente, referem-se todos à Leirisport. O ponto seis e sete, inequivocamente; o ponto dois - que tem que ver com o mapa de pessoal -, é em resultado deste processo da Leirisport; e a modificação ao orçamento também.

A sugestão feita é que possamos discutir em conjunto os quatro pontos. Fazermos as nossas intervenções em conjunto sobre eles e depois fazemos a votação em separado. Ganharíamos talvez algum tempo e também alguma eficácia.

Se não houver, da vossa parte, oposição, assim se procederia.

Pode ser assim?

Se assim é, peço ao senhor Vice-Presidente da Câmara – suponho que é a ele que compete a apresentação de todos estes pontos -, podem ser ambos (o senhor Presidente e o senhor Vice-Presidente), a Câmara saberá como irá fazer a



apresentação, e depois passamos à discussão conjunta dos quatro pontos, sendo que (obviamente) votaremos em separado.

**7. RETIFICAÇÃO DA REVISÃO PARCIAL DO CONTRATO-PROGRAMA OUTORGADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A LEIRISPORT, RELATIVO AOS CUSTOS FINANCEIROS ASSOCIADOS AO FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL PARA 2013 - Apreciação, discussão e votação.**

**2. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2013 – Apreciação, discussão e votação.**

**3. II MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA - Apreciação, discussão e votação.**

#### **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

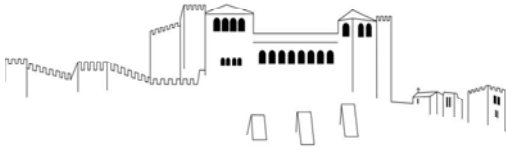
Relativamente ao ponto 7, “RETIFICAÇÃO DA REVISÃO PARCIAL DO CONTRATO-PROGRAMA OUTORGADO ENTRE O MUNICÍPIO DO LEIRIA E A LEIRISPORT, RELATIVO AOS CUSTOS FINANCEIROS ASSOCIADOS AO FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL PARA DOIS MIL E TREZE”.

Consiste numa alteração ao valor estipulado.

No valor da primeira deliberação não constava o IVA e é necessário retificar. Trata-se apenas de uma questão de correção.

No que diz respeito à “ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2013”, a integração dos funcionários, dos tais trinta funcionários que pretendemos trazer para a Câmara Municipal, durante o período de um ano, necessitamos de – no mapa de pessoal – configurar essas mesmas vagas. Daí a necessidade de proceder à alteração do mapa de pessoal e aparecerem um conjunto de vagas referentes a estes mesmos funcionários.

A “II MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA” tem sobretudo a ver com o impacto provocado pelo projeto de dissolução e o assumir de um conjunto de despesas que eram da responsabilidade da Leirisport e que passam a ser integradas no orçamento do Município, sobretudo a despesa com



os recursos humanos, uma vez que passa a ser necessário reforçar um conjunto de dotações financeiras, para poder pagar os respetivos ordenados.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

O senhor Presidente da Câmara pretende acrescentar alguma coisa? Não.

Muito obrigado senhor Vice-Presidente.

A palavra é dos senhores deputados.

Estão em discussão os quatro pontos.

Senhor deputado Carlos Conceição, por favor.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Teremos ocasião de discutir – lá mais para a frente – de outra forma.

Agora tenho algumas questões.

É muito importante que percebamos objetivamente algumas coisas, até porque convém falar deste tema com calma e tranquilidade. Até para que tomemos decisões esclarecidas e avisadas.

Quando falámos (na última intervenção) sobre a Leirisport, dissemos que, de facto, havia aqui algumas questões. A Leirisport tinha mais de cem colaboradores. Agora estamos a dizer que vamos internalizar trinta. Já sabíamos porque, apesar de esta extinção decorrer da lei, antes de a lei ser alterada, de modo a que a Leirisport lá *coubesse dentro*, o executivo já tinha tomado a decisão de a extinguir.

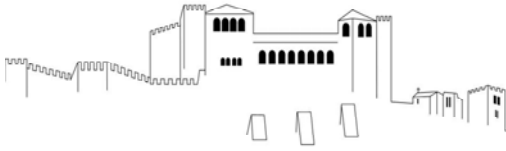
Portanto, a decisão da extinção da Leirisport já tinha sido tomada muito antes de a lei o permitir. É uma decisão legítima, politicamente legítima. É do senhor Presidente da Câmara e nós respeitamo-la.

Discordamos abertamente – já o dissemos – e que fique aqui muito claro, para que ninguém daqui saia com dúvidas. Eu ia dizer com dívidas... mas acho que com dívidas vamos sair todos... e, entretanto, cada vez mais.

Primeira nota: quanto é que custa manter a Leirisport aberta? Nunca vi esse número como deve ser. Não vi. Não consegui descobri-lo, com toda a clareza, que a Leirisport aberta custa X. E também nunca vi, com clareza, dizer que a Leirisport fechada custa Y.

Porquê? Se fecho, não extingo a dívida.

Embora se tenha transmitido, ao longo deste tempo todo, estádio/estádio/estádio... a Leirisport é muitíssimo mais que o estádio! Claro que este tem aqui um peso



relevante e fundamental, claro que sim! Mas a Leirisport é muito mais que o estádio e é muito mais que trinta colaboradores. Às vezes não parece, mas é.

Quanto é que custa manter aberto? Não sei.

Quanto é que custa manter fechado? Não sei.

Qual era o plano de reestruturação? Não sei.

Qual foi o plano estratégico para a empresa? Não sei.

Quantas vezes trocaram a administração daquela empresa nestes três anos? Três vezes? Talvez. Se bem me lembro, o conselho de administração mudou três vezes.

Pergunto aos senhores gestores, que estão nesta sala, qual é a empresa que resiste com uma mudança do conselho de administração tão frequente.

Qual é a estratégia que resiste?

Claro que a empresa tinha que correr mal! E se nós já tínhamos tomado a decisão de a extinguir...

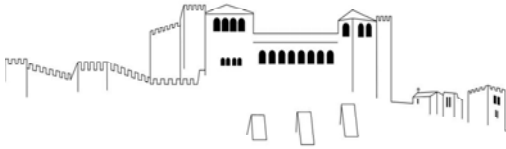
O problema é agora. É sempre a somar, claro que sim! Nos últimos três anos foi um milhão por ano! Até dois mil e nove, os resultados operacionais apreciaram-se.

Era possível fazer mais pela empresa? Sim!

Outro aspeto importante. Estive a ler o balancete dos saldos de clientes, a trinta e um de dezembro. Quase dois milhões e duzentos mil euros que estão ali por receber. Uns mais antigos, outros menos antigos mas estão por receber – alguns dos quais até estão bem próximos de nós, e ainda bem, é sinal que é mais fácil pedir o dinheiro... é só falar mais alto – o valor que mencionei. Não vi (se calhar vi mal, ajudem-me) nenhum plano específico de recuperação desse dinheiro rapidamente e nós sabemos que, nesta dificuldade de tesouraria - e eu acho que a Câmara Municipal tem uma dificuldade de tesouraria, não é só esta e as empresas também têm, todos temos, e foi por isso que em outubro falámos aqui do empréstimo para reforço da tesouraria – uma empresa ou uma Câmara Municipal que têm esta dificuldade, que tem ali dois milhões e duzentos mil euros nesta situação, gostava de perceber qual é o plano objetivo, forte e rápido para ir buscar este dinheiro que é fundamental para a atividade, até para liquidar indemnizações e outras coisas.

Isto para vos dizer o quê?

Já voltaremos a falar sobre este tema e estamos a fazê-lo com toda a abertura de espírito, com toda a tranquilidade e peço desculpa pois não percebo nada de gestão de empresas! Ao fim do décimo ano ainda não percebo nada e preciso de mais dez!



Para vos dizer que, na minha opinião – eu sei/nós sabemos que o PS aprova tudo e não é isso que quero discutir – este tema foi mal tratado de início.

Pedimos aqui um conjunto de informações que nunca tivemos. Penso que esta Assembleia tem por missão fiscalizar e para o fazer tem que ter com o quê, de uma forma clara, transparente e tranquila.

Na nossa opinião – bancada do PSD – de facto não temos informação suficiente para uma tomada de decisão calma, tranquila e consciente sobre a Leirisport. Porque reparem: quando há bocado falei nas opções políticas que encontramos nos relatórios financeiros, estas estão lá e são alcatrão, alcatrão, alcatrão! Eu teria preferido manter a Leirisport! E agora estou a falar em termos pessoais, até porque entendo – já lá vamos, mais à frente – que esta empresa tem um papel fundamental e estratégico e nenhuma outra, em Leiria, tem capacidade para a substituir.

As minhas questões são muitas. Têm a ver não apenas com as questões de gestão operacional da empresa (muitas dúvidas), com a gestão estratégica da empresa (muitas dúvidas), com a forma como este tema foi tratado (muitas dúvidas), com a forma como esta empresa foi sendo desnatada ao longo dos anos (muitas dúvidas), porque é que a empresa – até dois mil e nove – operacionalmente apreciou os seus resultados e nos últimos três anos está a perder cerca de um milhão de euros por ano.

Temos muitas dúvidas!

Não me digam que é só a dívida. É verdade. Ela está lá e tem que se pagar e só para alguns é que as dívidas são eternas e pagá-las é coisa de criança... para mim é coisa de adultos e achamos, sinceramente, que a forma como este tema tem sido tratado – desde o início – com muita leveza, com alguma boa vontade e com boa intenção (seguramente) mas de uma forma muito trapalhona e muito pouco esclarecedora. Porque acreditamos – sinceramente – que havia um outro caminho muito melhor para esta empresa.

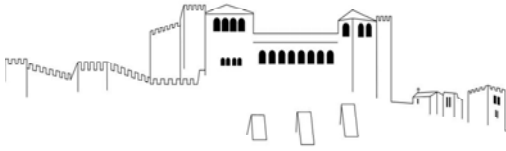
Para já, são as questões que deixo.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado José Peixoto.



## **DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)**

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Nós – Bloco de Esquerda – desde sempre que pugnámos pela extinção da empresa municipal Leirisport. Sempre foi essa a nossa posição e continuamos a mantê-la.

As razões que objetivamente nos levam a querer acabar com a Leirisport - contrariamente ao que disse o senhor deputado Carlos Conceição -, são os resultados negativos que ela apresentava, logo em 2005. Lembro-me que em 2005 o resultado negativo era de um milhão, novecentos e quarenta e três mil oitocentos e sessenta e seis euros. Lembro-me que a Leirisport tinha – já nessa altura – um prejuízo de cerca de dez mil euros por dia. Não é de agora, era nessa altura. Isto para não falarmos também em outros motivos, que nos levam a quereremos acabar com esta empresa municipal. Estou a falar, por exemplo, do caso do gerador, do célebre caso do contrato do gerador da piscina.

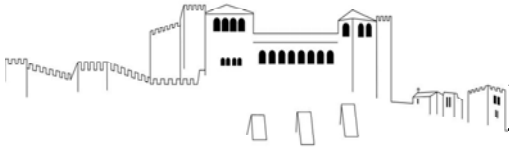
Todos esses motivos nos fazem querer acabar com a Leirisport.

Não sendo nova a nossa posição, não estamos de acordo com a forma como o executivo camarário tratou esta extinção. Porquê? Porque no meio disto tudo há trabalhadores e nós defendemos o emprego dos trabalhadores. Achamos que não são os trabalhadores os responsáveis pela situação da empresa e acho que foram as diversas administrações que a levaram ao estado em que ela está.

A maneira como este executivo despediu uns trabalhadores e colocou outros nos serviços camarários está muito longe de ser correta e transparente.

Devo dizer que tentámos, de alguma forma, apoiar os trabalhadores. Fizemos reuniões com a administração - que nos recebeu muito bem - e fizemos reuniões com a comissão de trabalhadores. Na altura já tinham sido despedidos trinta elementos e em novembro já tinham sido indemnizados. Estes últimos trinta acabaram por ser despedidos e na altura aceitaram as condições. Agora serão reintegrados mais trinta.

Defendemos que os trabalhadores são injustamente despedidos. Deviam ser integrados no quadro privativo da Câmara Municipal em situação transitória, até à sua integração no quadro de pessoal. Nenhum trabalhador que tenha uma relação hierárquica normal de trabalho, que cumpra o horário de trabalho, que cumpra tarefas de desempenho profissional normal deve ser despedido. Um trabalhador eficaz não deve ser despedido.



Não foi isso que a Câmara fez. Não foi esse o critério que seguiu. Uns ficaram e outros foram. Esta posição trona-se-me mais chocante quando vem tomada por um partido de esquerda. Faz-me impressão! Tenho muita pena mas faz-me impressão! Só não votamos contra este ponto porque já não podemos – infelizmente – fazer nada pelos trabalhadores e em relação à situação dos postos de trabalho.

De facto, somos a favor da extinção da Leirisport.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Permito-me chamar a atenção para o facto de termos consensualizado que o que está em discussão são os quatro pontos, o que significa que – quando terminarem as intervenções – os colocarei a votação, sucessivamente.

Senhor deputado Vitor Lourenço.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Senhor Presidente, quando me inscrevi para fazer uma curta e ligeira intervenção, era para esclarecer que ao termos agendado o ponto da análise da política desportiva concelhia, focalizamos a nossa atenção – em que se inclui, naturalmente, a Leirisport – nesse tema e nesse ponto, para não nos dispersarmos pelos pontos de que posteriormente tivemos conhecimento, agendados por parte da Câmara.

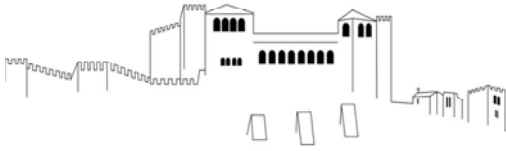
Venho só esclarecer isso.

A nossa posição sobre as questões da Leirisport foi aqui explanada durante três anos. As expressões que o senhor deputado Carlos Conceição aqui utilizou refletem e assinalam perfeitamente qual foi a posição da bancada do PSD sobre esta matéria.

Apenas gostaria de referir, corrigindo a informação do senhor deputado que me antecedeu no parlatório, que - na verdade - a Leirisport começou com resultados operacionais (como sabemos) muito negativos. O ano de 2004 (o ano do Euro) e 2005 foram anos muito negativos. Se conhecer bem a curva e os mapas apresentados da evolução dos resultados, é evidente que chegámos a 2007 quase com os resultados operacionais *à tona da água* (digamos) e em 2009 foram finalmente positivos. O revisor oficial de contas, que atesta as contas da Leirisport e que aqui apreciámos, com certeza que não se enganou nestes dados.

O que se inverteu foi a partir daí para cá e isto aconteceu porque se esvaziou.





A ideia, como aqui já foi sustentada, da sua extinção estava presente no espírito, nos procedimentos e nos objetivos do senhor Presidente, da Câmara Municipal e da maioria que gere o Município. Portanto, fomos argumentando – ao longo do tempo – sobre as metodologias utilizadas que, não esvaziando a Leirisport, era possível que a empresa, gerindo não só o estádio (utilizemos o estádio) que - sendo instrumento de uma política desportiva de que a seguir falaremos -, como instrumento de política desportiva poderia muito bem cumprir o seu papel com sustentabilidade.

E foi esse conjunto de argumentos, de situações, de esclarecimentos que aqui foram muitas vezes analisados nas Assembleias Municipais, durante estes três anos.

Portanto, a nossa posição – sobre a questão da extinção – é conhecida. A lei surgiu e inicialmente os Municípios (e o senhor Presidente) até estariam contra aquela lei do Governo mas depois a Leirisport encaixou-se - ou a lei foi transformada para que empresas como a Leirisport lá coubessem -, mas porque ela não cumpriu a sua missão, aquela para que foi fundada. Se tivesse cumprido, estaria completamente fora dos critérios da lei.

A seguir, no ponto sobre política desportiva, voltaremos ao tema.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Paulo Pedro.

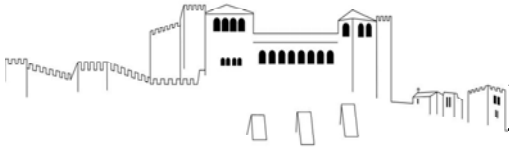
**DEPUTADO PEDROSA PEDRO (PS)**

Boa noite.

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Já surgiram hoje aqui dúvidas relativamente a esta questão da dissolução da Leirisport e também eu tenho uma dúvida. Para que é que serviu a constituição desta empresa?

Alguns dos aqui presentes já seriam membros desta Assembleia – é o meu caso – na altura da sua aprovação. Tive a oportunidade (nessa altura) de votar contra a constituição desta empresa e de dizer que, por certo, não traria mais-valia nenhuma para o concelho. E o facto é que não trouxe:



- Podia ter-se poupado – eventualmente – alguns custos ao Município e podia não se ter enganado alguns trabalhadores se toda esta atividade tivesse sido centralizada no Município, como poderia ter sido;
- Foram custos de gestão acrescidos. Ninguém tem dúvidas disso. Se tivesse sido feito através da Câmara teriam ficado muito mais baratos;
- Foram custos de imagem. Todos se recordam que a partir da sua constituição celebrou-se logo um contrato para *arranjar* a imagem da Leirisport – o símbolo e a imagem – tudo isso custou muito dinheiro;
- A fiscalização das contas. É uma parte da autarquia mas deixou de ser fiscalizada através da Assembleia Municipal e passou a ter um revisor oficial de contas. Também isso custou dinheiro;
- As trapalhadas do IVA sobre as indemnizações compensatórias, que tantos custos trouxeram ao Município;
- A trapalhada do imposto sucessório, que já aqui foi hoje falado.

Não vi, nessa altura, qual era a vantagem de constituir uma empresa municipal. Não vejo hoje e por isso dou os meus parabéns à Câmara Municipal por ter tomado esta atitude, muito antes (mesmo) da Lei n.º 50/2012.

Parece-me que o projeto de dissolução é bastante equilibrado e mesmo as questões processuais com os trabalhadores me têm parecido – pelo menos pelos relatos que têm aparecido na comunicação social –, justos e rigorosos.

Mais uma vez dou os meus parabéns à Câmara Municipal de Leiria por esta atitude e, reafirmo, nunca se deveria ter criado a empresa municipal Leirisport. Não trouxe qualquer mais-valia ao concelho nem ao Município.

Obrigado.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

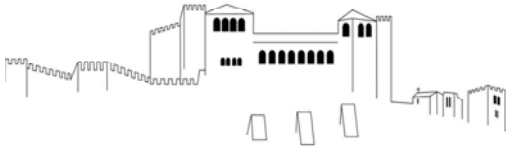
Senhor deputado Domingos Carvalho.

#### **DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

A Leirisport não trouxe nenhuma mais-valia ao concelho. Acabou de ser dito aqui e agora.

Como tive a oportunidade de dizer – ao tempo – o Euro 2004 não trouxe nenhuma mais-valia a Portugal, antes pelo contrário. As coisas devem ser vistas na sua



génese. A organização do Euro 2004 – nos moldes em que foi concebida – foi a génese deste problema.

Portanto, já que queremos recuar tanto na matéria, devemos ir onde isso começou. Recordo-me também (não aqui mas no salão nobre dos paços do concelho), de ter dito – ao tempo – que as premissas que um senhor fantástico, creio que se chama ainda Armando Vara (era Secretário de Estado), que apresentou a candidatura portuguesa e deu os *hossanas* à enorme vitória que foi a organização do Euro 2004 por Portugal, baseava-se nos seguintes pressupostos: Portugal tinha acabado a revolução que consubstanciava a eletrificação, o abastecimento de água canalizada e o saneamento básico. Era altura de partirmos para novos desafios. Isto está nas atas das Assembleias Municipais e qualquer um de nós o pode consultar.

Na altura, como hoje, eu e tanta gente neste concelho não tínhamos esgotos. Para mim essa revolução não estava consubstanciada. Enfim... que Portugal quisesse organizar o Euro 2004 até podia entender. Que Leiria quisesse participar nisso... já nessa altura não entendi.

Mas uma das coisas que tenho aprendido ao longo da vida – e da pior maneira – é que decisões erradas, decisões que não correm bem, decisões que não são exatamente o que queremos todos nós tomamos. Todos! E aquilo que nós, enquanto cidadãos, enquanto membros da comunidade, enquanto políticos, enquanto atores da cena da vida real temos que fazer é das coisas que correm menos bem tirar o melhor proveito possível.

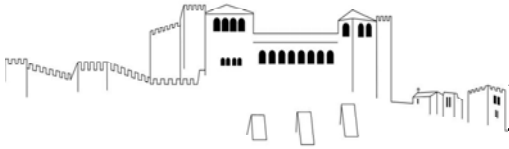
Vem a propósito referir dois acontecimentos que ocorreram aqui hoje.

Foi aqui citada uma interpretação perfeitamente diferenciada, do senhor vereador Gonçalo Lopes, em relação a duas leis diferentes:

- Uma, que não fazia parte do programa do Partido Socialista à Câmara Municipal de Leiria – que era a questão da reorganização administrativa e a célebre fusão das freguesias. Motivou, da parte de senhor vereador, uma enorme contestação à lei, já depois de ela ser aprovada. Ela foi aprovada e é passível de contestação;
- Há minutos atrás, algo que fazia parte do programa do Partido Socialista – que era a extinção da Leirisport – não foi apresentado como o cumprimento do seu programa. Foi apresentado como o cumprimento da lei da nação.

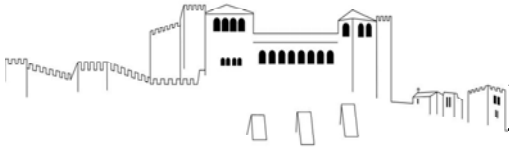
Com certeza que todos repararam nisso.

Estes pequenos detalhes são questões que a mim me entristecem. Não posso utilizar outra expressão porque são política que é pouco consequente.



É óbvio que os resultados da Leirisport tinham que ser afetados por todo o ambiente que foi criado ao longo dos últimos tempos. Não vou sequer discutir as pessoas que foram nomeadas para a administração ou as capacidades que teriam para poder implementar as melhores diretrizes e melhores pressupostos estratégicos, para que a empresa consubstanciasse melhor a sua atividade – isso compete ao seu administrador único. Por isso, provavelmente teve que fazer tantas alterações, embora sejam motivo para que reflita pelos erros que cometeu, mas a verdade é que (como dizia antes, e retomando o fio da meada) quando nós cometemos erros devemos tirar o melhor partido deles. Confesso que tenho enorme dificuldade em ver que a Câmara Municipal, com as dificuldades financeiras que tem, consiga poder fazer uma implementação de uma política desportiva – e até em algumas áreas lúdico-culturais – sem ter uma empresa que possa ser um veículo de captação de receitas. Claramente admito que seja um fator de castração na capacidade de a Câmara Municipal ser um intérprete eficaz da atividade em áreas que são fundamentais e que todos vocês – em particular os presidentes de junta – têm consciência da dificuldade que a Câmara cada vez mais tem em poder ser um apoiante às atividades desportivas e lúdico-culturais e isso vai agudizar-se. Obviamente que já podemos dizer que nos últimos anos a Leirisport já nada fazia nesse sentido. Não fazia porque de facto nada foi feito para que o fizesse. Era obrigação da empresa fazê-lo, tinha que o conseguir ter feito e era para isso que ela existia. Pelo menos para isso! Se o não fez era por incompetência de quem estava à frente dela. Devê-lo-ia ter feito!

Agora, os senhores têm consciência de que a Câmara não vai ter capacidade de o fazer. Vai ser um fator de enfraquecimento da nossa capacidade de intervenção. E é isso que nós estamos aqui, neste momento, para julgar. Não é uma decisão puramente política, no sentido da intervenção que o senhor vereador Gonçalo Lopes aqui teve, estamos aqui para nos assumirmos como leirienses e para responder perante a população no sentido de que as medidas que vamos aqui decidir hoje tenham consubstanciação no bem-estar da nossa população. Isto porque, com todo o à vontade (perdoem que vos diga), muito mais que o senhor deputado Paulo Pedro, se alguém fez finca-pé – e está ali o senhor vereador Vitor Lourenço, que se recordará disso – contra a Leirisport, o estádio e o Euro 2004 em Leiria... fui eu! E bati-me contra isso. Quem aqui estava certamente que se recordará bem disso e tenho toda a legitimidade para falar sobre essa matéria.



Agora é exatamente isso que está em causa. É que nós temos batalhas que ganhamos e batalhas que perdemos e quando as perdemos temos que fazer das fraquezas forças e tirar daí o maior benefício para a nossa comunidade.

Neste momento, com as condições financeiras que o país e o concelho têm... se calhar vamos todos perder mais um bocadinho.

É motivo de reflexão.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra, por favor.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

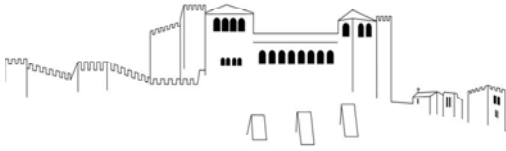
Estamos, mais uma vez, a discutir a Leirisport. Já extinta mas continua a dar que falar.

Não nos podemos esquecer que a alínea introduzida na lei, que acabou por levar à extinção da Leirisport, foi feita nos corredores da Assembleia da República. Isto só nos mostra uma coisa... que houve, com certeza, negociação entre PS e PSD. Uns a exigirem a introdução dessa alínea e outros a aceitar essa inclusão.

Sempre questionámos se a missão atribuída a esta empresa municipal não poderia ser desenvolvida dentro da estrutura do Município, como serviço municipal. Propusemos aqui, nesta Assembleia - no pretérito mandato - que fosse criada uma comissão para avaliar se o que a Leirisport fazia não poderia ser feito de modo mais eficaz e eficiente por uma unidade orgânica dos serviços da Autarquia. Não quis, contudo, o PSD que a Assembleia avaliasse o que quer que fosse. Por mais de uma vez pusemos este facto em evidência.

Já neste mandato defendemos a mesma posição mas o PS preferiu enveredar pela encomenda de estudos, que acabaram por ir para o lixo, esbanjando assim dinheiros públicos.

A grande obsessão do presidente Raul Castro era a extinção da Leirisport. Parecia uma *vendeta* (tratar-se de uma vingança... não sei porquê), não lhe importando se os municípios de Leiria eram ou não prejudicados ou com a situação lesiva que iria provocar aos seus trabalhadores, remetendo-os para o desemprego.



Sendo certo que era seu objetivo a extinção da Leirisport, teve tempo para o fazer de forma harmoniosa, sem retirar benefícios aos munícipes e sem lesar as dezenas de trabalhadores que viram violado o seu direito ao trabalho.

Pela forma como foi feita a extinção da Leirisport e se fez a gestão dos despedimentos dos trabalhadores, votaremos contra.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Luís Pinto.

**DEPUTADO LUIS PINTO (PS)**

Luís Pinto, Partido Socialista.

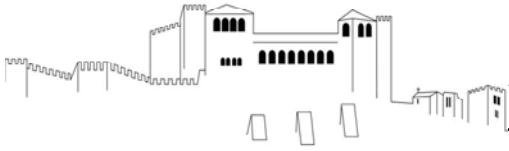
Naturalmente que a Leirisport foi um projeto que nasceu torto no nosso concelho e que foi, de facto, um grande *monstro* (sob o ponto de vista financeiro) que foi criado.

Desde logo, e o facto de ter sido constituída uma empresa municipal, provocou uma falta de fiscalização por parte desta Assembleia e do poder político. Basta dizer que a poucos meses da realização do Euro 2004 nós - nesta casa- e a senhora presidente de Câmara de então, assumia que o projeto poderia custar menos de vinte milhões de euros e, poucos meses depois, revelou-se que custou mais cinco vezes do que havia sido previsto, sem que houvesse qualquer tipo de acompanhamento.

Já aqui foi falado o caso do gerador e tantos outros, que demonstram quantos milhões a mais – para não falar do topo norte – que se gastaram desnecessariamente. Não foi na promoção desportiva do concelho, não foi no serviço aos cidadãos deste concelho.

Naturalmente que é sempre positivo que possamos ter todos os esclarecimentos e toda a clareza e toda a transparência em relação a números. Não será preciso ser muito bom gestor para o percebermos, no curto prazo, e o futuro demonstrará com muita facilidade quantos milhões este Município irá poupar com esta decisão, que era desejada pela população, sempre manifestada pela generalidade e a maioria das forças vivas do nosso concelho. Esta extinção decorre da legislação e também do que era o programa do Partido Socialista.

Naturalmente que a forma como o processo e o *timing* em que ele está a decorrer tem mais a ver com a legislação do Governo do que propriamente com a atuação da Câmara Municipal, até porque – e apesar de ter sido há pouco dito que havia



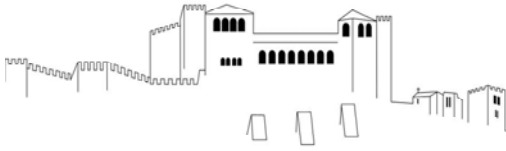
aqui grande obsessão da parte do presidente da Câmara – foi dada a oportunidade, nos últimos três anos, para que a empresa também pudesse demonstrar da sua capacidade. É evidente que temos aqui uma situação económica/financeira que não ajudou, bem como também o comportamento do principal utilizador do estádio, em relação a outros resultados financeiros. Mas a verdade é que mesmo em termos de número de trabalhadores, estamos já a verificar que de facto tinha sido aqui criado um *monstro* que não era possível alimentar e, infelizmente, algumas dezenas de trabalhadores tiveram que ir para o desemprego. De facto, a empresa e o serviço que a Leirisport prestava ao desporto deste concelho não necessitava de um tão elevado número de trabalhadores e, logo, estava a ser feito um gasto não necessário e não prioritário nas contas do Município.

Hoje podemos já ver algum resultado das primeiras tomadas de posição e medidas em relação à retirada de algumas funções da Leirisport.

Hoje, quem visitar os pavilhões que entretanto foram colocados sob a gestão das juntas de freguesia, já consegue ver a diferença e consegue ver que - num curto espaço de tempo - muitos desses pavilhões receberam melhorias graças ao facto (como sempre dissemos) da proximidade dos decisores e a forma como os seus presidentes de junta zelam pelo património que têm na sua freguesia provocou logo uma mobilização de melhoria e de algumas obras nesses pavilhões, que assim podem prestar um melhor serviço e cujas obras realizadas orçaram em muito menos do que é habitual. Os pavilhões conseguem estar – hoje – com uma melhor taxa de ocupação e mais ao serviço do desporto do concelho, com menos custos, com mais proximidade e com um melhor tratamento. É nisto que confiamos e foi nesta estratégia que sempre apostámos para começar.

Naturalmente, se dois terços dos trabalhadores (e desses custos) vão deixar de ser assumidos pela autarquia sempre se verá que haverá uma grande poupança e, mesmo que exista alguma dificuldade nisso não tem que ser assim. Em relação à conquista de algumas receitas estamos certos que – a tempo – verificaremos que os resultados são francamente positivos, não só sob o ponto de vista financeiro mas sobretudo (e aí é que é importante) em termos da própria política de desenvolvimento do concelho de Leiria, possamos ter muito mais verbas disponíveis para aquilo que também deve ser a prioridade do Município nessa matéria.

Durante muitos anos estivemos a gastar muito dinheiro em estrutura, quando o grosso da população e dos cidadãos não tinha acesso aos pavilhões e ao estádio.



Era absorvido demasiado dinheiro para que poucos cidadãos de Leiria pudessem utilizar esses mesmos equipamentos e essas infraestruturas. Certamente que iremos ganhar muito, sob o ponto de vista financeiro. Vamos ganhar, sobretudo – e esse é também o desafio que aqui fica ao Município – em relação a que muito do dinheiro que se vai poupar possa ser aplicado precisamente naquilo que é o mais importante, que é a saúde dos seus cidadãos. Disponibilizar mais espaços, haver mais capacidade para que as pessoas pratiquem - mais do que desporto – atividade física e possamos ter cidadãos mais saudáveis e uma cidade mais disponível para os seus.

É nisso que confiamos e esta situação parece-nos pacífica. Não vou utilizar muitos argumentos em relação ao facto de ser uma lei e – como dizia a bancada do PSD em relação às leis da nação – temos que a seguir e cumprir. Nem que seja por esse ponto de vista mas, para nós, há muito mais para além da própria legislação e esta medida serve os interesses dos cidadãos de Leiria.

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição, para uma segunda intervenção.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Às vezes sinto que tenho que pedir desculpa porque estou cá há pouco tempo. Os senhores falam do passado, do passado e do passado... é verdade, se calhar não se devia ter construído, tem razão.

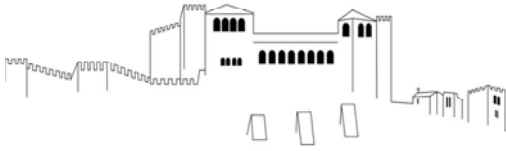
Mas, minhas senhoras e meus senhores, com muito carinho vos digo: está construído. E agora? Vamos demolir? Sim, eu sei que há quem o defenda.

Peço desculpa pois só cheguei agora e prometo que com a mesma leveza com que cheguei também partirei. Prometo-vos.

Podemos falar do ano passado, de há dois anos, de há dez anos, de há quinze anos, de há cem anos, de há trezentos anos e de há quinhentos anos. Podemos sim senhor! Vamos a isso!

Já falei do tema três ou quatro vezes e falaram-me do caso do gerador. Não faço a mínima ideia do que é mas prometo-vos que quando sair daqui vou esperar pelas pessoas que falaram, para me explicarem o que é. Porque alguém vai ter que me explicar o que é! Porque se alguém pensa que com boatos, rumores ou seja o que



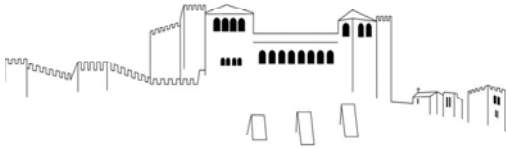


for, corta a minha liberdade... desengane-se. Têm pela frente um homem muito tranquilo.

Escutei com atenção a intervenção senhor deputado Luis Pinto – a quem cumprimento com carinho, respeito e amizade – e concordo com ele. Mas temos é uma divergência grande. É que nós achamos que o instrumento adequado para esse desenvolvimento faz-se com a Leirisport e não sem ela. Sabem porquê? A conclusão a que chego, depois de escutar com atenção o senhor deputado Luis Pinto, é que a única coisa em que o Município vai ganhar é nos custos com pessoal das pessoas que se despediram.

E porquê? Porque as despesas com o estádio ficam, o empréstimo fica, fica tudo! Estamos a esquecer um pequeno detalhe (dezoito, dezanove, vinte, cinquenta milhões de euros... não sei, não interessa), sabem qual é? Eu vou ter que continuar a pagar as dívidas. Há sempre dois caminhos.

Ouvi o senhor deputado do Bloco de Esquerda e volto a dizer que os primeiros três, quatro, cinco anos das empresas da dimensão da Leirisport, normalmente – em todos os sítios do mundo – dão resultados negativos, fruto dos grandes investimentos que se fazem. Quem gere empresas sabe que quando constrói os planos de negócio, não há nenhuma empresa cujo plano de negócios não atinja o equilíbrio a três anos, por exemplo. Dependendo do investimento será a três, a cinco, a dez ou a quinze anos e a estratégia depois – é de valorização da empresa ou desvalorização. O que foi feito, desde o início deste mandato, foi a desnatação da empresa e do seu património, alocado às juntas de freguesia. Não coloco em causa os senhores presidentes de junta e o cuidado que eles têm pelas suas infraestruturas. Isso, para mim, não está em causa. Até porque um colaborador que agora transita para a Câmara Municipal vai ter mais custos na Câmara do que tinha na Leirisport, a começar pelo horário de trabalho, que é diferente na Câmara Municipal. Começa a cobrar horas extraordinárias pois na Leirisport tinha um horário diferenciado. Até por aí. Quando perguntei há bocado sobre as contas, para me ajudar – se calhar não vi porque sou muito distraído -, é a isto que me referia. Esta é obviamente uma questão política e de sensibilidade política, é verdade. Mas agora vamos esquecer a política e falar das coisas como elas são, que é o que estamos a tentar fazer. Dez anos, para uma empresa como a Leirisport, com resultados negativos, não é nenhum caso excecional, desculpem! E esta empresa teve – em 2009 – resultados operacionais positivos. Portanto, o caminho foi



positivo! É verdade que a crise veio e houve um conjunto de coisas... claro que sim! Mas a estratégia foi a desnatação da empresa, não foi a sua valorização, desculpem! Foi a dissolução do seu património e a entrega sectorial às juntas de freguesia. E é isto que estamos a dizer! Na nossa opinião, isto não serve Leiria! O senhor deputado acha que sim... eu respeito mas eu e o PSD achamos que não!

Para terminar, podemos continuar a falar do passado? Podemos!

Podemos continuar a lamentar, todos os dias, o facto de termos construído o estádio? Podemos!

Mas temo-lo ali! Tão alto quanto o castelo. E o estádio não tem problemas de iluminação. O castelo é que tem. E agora? Agora temos que resolver, temos um problema para resolver. E alegam "mas eu avisei!"... a minha mãe também me diz isso e acrescenta "agora pagas a fatura".

É o que estamos a fazer. Com esforço? Sim!

Foi uma asneira? Talvez.

E agora? Agora temos que pagar.

Quem? Todos! Dando o nosso melhor.

Na nossa opinião, o melhor faz-se com a Leirisport, não sem ela.

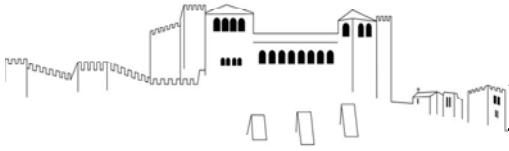
Na nossa opinião, acentuam-se os desequilíbrios sem a Leirisport.

Na nossa opinião, a Leirisport é fundamental para uma política desportiva equilibrada. E o estádio também, porque o estádio é um ativo que tem sido sistematicamente desvalorizado.

Na nossa opinião, o estádio não tem sido valorizado.

Agora, a dívida está por pagar e eu tenho duas hipóteses.

O senhor deputado Luís Pinto disse uma coisa muito interessante – e eu termino com esta -, percebeu-se agora que já há muito menos gente e podia-se fazer tudo com menos gente. Então, a primeira coisa que o primeiro conselho de administração, nomeado para aquela empresa, deveria ter feito era um plano de reestruturação, a começar pelos recursos humanos. Eu sei que é muito difícil dispensar pessoas, acreditem que eu sei! É a pior coisa que podemos fazer. O PSD não tem nada contra a extinção das empresas, não temos nenhum problema. Mas sabem uma coisa? Então o primeiro conselho de administração deveria ter reestruturado a empresa, *de alto a baixo*, e elaborado um plano estratégico de desenvolvimento da empresa. Três anos depois é que nos dizem? Desculpem? Três anos é muito tempo e nestes três anos tudo piorou.



Agora apresentam-nos isto quase como um caminho irreversível e como se não houvesse outra alternativa.

Desculpem, minhas senhoras e meus senhores! Havia – e há! – outra alternativa!

E na nossa opinião é com a Leirisport, que é aquela que os senhores não querem equacionar. Têm toda a legitimidade política para o fazer – voltamos a dizer -, mas nós (obviamente) não concordamos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Vitor Lourenço, para uma segunda intervenção.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Venho aqui a propósito da intervenção do senhor deputado Luís Pinto, e já explico porquê, e fica esclarecido o senhor deputado desta Assembleia que aqui se apresentou como *jovem*, antes de mim.

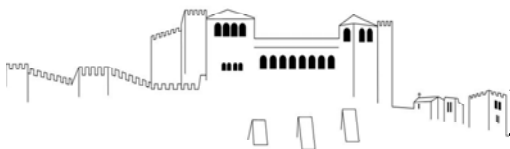
Quando anteriormente aqui falei, com a pressa não disse que em relação à intervenção do senhor Vice-Presidente e vereador Gonçalo Lopes, nós não temos nada a apontar.

O que ele aqui apresentou foram os critérios a que a lei obriga para a extinção da Leirisport. Não temos nada – efetivamente – para contestar em relação à explicação que aqui nos deu pois transcreveu os critérios que obrigam à extinção.

A nossa contestação vem dos argumentos que aqui foram já aduzidos e do histórico.

Senhor deputado Luis Pinto, esta nossa posição de deputados justiceiros... penso que havia de ter sido arredada – já há muito tempo – desta nossa Assembleia Municipal. Esta cultura de deputado justiceiro já acabou há muito tempo. Sabe que os tribunais tomaram posição sobre a questão do gerador? E o senhor veio novamente aqui fazer insinuações sobre essa matéria? Desculpe! Foi aqui dito pelo senhor deputado e indicado como um gravíssimo problema. Os tribunais julgaram essa situação! Acabemos, de uma vez por todas, com essas questões de insinuações porque aqui temos que lidar com factos e com opiniões políticas divergentes, naturalmente. Mas factos são factos. Não os podemos alterar nem iludir e foi o que o senhor deputado aqui veio tentar fazer.

De qualquer maneira, já que trouxe a questão das despesas e dos prejuízos. Naturalmente que quando aqui fala daquilo que os senhores presidentes de junta – e bem – já fizeram de melhorias nos pavilhões, significa que o abandono que esta



administração (proposta por esta Câmara) durante três anos fez com que se degradassem os nossos pavilhões desportivos! O desinvestimento, a desnatação – como disse o senhor deputado Carlos Conceição – da Leirisport provocou exatamente que esse abandono deixasse de ter intervenção e eles degradaram-se, como continuará a acontecer se os senhores presidentes de junta não forem proactivos nessa manutenção, como é normal. Qualquer equipamento destes tem um desgaste consecutivo e permanente e foi esse o resultado desta política de abandono de três anos. É só por isso que os pavilhões necessitaram agora de serem renovados e sofrerem intervenções.

Senhor Presidente da Câmara, falou-se aqui muito de resultados, de prejuízos. Não quero elencar números porque de números já nós aqui falámos muito e muitas vezes. A decisão política da Câmara e da maioria está tomada mas ainda assim pergunto-lhe, por exemplo, acerca de um contrato que havia, de captação de receitas para a Leirisport, com uma empresa seguradora.

O contrato mantém-se? É muito dinheiro por ano.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado José Francisco.

#### **DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)**

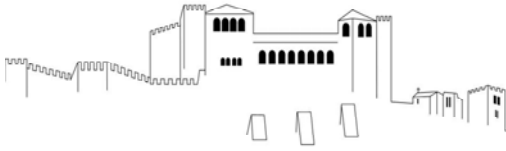
José Francisco, CDS-PP.

Boa noite senhor Presidente, senhores vereadores, caríssimos colegas, senhores jornalistas e público em geral.

Já aqui falámos, no passado, acerca da política desportiva da Câmara, aquando dos valores cobrados aos clubes (em determinada altura) e antes de os equipamentos transitarem para as juntas de freguesia.

A pergunta que gostaria de lhe fazer é se a internalização - os colaboradores que vão ser reutilizados pela Câmara e a sua integração - visa e tem consecução em alguma política mais abrangente e estratégica de desporto ou se é apenas dar continuidade a algo que já se vinha definhando.

A Leirisport, independentemente dos resultados operacionais que tenha tido e dos prejuízos apresentados, fazia algo. Esses resultados têm vindo a definhar e pergunto se há uma política integrada.



Este processo terá continuidade numa política desportiva mais abrangente ou é meramente o dar continuidade à lei e vamos aguardar as cenas dos próximos capítulos?

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Luís Pinto, para uma segunda intervenção.

**DEPUTADO LUIS PINTO (PS)**

Luís Pinto, Partido Socialista.

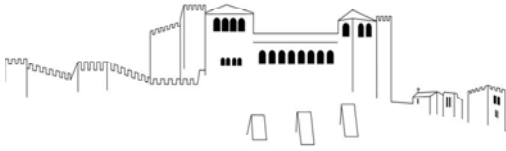
Naturalmente que sem a extinção da Leirisport não seria possível reduzir o número de trabalhadores porque a estrutura estava preparada para aquele número de trabalhadores. A redução de pessoal não poderia ter sido feita há três anos atrás. Não mistifiquemos as coisas.

O que o tribunal não imputou foi culpas a ninguém, em relação à situação do gerador. Também não disse que tinha havido boa gestão. Em contrapartida, e estão aqui deputados que fizeram parte da comissão (e eu próprio) da Assembleia Municipal, presidida por um deputado da bancada do Partido Social Democrata, que foi das poucas comissões que funcionou como deve ser e que foi muito clara na sua apreciação. O que concluiu – e está escrito em ata e consta em outra documentação – foi que tinha acontecido uma de duas coisas: ou dolo ou uma grande incompetência ao nível da gestão. Isso é que é claro e a decisão do tribunal não veio contrariar nada disto porque não foi sobre isso que se debruçou.

Estou disponível para mostrar as atas e todo o trabalho que essa comissão produziu ao nosso colega e deputado Carlos Conceição, para que ele possa perceber como é que mais de dois milhões de euros *voaram* para gastos que não justificariam provavelmente nem cinquenta mil euros.

Houve, de facto, porque era isso mesmo que as empresas municipais possibilitavam (não só esta) – essa falta de controlo político e de acompanhamento – e que provocou imensos gastos não controlados. O caso do gerador foi um deles, onde foram muitas centenas de milhares de euros mal aplicados e desnecessariamente. A comissão não encontrou justificação nem documentação que o legitimasse. Portanto, não venhamos aqui tentar alegar com os tribunais porque não foi sobre isso que estes se debruçaram.

Por outro lado, e vai ser fácil de ver nos próximos meses, não estamos a falar apenas do que se vai poupar em pessoal. Serão poupados muitas centenas de



milhares de euros porque a própria estrutura – e isto tinha sido denunciado pelo próprio tecido associativo e desportivo do concelho – para ter bons resultados operacionais, estes eram conseguidos por transferências do Município porque se encontravam atividades para ocupar os espaços e muitas vezes inflacionadas, sob o ponto de vista financeiro, para justificar receitas e transferências do Município que não eram justificáveis. Eram empoladas, para trazer melhores resultados operacionais.

O nosso concelho gastava milhões de euros, sobretudo para o desporto federado e para uma espécie de elite desportiva não existente e que absorvia esses meios. Se pensarem que, em média, este concelho aplica quatrocentos a quinhentos mil euros no apoio ao associativismo no geral e à prática desportiva, seguramente iremos poupar na ordem dos milhões de euros, em que se uma pequena percentagem (de dez ou quinze por cento) fosse aplicada efetivamente na atividade física – naquilo que é importante para a saúde de uma comunidade – teríamos resultados fabulosos. Será mais fácil obter bons resultados, com o empenhamento descentralizado das juntas de freguesia e com o apoio ao movimento associativo, porque conseguiremos (com muito menos dinheiro) multiplicar essas atividades para que mais cidadãos possam desenvolver atividade física e ter mais saúde.

Não tenho dúvidas nenhuma acerca do que digo e isso será facilmente constatável nos próximos relatórios de contas, já deste ano de 2013 e nos seguintes e sem margem de dúvida. Quem acompanhou o tipo de gastos e o que custava, *per capita*, pela utilização de equipamentos desportivos em bons projetos, como por exemplo o ViverAtivo (que ainda hoje se mantem), um bom projeto mas o custo de cada cidadão que nele participava - com aquilo que pode custar a partir de agora - é muito menor para exatamente a mesma atividade que, sendo assim, em que não era possível aderirem mais cidadãos, agora poderá multiplicar-se por cinco ou por dez e com ganho para a saúde deste concelho e para o bem-estar de todos.

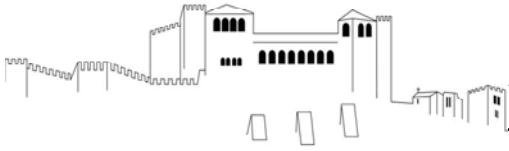
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Domingos Carvalho, para uma segunda intervenção.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

De forma telegráfica, só por que já ouvi aqui abordar a questão do gerador (mais do que uma vez) e porque admito que algumas pessoas não saibam exatamente do que é que se está a falar. Não vou contar essa história. Não me parece que seja o



momento para falar dessa questão, de forma profunda, mas – uma vez mais – acho que é importante que tenhamos consciência de que não vamos misturar *alhos com bugalhos*.

A Leirisport é uma empresa que teve – na minha perspetiva – quatro momentos de vida:

- A sua génese, o momento em que é concebida, que tinha um propósito que (genericamente) nunca acabou por ser consubstanciado e é criada dessa forma;
- O período de construção do estádio e o Euro 2004 - e o incidente gerador ocorre nesse período;
- O período pós Euro 2004;
- O atual mandato do executivo do Partido Socialista.

Estamos a falar de coisas que convém diferenciar. A gestão da empresa, enquanto empresa para a atividade que tem, não tem a ver com as questões do gerador. Misturá-las (na minha opinião) não é muito correto. Entendo que é relevante fazer este esclarecimento. Esse *fait-divers*, essa questão – que teve a importância que teve no momento em que teve – que foi tratada da forma adequada por quem teve que ser, e quem não a tratou de forma mais adequada é porque entendeu que o não devia fazer. Pela minha parte, que integrei essa comissão que o senhor deputado Luis Pinto referiu, acho que fizemos um trabalho digno de registo. A nossa função esgotou-se ali mas é bom que todos tenhais consciência de que esse período é antecedente da Leirisport que estamos a discutir, a Leirisport funcional para o concelho.

A Leirisport que estava até esse momento e que teve esse tipo de despesa e de custo é uma Leirisport que vivia para a construção do estádio. Esgotava-se nisso. As piscinas, nessa altura, eram um complemento – aliás – o gerador ocorreu exatamente nessa circunstância.

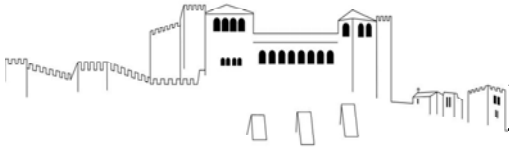
Portanto, é bom – para todos vós – terem claro de que uma coisa não deve ser misturada na outra. É bom que, para nós fazermos ginga aos nossos argumentos, não usemos sombras chinesas porque o gerador não tem nada a ver com a administração da empresa, que ocorreu depois.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.

É a última inscrição. Depois darei a palavra à Câmara e procederei à votação.



**DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BAJOUCA)**

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, deputados municipais, presidentes de junta, caríssimo público e imprensa presente.

Sinceramente, não estava a fazer conta de intervir mas como são questões também relacionadas com a freguesia da Bajouca, não podia deixar de vir aqui dar a minha opinião, em relação a algumas questões que foram presentes por alguns deputados.

Refiro-me, nomeadamente, ao senhor deputado Luis Pinto quando refere que a Leirisport (no que aos colaboradores respeita) não necessitava de tanta gente porque está visto que os pavilhões funcionam com muito menos pessoal.

Relativamente ao pessoal. Se formos fazer uma análise em relação a todos os pavilhões que passaram para a gestão das juntas de freguesia, talvez não tenha havido uma redução de pessoal como parece. Porquê? Porque deixaram de ser funcionários da Leirisport mas as juntas de freguesia, para manterem os pavilhões a funcionar, tiveram que proceder à contratação desse pessoal.

Gestores. A Leirisport não precisa. São os presidentes de junta a fazer esse trabalho e esses custos deixam de existir. Porquê? Porque esse trabalho de gestão está a ser feito gratuitamente, enquanto os gestores da Leirisport (não sei quanto ganhavam) mas naturalmente ganhariam muito mais que aquilo que eu ganho.

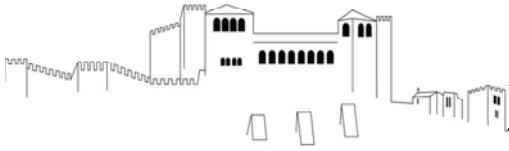
São estas questões que também são de lembrar. A Leirisport não necessitava de tanta gente e economizaria se gerisse como as juntas de freguesia o fazem. Isto deveria ter sido referido.

A determinada altura o senhor presidente do conselho de administração referiu, nos meios de comunicação social, que a Câmara Municipal passaria a poupar, com a entrega dos pavilhões às juntas de freguesia, o valor de cento e sessenta mil euros. Porquê? Exatamente pelo que referi.

Quando mencionou a poupança daquele valor com a entrega dos pavilhões, deveria ter – e ficava-lhe muito bem – agradecido aos presidentes de junta.

Muito obrigado.





**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Dou a palavra à Câmara Municipal, ao senhor Vice-Presidente, para responder.

Estamos com os quatro pontos em apreciação simultânea.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Vou tentar ser o mais rápido possível.

Começo pela última intervenção, agradecendo às juntas de freguesia, inclusivamente às Juntas de Freguesia da Bajouca e do Arrabal que no início tinham dúvidas sobre o protocolo e depois reconheceram e aceitaram esse mesmo protocolo de gestão dos pavilhões, o que torna claro que a aposta e a estratégia do Município - em descentralizar a gestão dos pavilhões com a proximidade dos presidentes de junta -, é uma boa solução e por isso o meu agradecimento, em nome do Município, pela vossa colaboração.

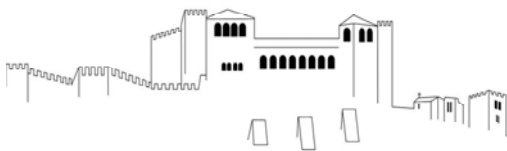
Foram muitas questões colocadas. Umas de carácter político, outras de carácter de gestão.

Vou começar pela questão política.

Obviamente que o PS, desde o início, disse (é conhecido e consta do programa eleitoral) que a dissolução da empresa era uma das medidas que apresentávamos ao eleitorado e que estamos a cumprir. O que não é coerente é a posição do PSD. Sabemos que na Câmara se abstém, sabemos que o PSD da concelhia é favorável à extinção, estamos curiosos para saber qual é o posicionamento dos deputados da Assembleia, hoje. Se é contra ou não. Estou muito curioso para saber, dentro desta panóplia de opiniões que o PSD tem relativamente a esta matéria, se consegue fazer uma tripla.

Relativamente à questão da coerência, estamos falados sobre esta matéria. Naturalmente que a lei veio tornar o processo da dissolução enquadrada de uma maneira diferente, uma vez que a dissolução pode ser obrigatória ou voluntária. O acionista, no verão passado, tentou – numa iniciativa política – provocar essa mesma dissolução de forma voluntária e na altura não conseguimos o consenso político necessário para seguir em frente com a nossa iniciativa. É conhecido o que se passou então.

Falou-se sobre a questão da reestruturação, o trabalho feito nos últimos seis meses, faz-se uma avaliação sobre o passado, fala-se em gestão, qualidade de gestão e eu não consigo entender uma empresa – nenhuma organização, seja ela



empresa, seja ela privada ou pública – sem conhecer o seu passado, sem saber o que está na origem dos seus problemas.

Não posso *passar uma esponja* sobre o passado porque, todos os dias - quando se entra no estádio – estamos a pagar muitos euros. Sempre que entramos num pavilhão ou no parque de campismo ou numa piscina, existem despesas associadas e algumas delas resultam de erros de gestão grave.

O que aconteceu nos últimos seis meses é que nós tínhamos duas metas, duas estratégias que foram aprovadas pelo acionista, em reunião de Câmara.

Uma era clara. Reestruturar, com o objetivo de diminuir custos.

Uma segunda. Preparar a empresa para a dissolução.

Foi isso que o acionista mostrou e aprovou em reunião de Câmara e que seguimos (na empresa) através do conselho de administração. Não poderíamos fazer ou continuar a nada fazer.

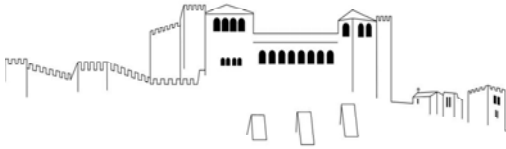
Nestes seis meses fizemos (se calhar) aquilo que durante anos deveria ter sido feito. Não cometemos alguns erros que foram cometidos no passado e que, alguns deles, já hoje foram aqui identificados.

Quando estamos a falar de gestão fiscal cuidadosa, não podemos ignorar os erros fiscais que estiveram inerentes a esta empresa e onde pende, sobre nós, a possibilidade de ainda ter de onerar o Município em cerca de cinco milhões de euros. Isto é um erro de planeamento fiscal.

Sobre erros de gestão, estamos a falar de uma estrutura claramente sobre dimensionada. Falar de uma organização de uma empresa municipal - dedicada exclusivamente ao desporto -, que tem cem pessoas em 2011 e que gasta (por ano) um milhão e quinhentos mil euros e que isso representa, no peso total da despesa, cerca de 30%; Quando olha para o seu acionista, que tem um amplo espectro de atuação pública no âmbito municipal, e que tem setecentos e quinze trabalhadores, tendo diminuído o peso dos seus recursos humanos – nas despesas globais do Município – para 20% e vê como a empresa municipal não está a acompanhar este ritmo, era necessário fazer alguma coisa.

Nós não podíamos continuar a ter pavilhões com dois funcionários e não termos prática desportiva no pavilhão. Isso não é gerir. Isso é tapar os olhos.

Aquilo que fizemos - em seis meses - foi detetar, avaliar e tomar medidas.



Tomámos medidas no ViverAtivo, tomámos medidas na gestão dos pavilhões, tomámos medidas na questão da gestão das piscinas. Da análise que fizemos, a reestruturação – em termos de despedimento – teria que acontecer.

Falaram aqui sobre como é doloroso – por parte de alguns deputados do PSD – falar em despedimentos mas é esse mesmo partido que agora está a propor doze dias de indemnização. Sabem quantos dias de indemnização, por cada ano de trabalho, a administração da Leirisport ofereceu na negociação com os trabalhadores? Quarenta dias! Quarenta dias por cada ano de trabalho! Três vezes mais do que aquilo que o PSD está a defender no novo processo de despedimento.

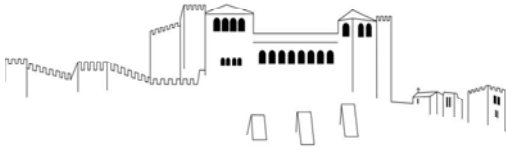
E mais. Não é despesismo não. Não é despesismo porque nós valorizamos aqueles recursos! Nós não fazemos gincana política com o despedimento. Nós não enviámos para a comunicação social o instrumentalizar o processo de despedimento. Não tivemos um único comentário relativamente a este processo, por respeito àquelas pessoas e conseguimos – num processo de despedimento coletivo – chegar a acordo com os trabalhadores. Um processo que evita qualquer tipo de litígio no futuro e isso conseguiu-se com negociação, com diálogo, com entendimento, sem qualquer tipo de pressão e o processo foi totalmente voluntário.

Para o Município, que preza regras de gestão, o respeito pelo próximo e (sobretudo) por um conjunto de pessoas que, durante anos, deram o seu contributo dentro daquilo que sabem (e muitos deles sabem muito) em prol de uma empresa municipal, mereciam esse tipo de atenção e esse tipo de negociação. Portanto, conseguimos sempre alcançar negociações e acordos que - no nosso entender - conduziram ao sucesso, sempre com rigor, sempre com diálogo, sempre com frontalidade.

Houve, da nossa parte, essa abertura com todos. Naturalmente que qualquer um deles – os visados no despedimento – desejariam continuar mas a verdade é que o PSD (também é importante) não pode ter um discurso nacional onde defende a austeridade, onde defende o despedimento público, onde defende uma mudança no estado social e o PSD em Leiria tem um discurso totalmente diferente. Tem que haver coerência na política!

O que nós fizemos foi, neste processo, tentar – junto dos trabalhadores – explicar o que era a nossa estratégia, em termos de gestão.

Sobre a questão da empresa propriamente dita. Foram aqui apresentadas várias questões, relativamente ao futuro. Acho que sim, a empresa merece ser estudada,



a empresa merece ser avaliada, a empresa merece um livro branco de exemplos de gestão, sobretudo de maus exemplos de gestão. E eles deviam ser conhecidos, deviam ser debatidos e alguns deles deveriam ter sido bem julgados.

Infelizmente, se calhar se alguns dos julgamentos tivessem sido nos dias de hoje, teríamos cá sentenças iguais àquelas que aconteceram recentemente na Grécia.

Ainda relativamente à empresa e exemplos de gestão.

Não podemos aceitar que uma empresa gaste um milhão e duzentos mil euros em segurança, num período de 2004 a 2009.

Não podemos concordar que uma empresa gaste cerca de trezentos e noventa mil euros em serviços informáticos para funcionários (que eram da própria empresa) e que saíram para formar uma empresa, e que prestaram esse serviço.

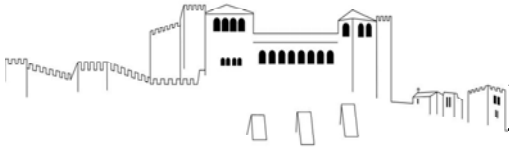
Não podemos concordar – e toda a gente deve estar recordada (porque se calhar participaram em alguns desses banquetes) – os cerca de cento e trinta e cinco mil euros que se gastou, em pouco menos de três anos, nos jogos do União de Leiria com equipas da Primeira Liga.

Estas eram medidas e exemplo de despesismo da empresa que hoje está-se a tentar proteger.

Efetivamente a empresa teve exemplos claros de tendências para despesa excessiva e isso refletiu-se no pessoal. Muitas vezes contrataram-se pessoas, que eram precisas sazonalmente, para o ano inteiro. Muitas vezes contrataram-se pessoas com salários acima do que se pratica na função pública e mesmo no setor privado. Chegaram a existir vencimentos, dentro da empresa, na ordem dos três mil e quinhentos euros. Esta não é – no nosso entender – a maneira de gerir uma empresa municipal.

Portanto, como são atos de gestão – seguramente alguns condenáveis -, acho que sim, fica aqui e não se pode esquecer o passado. Porque do passado estamos a viver o dia de hoje.

O concelho de Leiria tem, em cima de si, uma dívida ao banco por resultados de erros de gestão desportiva. Infelizmente, se hoje não temos melhores escolas, se não temos melhores estradas, se não temos melhor cultura... muitos deles resultam de erros cometidos, em termos de estratégia de gestão desportiva, no passado. Não tenho dúvidas sobre essa matéria e não vale a pena subir a este púlpito e dizer que o desporto, em Leiria, foi algo que marcou decisivamente aquilo que é o futuro de gerações.



Num estádio que custa cem milhões de euros, comparado com um centro escolar, que hoje – olhando para os senhores presidentes de junta e sabem as condições em que as escolas estão –, em que um centro escolar pode custar cerca de dois milhões de euros, imagino que teríamos o parque escolar do Município todo renovado.

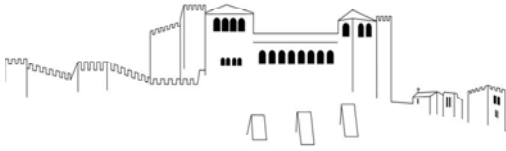
Ouvi deputados a falar sobre a educação e a prioridade na educação e pergunto – hoje – se tivessem que decidir entre um estádio e um parque escolar totalmente modernizado, o que é que escolheriam?

São estas questões, quando se fala sobre erros do passado, que convém relembrar. Quanto a questões que foram levantadas, nomeadamente sobre a posição relativamente à Leirisport, a comparação entre as duas leis – a das freguesias e esta – e a minha posição quanto a elas. Eu não troco as freguesias e o trabalho que fazem pelo trabalho de uma empresa municipal. Porque as empresas municipais – como disse, e bem – nascem, crescem, desenvolvem-se, poderão acabar por desaparecer - como hoje aqui foi dito - e o PSD nada tem contra a dissolução de empresas.

Uma junta de freguesia – para mim – nunca deveria morrer! Nunca! E por isso, como agente político, sempre defenderei a identidade e o trabalho das juntas de freguesia e, sempre que for possível, usarei todos os mecanismos e a minha capacidade de intervenção para as defender.

Isto para dizer o seguinte. Nunca pedi para ser presidente da administração desta empresa! Nunca! Foi um sacrifício o que passámos, não só eu mas também os meus colegas da administração, durante seis meses! Nunca pedi ao senhor Presidente da Câmara para ser presidente de nada! Não pedi! Fui com espírito de missão e com espírito de sacrifício porque tínhamos seis meses para reestruturar a empresa e dissolve-la. Foi isso que foi pedido e hoje estamos a concretizar aquilo que nos foi mandatado e foi um trabalho em contrarrelógio.

Sobre as questões levantadas pelo senhor deputado Carlos Guerra. Quanto à extinção, importa aqui referir que hoje não estamos a decidir a extinção. A empresa entra num processo de dissolução, de liquidação. Só depois desse processo é que a empresa irá desaparecer. O que está previsto são seis meses e esse prazo poderá, eventualmente, ser prolongado se houver necessidade. Quero só deixar esta pequena correção porque (é uma questão de terminologia) a empresa vai ter que continuar a trabalhar. Para já fica com trabalhadores do próprio estádio. Vai ter que



pagar as dívidas, vai ter que ir buscar dívidas, ou seja, as dívidas que as empresas – sobretudo clubes – devem à Leirisport e vão ter que as liquidar ou à Leirisport ou, posteriormente, à Câmara. Algumas irão resultar em processo de litígio, sendo que alguns já se encontram mesmo em processo litigioso. Mas importa salientar que aquele montante de dívida é sobretudo de clubes, que utilizaram equipamentos municipais e que, numa perspetiva implementada de utilizador/pagador, considerou-se que era importante serem os próprios clubes a pagarem a utilização dos equipamentos desportivos, sendo depois financiados pela Câmara - através do apoio ao associativismo – para liquidar essas faturas. Se tudo correr bem, no decorrer do mês de março iremos dar esses mesmos apoios para poderem pagar essas faturas.

Em termos globais, tentei responder e esclarecer o que é o entendimento da Câmara relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

O senhor deputado Manuel Antunes tem a palavra, para um protesto.

**DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)**

Muito obrigado, senhor Presidente, por nos conceder o uso da palavra.

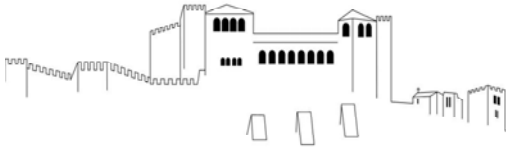
Por uma questão de educação, não quis interromper o senhor Vice-Presidente da Câmara na altura em que era devido. Foi apenas por isso.

Protesto pelo uso inapropriado da palavra!

Senhor Presidente! O senhor Vice-Presidente falou dez minutos antes de começar a responder à primeira pergunta que lhe foi colocada.

Responder e esclarecer é a missão, é o uso da palavra no fim de cada discussão. O senhor Vice-Presidente utilizou-a de modo a que – sabendo que não havia o direito de resposta – não poderia ser desmentido em várias coisas que disse.

Esta é a introdução. O senhor Vice-Presidente, ou qualquer elemento da Câmara, não pode comentar questões da vida intrapartidária nem questões de gestão da bancada! Não pode! Não aceitamos! Como não aceitamos juízos de valor! Como não aceitamos fazer especulações! Como não aceitamos – sobretudo num sistema democrático – fazer pressões sobre os deputados, em relação ao seu sentido de voto! E foi isso que o senhor fez na sua introdução! Quando devia estar a responder às nossas perguntas - esteve aqui quinze minutos -, falou dez minutos, especulou



dez minutos e pressionou dez minutos e nos últimos cinco minutos respondeu às nossas perguntas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Peço o vosso silêncio e a vossa atenção.

Vamos passar à votação dos quatro pontos, sucessivamente.

Pontos seis, sete, dois e três.

Ponto número seis: "*PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE LEIRISPORT – DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA, E.M.*", de acordo com o verbete que nos foi remetido.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 61.º conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibera por maioria, com vinte e duas abstenções, um voto contra e trinta e seis votos a favor, aprovar o projeto de dissolução e liquidação da sociedade Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, E.M.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Dou a palavra ao senhor deputado Carlos Conceição para que – não tendo votado contra e não tendo o seu voto ficado registado – possa assumir que votaria contra, se estivesse atento.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

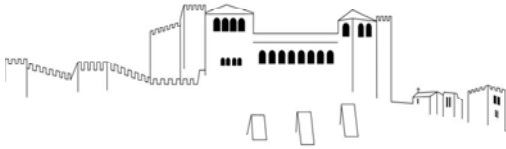
Agradeço a generosidade da Mesa.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Peço desculpa por interromper senhor deputado.

Que fique claro que não é uma declaração de não voto.

Penso que o devemos ao senhor deputado Carlos Conceição - e a Assembleia compreenderá porque o faço – porque ele quer assumir a sua posição.



**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Muito obrigado.

Votei contra por uma questão de coerência - como é óbvio -, por uma questão de consciência e porque entendo (verdadeiramente) que o caminho mais adequado faz-se com a Leirisport e não com a sua extinção.

Este é o motivo do meu voto, plenamente consciente, contra!

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Fica registado que não votou contra mas sim que votaria contra.

Senhor deputado João Cunha, para uma declaração de voto.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

Sem prejuízo de, na substância, estarmos de acordo com o voto expresso pelo senhor deputado Carlos Conceição, a bancada do PSD absteve-se na medida em que esta extinção da Leirisport decorre de uma lei aprovada pelo Parlamento. Era uma inevitabilidade a partir do momento em que ela foi aprovada.

De todo o modo, entendemos que o que aqui se passou espelha claramente um processo de esvaziamento, que começou a partir de 2009 e que foi acentuado nos últimos seis meses, com a presidência do conselho de administração pelo vereador e vice-presidente Gonçalo Lopes.

Foi uma atitude premeditada de extinção da Leirisport, em que não foi – no nosso entender – dada a oportunidade à empresa de mostrar a capacidade de poder servir com as condições necessárias e com os resultados positivos que se esperavam, para que o concelho pudesse ter uma estrutura – neste caso uma empresa municipal – ao seu serviço.

Por isso a nossa posição não pôde ser outra que não a abstenção.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

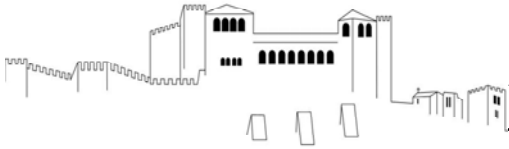
Muito obrigado.

Senhor deputado João Curado.

O senhor deputado João Curado revê-se na declaração de voto apresentada pelo senhor deputado João Cunha, suponho que em nome do Partido Social Democrata.

Votaremos agora o ponto número sete: "RETIFICAÇÃO DA REVISÃO PARCIAL DO CONTRATO-PROGRAMA OUTORGADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A LEIRISPORT, RELATIVO AOS CUSTOS FINANCEIROS ASSOCIADOS AO





FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL PARA DOIS MIL E TREZE”, conforme o verbete que nos foi presente.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibera por maioria, com três votos contra, vinte e três abstencões e trinta e dois votos a favor, aprovar a retificação da revisão parcial do contrato-programa entre o Município de Leiria e a Leirisport, E.M., relativo aos custos financeiros associados ao financiamento das obras do estádio municipal para 2013.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Alguma declaração de voto? Não.

Passamos à votação do ponto número dois: “ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA DOIS MIL E TREZE”.

Quem vota contra?

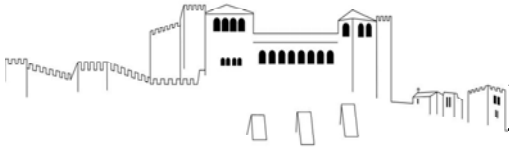
Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 209/2009, conjugada com o n.º 3 do artigo 5.º da LVCR e com a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por maioria, com dois votos contra, vinte e quatro abstencões e trinta e dois votos a favor, aprovar a alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria para 2013.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Carlos Conceição, para uma declaração de voto.



### **DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Naturalmente que voto contra!

Se voto contra a extinção da Leirisport, se voto contra a transferência dos encargos da Leirisport para a Câmara porque sou contra a extinção da empresa, voto também agora contra a incoerência.

Estou a clarificar para que nenhum deputado do Partido Socialista venha aqui dizer que eu quero é que as pessoas não recebam salário. Não é por isso. Espero que recebam o salário e, tal como as indemnizações da Leirisport, que seja generoso.

Que fique claro que estou a assumir uma postura de completa coerência.

Muito obrigado.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Passamos à votação do ponto número três da ordem de trabalhos: "II MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, delibera por maioria, com dois votos contra, vinte e duas abstenções e trinta e quatro votos a favor, aprovar a II Modificação ao orçamento, que se consubstancia na I revisão ao orçamento da despesa.**

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Alguma declaração de voto? Não.

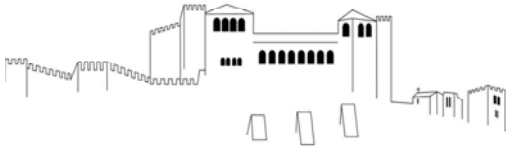
Passamos ao ponto número quinze.

**15. CONCELHO DE LEIRIA – POLÍTICA DESPORTIVA, ESTRUTURAÇÃO, APOIOS E EQUIPAMENTOS. AGENDAMENTO SOLICITADO PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.**

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Entende esta Assembleia que deve interromper os trabalhos aqui.

Prosseguimos amanhã. Já não há outra solução.



Podemos interromper já (são vinte e quatro horas e quarenta e cinco minutos) ou iniciamos este ponto?

Vou ser coerente com a posição que assumi no início. Quando chegar à uma hora da manhã, interrompe-se o ponto e a sessão continua amanhã, tanto mais que este ponto não se traduzirá (eventualmente) em deliberação, pelo que pode ser interrompido a todo o momento.

Não há nada no regimento que o impeça. Iniciado o ponto, poderá ser interrompido e devo dizer que já não era a primeira vez que o fazíamos neste mandato. Já interrompemos um ponto a meio e prosseguimos no dia seguinte, numa reunião cuja sessão se realizou no Souto da Carpalhosa, em que interrompemos e eu fiz a síntese no início da reunião do dia seguinte e assim prosseguiu.

Dou a palavra ao Partido Social Democrata, que requereu o agendamento deste ponto. Para fazer a sua apresentação, tem – nos termos regimentais – dez minutos para esse efeito.

Senhor deputado, dei ao partido proponente a oportunidade de apresentar o ponto e já não o fará na reunião de amanhã.

Senhor deputado Manuel Antunes, quem - em nome do PSD - fará a apresentação do ponto?

Senhor deputado João Cunha, faça favor.

#### **DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

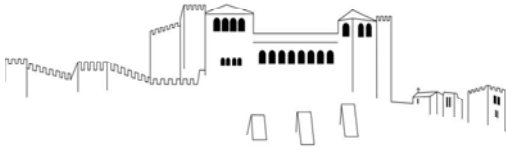
João Cunha PSD.

O Partido Social Democrata solicitou o agendamento deste ponto sobre a questão da política desportiva porque – no nosso entender – se trata de uma questão magna, uma questão importante para a qualidade de vida do concelho, para a qualidade de vida das populações e para uma política de desenvolvimento sustentado que o concelho deve ter.

No dia dois de março de 2009, o cidadão Raul Castro apresentou ao concelho um documento intitulado *“Cento e vinte medidas para mudar”*. Dentro das cento e vinte medidas constavam algumas que vou passar a referir:

Na medida número trinta, *ipsis verbis*, dizia *“Concluir o topo norte do estádio, com a instalação de valências relacionadas com o desporto, associativismo e lazer”*;

Na medida número trinta e um, *ipsis verbis*, dizia *“Construir um pavilhão multiusos na zona desportiva”*;



Na medida número trinta e dois, *ipsis verbis*, dizia “Desenvolver o programa educação desportiva 100% em todo o primeiro ciclo”;

Na medida número trinta e três, *ipsis verbis*, dizia “Implementar um novo modelo de conservação e gestão de instalações”;

Na medida número trinta e quatro, *ipsis verbis*, “Simplificar o programa de apoio ao associativismo desportivo”;

Na medida número trinta e cinco, *ipsis verbis*, “Elaborar uma nova carta desportiva municipal”;

Na medida número trinta e seis, *ipsis verbis*, “Realizar anualmente o fórum do desporto”;

Na medida número trinta e sete, *ipsis verbis*, “Criar, nas freguesias, circuitos de manutenção e espaços de desporto informal”.

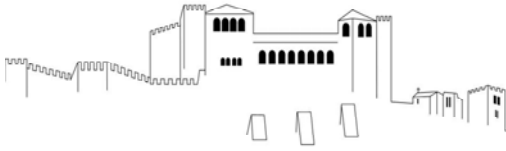
Este era o programa desportivo apresentado aos munícipes, *ipsis verbis*, (sem tirar nem por) e foi isto que foi sufragado pelos cidadãos. Nós temos que nos ater ao programa, às promessas eleitorais que foram feitas.

Hoje, aqui, nesta Assembleia, depois de ler este conjunto de medidas – as medidas trinta a trinta e sete – rapidamente concluímos que o programa não está cumprido. Houve medidas que pura e simplesmente não se consumaram, outras foram (como a pastilha elástica) estendidas porque não estavam previstas, outras pura e simplesmente foram mistificadas atrás de outras situações.

Mas o que estamos hoje aqui a julgar, politicamente, é qual foi a política desportiva que este Município desenvolveu - ao longo deste tempo -, independentemente das promessas que foram feitas pelo cidadão Raul Castro, temos que aqui aferir, hoje, aquilo que o Presidente Raul Castro desenvolveu enquanto Presidente da Câmara. Temos a plena consciência de que para ele, enquanto responsável da política desportiva desta Câmara (porque o pelouro é da sua responsabilidade, tanto quanto sei), e temos a plena consciência que esta política – em termos de resumo - aquilo que era o grande objetivo de desenvolver o concelho e as suas populações e envolve-los numa prática sadia de desporto... obviamente que não foi conseguida. E é esse julgamento político que hoje estamos aqui a fazer.

Efetivamente, o senhor Presidente é o responsável pelo atual estado da política desportiva no concelho.

O que é que nós constatámos, ao longo destes três anos, do desenvolvimento da atitude política desportiva da Câmara Municipal? Não da política desportiva, porque



ela foi inexistente ou foram alguns laivos de atitudes de pseudopolítica desportiva. A atitude política da Câmara Municipal, relativamente ao desporto, em que é que assentou? Fundamentalmente numa coisa, que foi a política do camartelo desportivo.

O que nós verificámos, nestes três anos, foi uma política de desmantelamento daquilo que era a prática política do desporto existente no concelho de Leiria, que assentava – relembre-se – em fundamentalmente três vetores:

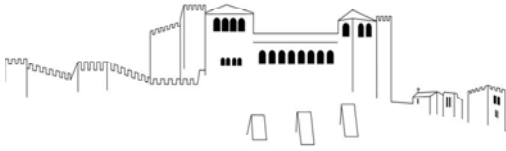
- O programa de apoio ao associativismo desportivo, nas suas diversas valências, que estavam perfeitamente definidos e toda a gente sabia quais eram as regras;
- A gestão integrada das infraestruturas e dos equipamentos, que estava centrada na empresa municipal Leirisport;
- A questão das políticas de desporto informal e programas específicos, para setores vários da população, como por exemplo o ViverAtivo.

Estes três vetores, depois de anos de política desportiva avulsa, tinham dado a toda a gente a certeza de como é que as coisas funcionavam. Todos os clubes e coletividades – e honro-me por ter sido, durante dois anos, presidente de uma coletividade desportiva, e sei do que estou a falar – sabiam quais eram as regras (em termos desportivos) *com que se cosiam*. Todos sabiam quais eram as regras! O que nós verificámos foi esse desmantelamento dessas estruturas, que toda a gente conhecia. É certo que havia quem não gostasse disto. Houve sempre quem quisesse ir pela porta de trás, à procura de umas migalhas, como em antanho era prática fazer-se. Outros gostariam de continuar a pendurar-se no lote das dívidas que nunca haveriam de pagar. Esses casos também são conhecidos, instituições e coletividades que perpetuam os seus dirigentes durante muitos anos e que vêm mantendo a mesma postura ao longo dos anos. Nós sabemos e são casos conhecidos, tanto que nem vale a pena estarmos a falar.

Houve muita gente que não aceitava essas regras de definição daquilo que era a política desportiva. Isso fez cócegas a muita gente e nós percebemos.

Nas medidas que o cidadão Raul castro apresentou não se vislumbrava essa política de desmantelamento. O que se dizia era simplificar o PAAD, como se este fosse complicado! Mas até aceitávamos e talvez até diminuíssem alguns artigos nos regulamentos, a fim de tornar mais expedito o acesso aos apoios, às coletividades.

O que é certo é que depois, no âmbito da política desportiva, o que se verificou foi a política do camartelo desportivo.



Esta foi, claramente, a política destes últimos três anos. Esta política tem a *sua cereja no topo do bolo* a partir do momento em que a administração da Leirisport – presidida pelo cidadão Leonel Pontes -, que até hoje não sabemos porque é que se demitiu. Ele deu umas entrevistas, falando numas coisas estranhas, mas não sabemos bem a que é que ele se referia. Certo é que foi desde esse momento que a política assumida foi claramente esvaziar a empresa municipal, que fazia a gestão integrada das infraestruturas – fossem elas o estádio, as piscinas, os pavilhões e o parque de campismo – para depois vir justificar que a empresa não tinha viabilidade e o seu caminho natural era a extinção. O que se verificou aqui foi, apenas e tão só, uma questão de preconceito político.

Assumidamente, o que foi dito desde o início foi *extinga-se a Leirisport!*, mesmo não cuidando de saber o que é que ela estava a fazer, que rácio apresentava ou iria apresentar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado, permita-me interromper para lhe dizer que esgotou o tempo regimental de apresentação do ponto.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

Muito bem.

Vou só pedir-lhe mais dez segundos para poder concluir uma frase, para dar nota a esta Assembleia de que toda esta política do camartelo desportivo veio criar, às coletividades e aos clubes e, por implicação direta às populações, graves problemas.

Hoje, os clubes – perante esta circunstância – estão a navegar à vista, a procurar encontrar soluções perante um problema que lhes criaram. Porquê? Porque deixaram de ter aquela certeza (que tinham anteriormente) para passarem a confrontar-se com uma situação de gestão política desportiva avulsa.

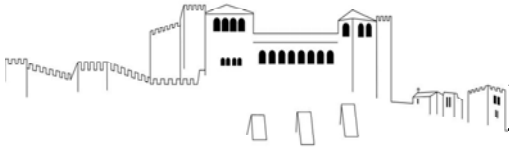
Por aqui me fico porque a hora é inexorável e aqui deixo o desejo de que a política desportiva deixe de ser de demolição para passar a ser uma política de afirmação.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhoras deputadas e senhores deputados, a nossa sessão prosseguirá amanhã, às nove horas da noite, neste mesmo local.



Darei a palavra a quem se inscrever, a partir do momento em que eu abra a sessão, sobre este mesmo ponto, uma vez que foi hoje apresentado.

O Partido Social Democrata dispõe, depois, do tempo regimental para encerrar o tema.

Relembro que, tratando-se da mesma sessão, não pode haver outras substituições para além daquelas que se verificaram hoje.

Muito obrigado e até amanhã.



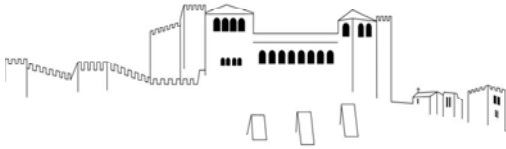
Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e treze, no auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria, em continuação da sessão iniciada a vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze.

Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados:

Amílcar Henriques Gaspar, Ana Elisa da Costa Santos, José Manuel Coelho de Jesus Francisco, Lídia Pedrosa, Luís Pedro Costa de Melo Biscaia, Manuel de Jesus Antunes, Carlos Joaquim Domingos Duarte, Mário Rodrigues, Rui Manuel Ferreira da Silva e Susana Cristina Serrano Fernandes Rodrigues.

Foram substituídos os seguintes deputados:

António Sequeira, substituído por António Fernandes, que também falta e foi substituído por Mário da Conceição Canário; José Manuel Silva, substituído por Maria Célia Gordo; Teófilo dos Santos substituído por João Curado e Silva; Carlos Poço, substituído por Maria de Fátima Sismeiro; Maria Clara Monteiro, substituída por Carlos Joaquim Domingues Duarte; Vitorino Vieira Pereira, substituído por José Peixoto Henriques; Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias, Artur Rogério de Jesus Santos, substituído por Adriano Emídio dos Santos da Costa, secretário da mesma Junta; Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança, substituída por Pompeu Armando Cainço, tesoureiro da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, Maria Isabel Afonso Pereira Santos, substituída por João Quinta Marques, tesoureiro da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Memória, José Rodrigues, substituído por Lídia Pedrosa, tesoureira da mesma Junta de Freguesia; Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, Joaquim Pinheiro Lains Oliveira, substituído por Armando Oliveira Reis, secretário da mesma Junta de Freguesia.



Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Lino Dias Pereira, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, José Manuel Seabra Benzinho da Silva, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira e António Carlos Batista Martinho Gomes.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos senhores deputados José da Silva Alves e Maria Manuela Santos, respetivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "*quórum*", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a continuação da sessão, eram 21.12 horas.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito boa noite.

Saúdo o senhor Presidente da Câmara Municipal, as senhoras e os senhores vereadores, saúdo as senhoras e os senhores deputados municipais e, bem assim, o público presente.

Vamos retomar a sessão iniciada ontem.

Relembro que só podem estar presentes os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes ontem, ou seja, os senhores deputados ontem substituídos não podem retomar hoje os seus lugares e deverão estar presentes os seus substitutos. A secretária do gabinete de apoio à Assembleia verificará se assim é.

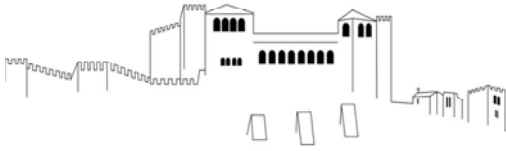
Relembro ainda que estávamos no ponto quinze da ordem de trabalhos, que foi antecipado para imediatamente antes do ponto número quatro.

Tal significa que quando terminarmos a discussão do ponto número quinze, passaremos ao ponto número quatro e seguiremos a ordem de trabalhos, com exceção dos pontos números seis e sete, que já foram resolvidos na sessão de ontem.

Relembro também que o ponto número quinze foi agendado por iniciativa do Partido Social Democrata e que, no cumprimento de um preceito regimental, o PSD apresentou esse ponto na reunião de ontem, tendo havido uma intervenção com a duração de dez minutos, tal como se encontra previsto no regimento.

A partir deste momento estão abertas as inscrições para a discussão do ponto número quinze, a partir da apresentação base, pela voz do senhor deputado João Cunha.





Gostaria ainda de prestar apenas mais uma informação – não me levem a mal -, foi-me comunicado (ele o fará no momento que entender) mas o senhor Presidente da Câmara já comunicou ao Presidente da Assembleia que não estará presente durante a sessão inteira. Tem que viajar e está condicionado pelo tempo (esta reunião não estava prevista) e quando chegar o limite ele retirar-se-á e será substituído pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, o que é perfeitamente normal.

A partir de agora aceito inscrições para discussão do ponto quinze da ordem de trabalhos.

Senhor deputado Luis Pinto, por favor.

**DEPUTADO LUIS PINTO (PS)**

Luís Pinto, Partido Socialista.

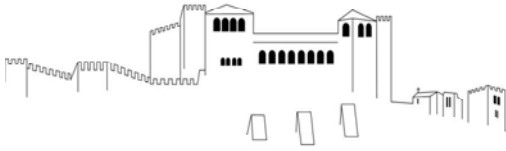
Naturalmente que não estamos satisfeitos por não conseguirmos cumprir todo o nosso programa eleitoral. Mas estamos, seguramente, de consciência tranquila porque se este executivo tivesse a insensatez de construir um pavilhão multiusos ou de aplicar o dinheiro (que não tem) para resolver a construção do topo norte, todos considerariam um desastre, um despesismo e uma medida inaceitável.

Naturalmente que em matéria de desporto - e todos sabemos que o nosso Presidente Raul Castro vem de uma presidência de Câmara - tem uma vasta experiência não só enquanto autarca pois foi (como é sabido) fundador e dirigente de diferentes associações e clubes de nível local e regional e ainda (que eu saiba) de uma federação nacional. Portanto, se há matéria em que tem conhecimento e se sente à vontade é certamente na da área desportiva.

Naturalmente que quem analisar aquilo que foi, e perdoem-me aqueles que não gostam de ouvir falar no passado mas é inevitável falar dele e também do presente, a herança financeira herdada por este executivo foi bem mais pesada do expectável em plena campanha eleitoral.

Também é verdade que os sucessivos cortes de financiamento que as autarquias têm vindo a sofrer são muito, mas muito significativos, com a redução de impostos, cortes do Governo, etc, etc.

Se há área onde penso até poder haver algum consenso de análise do mérito do Presidente Raul Castro e deste executivo, é por certo na área financeira. Senão vejamos:



- O imenso esforço que se fez para tornar o nosso orçamento verdadeiro, equilibrado entre aquilo que é a verdade das receitas e das despesas;
- O enorme esforço que tem sido feito para pagar a tempo e horas e a redução do tempo de pagamento de dívidas que tem sido feito (e conseguido), sem apoio extraordinário.

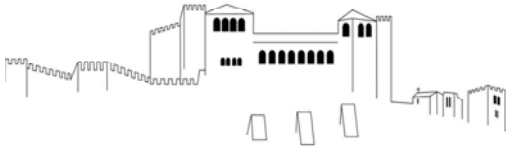
Vimos quando, ainda há muito pouco tempo atrás, o Município de Leiria era considerado um dos que se encontravam em maiores dificuldades financeiras (e continua a ser e a ter imensas dificuldades financeiras) e ultimamente não pôde beneficiar deste último apoio do Governo, precisamente por ter as suas contas mais em dia, por estar a cumprir com os objetivos a que se propôs.

A área desportiva é para nós também uma prioridade mas - face à inexistência de meios financeiros (porque é disso que se trata) -, este Município não tem verbas para investir em pavilhões multiusos nem na resolução do problema do topo norte, até porque é sabido que depois de toda a estratégia que se tinha pensado (e que ainda houve tentativas durante este mandato, diligenciando parcerias e com as empresas), para a rentabilização de um determinado tipo de espaços - ainda se tentou a venda do estádio, etc - mas a conjuntura económica, que era de todo diferente na altura da campanha eleitoral, hoje não permite essas parcerias, esse trabalho em rede com a profundidade que a resolução de alguns dos nossos principais problemas obrigaria.

É claramente assumido pelo Partido Socialista que, lamentavelmente e infelizmente, não podemos cumprir - não só na área do desporto mas também noutras áreas - com todas as medidas. Porquê? Porque é a exigência, é o rigor e o bom senso que nos impedem de o fazer.

Ontem falou-se muito aqui de educação, alcatrão, alcatrão e alcatrão. É verdade! Devo dizer-vos que não simpatizo muito com os gastos em alcatrão mas reconheço que isso também é fruto da tal herança em relação às estradas do nosso Município. Tradicionalmente - e ao longo dos últimos anos -, muitas vezes aqui nesta Assembleia, quando comparávamos as estradas dos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Batalha, não precisávamos de tabuletas para saber onde acabava um e começava outro concelho.

A questão que se coloca não é tanto se em termos de verbas há um global de investimento nesta ou naquela área mas sim onde, de facto, é necessário investir o pouco que infelizmente ainda há para investir.

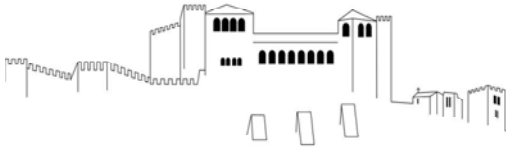


De facto, a educação honra-nos muito. Honra-nos muito aquilo que está a ser feito nesta área e temos pena de não termos mais dinheiro para podermos ir mais longe. Também não conhecemos dinheiro mal gasto em termos de alcatrão. Ontem comecei a fazer umas contas de cabeça para saber se eventualmente pudesse haver algum euro mal gasto por este executivo e quantos euros é que eu conseguiria apresentar à bancada do PSD de euros mal gastos pelo anterior executivo. Tentei fazer uma escala. Primeiro imaginei dez euros, vinte, cinquenta e já ia pelo menos nos oitenta euros. Porque, de facto, aquilo que herdámos foi francamente mau e a conjuntura económica atual também não ajuda.

É por isso mesmo que Raul Castro precisa e merece um novo mandato. Justifica-se um novo mandato pela gestão, por colocar as contas em ordem, para poder - precisamente - aplicar os princípios e as políticas que defendeu e defende para o desenvolvimento do nosso concelho. Ficou muito pouco para o fazer mas com os poucos recursos que temos tido e vejam, apesar de tudo.

Nós tivemos, porventura, neste mandato – eu serei o deputado com mais anos de Assembleia Municipal e sei bem do que falo – o mandato de maior crispação dentro da Assembleia, entre maiorias e minorias, aliás, a uma distância muito grande.

Devo dizer-vos que não conheço nenhum mandato anterior em que houvesse uma tão grande compreensão dos senhores presidentes de junta em relação à falta de verbas do executivo e das transferências para a juntas. Com todas as dificuldades que sabemos e com as reduções que houve efetivamente. Porquê? Porque as coisas também são mais claras, são mais transparentes. Porque não se prometia, em orçamento, obras num ano para se concretizar cinco ou seis anos depois ou nunca se concretizarem, como aconteceu tantas vezes. Porque as pessoas perceberam que há rigor e verdade. E é em nome desse rigor e dessa capacidade financeira - que distinguirá este executivo de todos os outros das últimas duas décadas (seguramente duas ou duas e meia) - essa diferenciação positiva que nós nos honramos de apresentar. Foi por isso mesmo, e em nome desse rigor, que não podemos e não vamos poder cumprir muitas das medidas que desejaríamos, conscientemente. Seria perfeitamente irresponsável que nós o conseguíssemos - e com isso não digo que concordo – mas entendo que os programas eleitorais e as promessas são para se cumprir. Mas há aqui condições excecionais e as opções tomadas com os meios disponíveis honram, de facto, este executivo e o Partido Socialista.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

O senhor deputado Luis Pinto acabou de fazer aquilo que já estávamos à espera que fizesse. Aquelas desculpas habituais de mau pagador, para quem efetivamente não quis cumprir aquilo que prometeu aos cidadãos. Andaram a dizer que *"isto agora é que vai ser, agora é que vamos mudar e agora é que vamos fazer e acontecer."* O tempo passou e nada aconteceu, ou melhor, aconteceram pra aí umas promessas de coisas que não estavam no programa eleitoral como é o exemplo da Leirisport. O caso da extinção da Leirisport, essa sim, pelos vistos é uma promessa concretizada depois das eleições.

Foi também a venda do estádio, que não estava prevista no programa eleitoral e se tinham essa intenção ocultaram-na do eleitorado, na altura em que se apresentaram às eleições. Era bom que o eleitorado tivesse conhecido antecipadamente que queriam vender o estádio. Ficava-vos bem, não é? Toda a gente ficaria a saber para onde iam e para onde caminhavam.

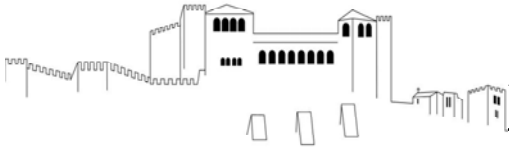
Ainda o prometido hipódromo no Pedrógão. Provavelmente será outra das promessas que também ficarão para a história.

É a este é o rigor e verdade a que o senhor deputado Luis Pinto com certeza se estava a referir pois sobre a política desportiva nada disse e nada acrescentou.

A questão de fundo que se coloca é ver em que estado é que neste momento se encontra o desporto no concelho de Leiria.

Essa situação é fácil de aferir. É fácil perguntar às coletividades, é fácil perguntar aos clubes e perceber quantos atletas já deixaram de praticar por não terem condições, quantos clubes é que já estão com dificuldades, fruto desta política.

E depois de vir aqui, como assistimos, prestar aquele agradecimento aos senhores presidentes de junta pelo facto de se terem disponibilizado em gerir os pavilhões. Mas agora são eles que têm que carregar em cima de si todo o trabalho, que deve ser desenvolvido de modo profissional, quando eles também têm que ter vida própria? Também têm as suas famílias? E agora também têm que *às tantas horas* ir abrir ou fechar o pavilhão? É esta a forma de gerir a política desportiva que temos? Não pode! Obviamente que não pode!



Quando falamos de poupança de dinheiros públicos é preciso saber do que é que estamos a falar porque – muitas vezes – estamos a enganar as pessoas. Não estamos a trabalhar de modo a servir as populações, de forma sustentada e organizada.

Esta é a realidade concreta e vamos ver quanto tempo é que esta situação de gestão das infraestruturas se vai aguentar. Vamos ver quanto dinheiro é que vai ser preciso para repor a normalidade da situação, daqui para a frente.

São algumas das questões que aqui deixo hoje, que me parecem importantes, para falarmos então de rigor e verdade.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

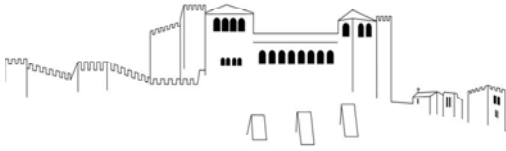
Boa noite a todos.

Uma marca que a administração financeira de Raul Castro está a deixar é, claramente, a de ter infletido (na área financeira) o pressuposto dos orçamentos inflacionados, o que mereceu – nomeadamente da minha parte – a aprovação do último orçamento aqui apresentado.

Esse caminho apresentado indiciava, para mim, uma vontade de Raul Castro e (pressupunha eu também) do seu executivo e (pressupunha eu também) do Partido Socialista, de infltir a forma de fazer política, de passar a olhar para a realidade com *olhos de ver* e a partir dos *olhos de ver* falar com *boca de dizer*.

Isto leva-me ainda ao dia de ontem e a uma afirmação que aqui foi feita, de grande gravidade, proferida pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Leiria e que é importante que seja corrigida.

Tem a ver com, ainda – porque ainda não foi aprovada a ata – uma parte da política desportiva que cabe nesta matéria: a questão dos despedimentos na Leirisport. Ontem, com uma voz muito tranquila, o senhor vereador Gonçalo Lopes disse-nos que ao a transe do Governo atual, que pretende levar as indemnizações por despedimento para doze dias por ano, a Leirisport pagou quarenta. Se nós estivéssemos aqui num comício, eu até podia aceitar este tipo de afirmação. Enfim, é daquelas coisas que todos nós levamos um bocadinho a rir, a brincar, a saltar.



Mas nós estamos aqui, naquilo que (supostamente) é a nata da massa crítica do concelho de Leiria. Pode valer tudo mas não vale chamar-nos ignorantes. Eu não admito que me chamem, aqui, ignorante!

Como sabem, Portugal – e eu acredito que o senhor Gonçalo Lopes o saiba – assinou o acordo com a chamada *Troika*. Um acordo assinado por um Governo que (se me não falha a memória) era do Partido Socialista, presidido por um senhor (se me não falha a memória) era também militante do Partido Socialista e que se chamava José Sócrates!

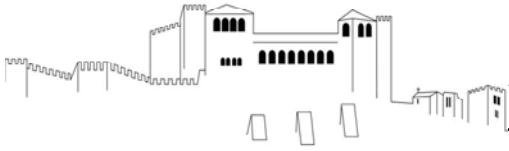
No ponto quatro ponto quatro, sobre as condições laborais, Portugal – no acordo assinado com a *Troika* – diz o seguinte: Portugal vai seguir a tendência europeia no que diz respeito aos procedimentos de indemnização por despedimento, sendo que os montantes indemnizatórios por despedimento devem ser de 10 dias por ano de trabalho, até ao máximo de dez anos, complementado com 10 dias, pagos por um fundo a criar pelas entidades patronais. Estamos claros, senhor vereador? Isto foi assinado pelo Partido Socialista e pelo Governo de José Sócrates! Não há aqui nenhum governo fantasma. Exige-se que se fale verdade aqui, como o senhor Presidente tentou fazer com os orçamentos.

Este era o ponto prévio que eu queria aqui introduzir.

Colocada que está esta correção, numa matéria que é relevante, sobre a questão da política desportiva ficámos também a saber outra questão, apresentada pelo senhor deputado Luis Pinto e que também não é verdadeira.

Senhor deputado Luis Pinto, o senhor Presidente da Câmara também não é ignorante e também não é uma pessoa distraída. Eu prezo-o profundamente, conheço-o há muitos anos e sei que é uma pessoa que quando está em funções procura fazê-lo bem. E tenho a certeza (não é que tenha a impressão ou suspeite) que ele, enquanto vereador da oposição, se informou devidamente da situação financeira da Câmara. Não tenho qualquer dúvida disso. Nunca ouvi o senhor Presidente da Câmara informar-nos que tivesse descoberto algum buraco financeiro. Nunca ouvi aqui ser dito que o anterior executivo tivesse alguma situação do género da Madeira, não pelo caruncho.

Aliás, se me não recordo mal, o senhor Presidente da Câmara, no período de campanha eleitoral, terá referido que estimava que o montante de dívida da Câmara Municipal de Leiria ultrapassasse os cento e vinte milhões de euros. Creio



não estar a dizer nenhum disparate, pois não senhor Presidente? Por ai estamos conversados.

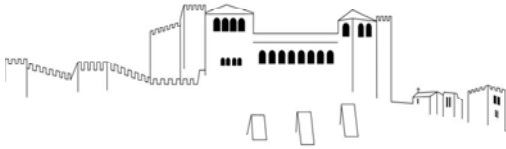
Admito, e peço desculpa de o dizer desta forma mas a política partidária leva a estas coisas. De facto, os partidos levam a fazer este tipo de coisas mas peço encarecidamente ao Partido Socialista (e aos outros), já não é tempo – como eu tive a oportunidade de escrever há uns meses, num jornal – de fazer essa política. Não é tempo de prometer *galinha gorda*! Acabou!

Também não é tempo de o eleitorado querer comprar a *galinha gorda* por pouco dinheiro. É tempo de se falar para as pessoas. Depois não vale a pena vir dizer que não se sabia, não se esperava, não se estava à espera! Quem se candidata tem a obrigação de saber ao que se candidata! Com que meios se candidata! Se o não fizer ou é incompetente ou está a *gozar com a tropa*!

Ponto claro. Ponto final. Parágrafo. Não há volta a dar sobre esta questão!

Mas, ainda por cima, sobre a política desportiva – que é uma questão importante – há vários aspetos. Efetivamente não há dinheiro (e não há), e ai estamos de acordo. Pode não haver capacidade financeira para apoiar as organizações desportivas mas há, seguramente, a possibilidade de colocar os meios físicos que existem mais ao serviço das coletividades, com custos que já existem, com custos que podem ser melhorados, encontrando soluções para que as coletividades possam – também elas – prestar o serviço social. Porque atenção! Desporto também é educação! Não é só construir edifícios de escolas que é educação! E ontem alguém disse que se não tivessem sido gastos cem milhões de euros no estádio, teriam sido gastos a fazer o parque escolar. Ou seja, teríamos o mesmo endividamento que hoje temos. Foi ontem aqui afirmado! Constará na ata, que vai sair daqui a poucos dias!

Quero aqui deixar o pedido, ao senhor Presidente, de que também estamos agora a arrancar no que vai ser a política desportiva, pois que não é há muito tempo que o senhor Presidente tem o pelouro na mão. Agora acredito que vai ser claramente lançada – pelo menos até ao fim do mandato – essa política desportiva. O que deixo pedido ao senhor Presidente é: não havendo condições financeiras para haver apoio às coletividades, que seja feito um esforço para que estas – sem um custo que seja penoso, difícil e oneroso para as condições de funcionamento – possam promover a prática desportiva e por favor senhor Presidente, há um conceito que eu – que fui muitos anos dirigente desportivo – lhe quero pedir que não faça,



porque acho que desvirtua por completo a prática desportiva de quem o faz e de quem se envolve no dirigismo desportivo, que é o fazer o seccionamento entre formação e atividade sénior. Não faz qualquer sentido. Se quem tem formação e tem condições para a praticar é porque quer ser sénior, quer atingir o topo da carreira, e isso acontece - em 99% dos casos do nosso concelho – de forma amadora. Não faz sentido que vá pagar para fazer essa prática desportiva. É ilógico. É desmotivar as pessoas de fazerem essa prática desportiva de uma forma intensa, porque vai valer a pena.

Basicamente é isto que queria aqui deixar.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Pedro Faria.

**DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)**

Boa noite.

Não tencionava intervir sobre este ponto mas não ficaria bem comigo próprio se não dissesse alguma coisa.

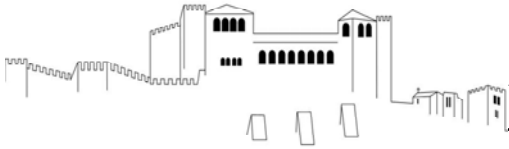
Nós, no nosso grupo de deputados do PSD, acreditamos que um grande empreendimento e a política desportiva é – ou deve ser – um grande empreendimento, é muito melhor gerido e tratado se for feita através de uma estrutura focalizada, especializada nessa função. E isso só é concretizável através de uma empresa, mesmo que seja uma empresa municipal.

Porquê? Porque para além de estar só focalizada nisso, é o seu objeto, tem uma facilidade, uma liberdade de escolha de colaboradores – os gestores, os técnicos – que não tem uma Câmara Municipal, como toda a gente que está numa Câmara sabe.

A Leirisport fez asneiras? Fez! Fez muitas! Grandes! Aquelas que nós todos conhecemos e provavelmente muitas outras que nem sabemos que existiram.

Na minha opinião, até a maior asneira que a Leirisport fez foi a escolha dos gestores que lá colocou. Porque um empreendimento do tamanho da Leirisport necessita de gestores à altura de um empreendimento destes. Sem querer esquecer-me de alguém, eu diria que em todo o tempo da Leirisport só lá estiveram dois que tinham essas capacidades e que, por acaso, até estão aqui sentados neste palco. Capacidades no sentido de terem experiência anterior e estudos nessa





matéria. Isto sem qualquer desprimor pelos outros, alguns deles são meus amigos pessoais e a quem reconheço as maiores capacidades, mas não nesta área.

Como já se disse aqui ontem, pela voz do nosso amigo e deputado Carlos Conceição, com a liquidação da Leirisport tudo fica na mesma. Continuamos a ter o estádio...

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado, não me leve a mal, não vou impedi-lo de falar porque isso não deixa de ser a política desportiva do concelho, mas chamo-lhe a atenção para o facto de a Leirisport ter sido ponto tratado na ordem de trabalhos de ontem, no momento exato da mesma.

Só queria alertá-lo para esse facto mas disse-lhe que não ia impedi-lo de usar da palavra.

**DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)**

É verdade. Reconheço que assim é, que já falámos da Leirisport mas ela está de tal forma ligada à política desportiva, que me leva a fazê-lo, se me permite.

Estava eu a dizer que – como já aqui foi dito – tudo fica na mesma. Continuamos a ter o estádio, continuamos a ter a dívida, continuamos a ter que pagar as amortizações, continuamos a ter que pagar os juros, continuamos a ter o parque de campismo do Pedrógão, continuamos a ter pavilhões e continuamos a ter piscinas. Tudo fica na mesma! Não é matando a empresa que se resolvem os tais problemas que aqui foram falados.

Dou aqui os parabéns à Câmara – e reconheço que fizeram algo de bom –, ao conseguir passar os pavilhões (ou pelo menos uma parte dos pavilhões) para a gestão das juntas. Mas isso também era possível fazer mantendo a Leirisport, com as vantagens que isso também trazia ao permitir que as juntas fizessem uma gestão mais localizada, como melhor entendem mas mantendo alguns técnicos, que poderiam fazer a gestão global.

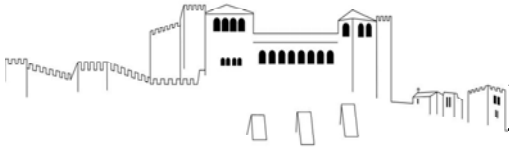
Por último adianto que, dissolvida numa Câmara Municipal, nunca se perceberão os custos e as tais asneiras com a mesma nitidez que é possível determinar quando temos ali os custos e os resultados de uma empresa.

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Luís Pinto, para uma segunda intervenção.



## **DEPUTADO LUIS PINTO (PS)**

Luís Pinto, Partido Socialista.

Depois desta discussão cheguei à conclusão de que é importante clarificar a nossa posição, a posição do Partido Socialista.

A entrega dos pavilhões às juntas de freguesia não foi só por uma questão de números, de mera poupança. É também uma definição de política desportiva.

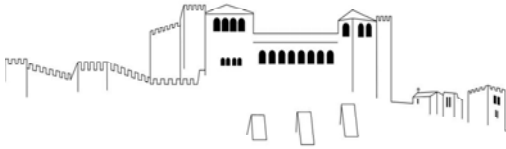
Nós entendemos, e nomeadamente num concelho com vinte e nove freguesias como o nosso, que se ganha muito com a proximidade dos equipamentos e com a decisão - na forma como a quem eles se destinam - são geridos. Andavam equipas de limpeza (centralizadas) a correr de um lado para o outro, sem que isso provocasse qualquer poupança e a não ter a mesma eficácia que vão ter em termos locais.

Mas, sobretudo, é precisamente em termos de decisão de política desportiva de proximidade, em que os pavilhões vão ter mais gente a praticar desporto, sendo geridos pelas juntas e estas aproximam-se dos seus clubes e das associações. É uma questão de princípio, é uma questão de política desportiva.

Vamos ter mais gente a praticar mais desporto (seguramente) no nosso concelho. Vamos ter mais modalidades a serem geridas.

Não me choca nada – antes pelo contrário – que os próprios equipamentos (sejam pavilhões ou outros) possam ser geridos pelos Municípios, com ou sem empresas. Não me choca nada.

Agora, é evidente – como o senhor deputado disse, e bem – que o problema é que a Leirisport foi um desastre do primeiro ao último minuto! Em todos os aspetos! Sobretudo no despesismo mas também em não conseguir implementar uma política desportiva que fosse representativa. Eram os clubes que o diziam, desde o início! Como sabe, fui dirigente associativo durante quase trinta e nove anos. Assisti e participei em muitas distribuições de pavilhões pelos clubes durante (seguramente) uns trinta anos. Quando os pavilhões eram geridos pelo Município de Leiria havia reuniões – e estão aqui dirigentes desportivos que também participavam, em representação de outros clubes. Os clubes juntavam-se, e muitas vezes não se jogava à paulada porque não calhava, para chegar a acordo sobre quem ficava com melhores dias e os melhores turnos. No final, mesmo com muito barulho, chegava-se a um entendimento. Quando apareceu a Leirisport foi um autêntico desastre. Deixou de haver essa participação e era um técnico (que não tinha experiência



nenhuma no terreno) que determinava que o clube A ou B treinava a esta ou àquela hora, o que resultava em coisas macabras. Havia clubes com duas equipas que têm – no mínimo – de treinar duas ou três vezes por semana, e eram obrigados a treinar à quinta, sexta e sábado. Para quem percebe de desporto, isto não era possível mas acontecia! Porquê? Porque as pessoas que estavam à frente da empresa não tinham experiência na distribuição de tempos e queriam assumir e impor um determinado tipo de comportamento que não era prático e não resolvia nada.

Não é por acaso que os clubes, o movimento associativo das freguesias e da cidade, nunca viram com bons olhos a Leirisport que, com o tipo de gestão que teve, matou-se a si própria à nascença. Foi isso que aconteceu e não vai deixar saudades a nenhum cidadão de Leiria que estivesse envolvido no meio desportivo. Nenhum dirigente desportivo vai sentir falta da Leirisport porque ela não conseguiu (nunca!) gerir a favor dos cidadãos, a favor dos clubes! Os cidadãos de Leiria, anónimos que não participassem no desporto federado, não tinham um equipamento à sua disposição, com exceção das piscinas. Não tinham! Isso não estava previsto e não estava planeado. Não havia acesso. Portanto, não havia instrumento nenhum de política desportiva.

Tínhamos o PAAD (é verdade!) - um bom PAAD – participado e criado pelos dirigentes associativos. Eu participei na criação do PAAD e honro-me disso. Participei muitas horas na construção desse programa e era um bom programa, certamente. As coisas têm o seu tempo.

Agora, Leirisport? Perguntem a qualquer dirigente associativo e desportivo deste concelho e não há um que defendo, com certeza, aquilo que foi feito desde a sua nascença e até hoje.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Vitor Lourenço, por favor.

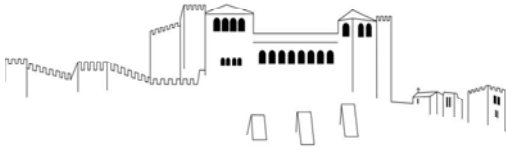
#### **DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Muito boa noite a todos.

A minha intervenção também tem a ver com este tema.

Permita-me, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, aceitando – sempre aceitámos – as opiniões que o senhor Professor defendeu acerca das intervenções,



como ainda há bocado sucedido, em que interrompeu para avisar um colega de que não estaria bem no tema.

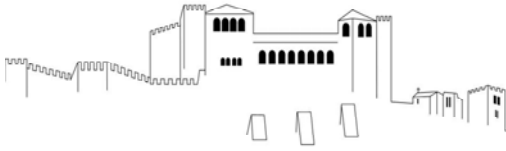
Só queria também lembrar-lhe, sem qualquer receio de ser também criticado, que o senhor deputado Luís Pinto – na sua intervenção -, na primeira parte optou aqui por propagandear e falou da necessidade de o doutor Raul Castro merecer um segundo mandato, tendo feito aqui uma perfeita campanha eleitoral que nada tinha a ver com a política desportiva. Enfim! Estamos aqui para opinar e é também neste aspeto opinativo que me permita que lhe faça esta observação.

Foi já aqui dito hoje – logo na primeira intervenção do senhor deputado Luís Pinto – que não há dinheiro, não havia dinheiro. Que este foi todo desbaratado e mal gasto. Esta foi a tónica da sua intervenção, para justificar o facto de não ter tido uma palavra – sequer! – sobre a política desportiva, porque ela realmente não tem existido.

Mas começando pela sua última observação, acerca da utilização dos pavilhões. Havia pessoas que estiveram nessas reuniões da distribuição de pavilhões, que tinham estado nas reuniões anteriores, do tempo em que se realizavam na Câmara. Nós e o senhor deputado Luis Pinto sabemos. Não faça, demagogicamente, *um bolo*, em que encaixa todos no mesmo buraco. Não é verdade! Não é verdade tudo aquilo que aqui esteve a dizer.

Na verdade, nestes últimos três anos passou a haver muito menos gente a praticar desporto no concelho de Leiria, porque os clubes passaram a ter menos apoio. Não tenha dúvidas nenhuma e o senhor deputado sabe muito bem que é verdade! Alguns até tiveram que fechar as portas. Houve muito menos apoios para a política desportiva durante estes três anos.

Felizmente, este ano – numa jogada perfeitamente estudada – vão ser distribuídos aos clubes cerca de um milhão e meio de euros para (digamos) *tapar o buraco* daquilo que não foi pago à Leirisport e que os clubes a ela deviam. Este dinheiro, que é uma alteração a um documento interessante da Câmara – alterando o PAAD e estabelecendo um novo regulamento de apoios ao associativismo -, como também a lei hoje exige atualizações (como o senhor deputado Luis Pinto referiu), fez-se esse regulamento e a seguir fez-se (logo!) uma decisão de Câmara, que é temporária, para justificar pagamentos que deveriam ter sido feitos anteriormente à Leirisport e não o foram.



A Leirisport aparece com rácios de resultados operacionais negativos também por estas razões e muito por causa delas. Dois milhões e meio de euros é muito dinheiro e só os clubes devem um milhão e meio de euros. Às escolas subiu – de 2011 para 2012 – 300% a sua dívida, em relação aos preços que estavam a ser praticados. Este valor vai ser distribuído este ano.

Vamos também ver, no ponto da ordem de trabalhos - o objeto do empréstimo que já aqui foi aprovado – a mesma situação. Também não estava previsto. É a mesma coisa senhor deputado Luis Pinto! Estamos em ano de eleições e tudo é permitido! Isto sim é esconder. Andámos a esconder coisas que agora têm que vir ao de cima porque não há hipótese sem que isso aconteça. Não vamos aqui mistificar as coisas e vamos falar com verdade sobre elas.

A política desportiva não existiu!

Há menos atletas a praticar desporto, o ViverAtivo está decapitado e era um programa interessante (como sabemos) para uma classe muito alargada da nossa população e teve cerca ou mais de mil participantes no seu auge e hoje quantos tem? As nossas piscinas estão desertas de utentes, a da Maceira e a da Caranguejeira. Quem é que pratica? Que utilizações têm? São poucos, muito poucos! Nós sabemos, pois sabemos!

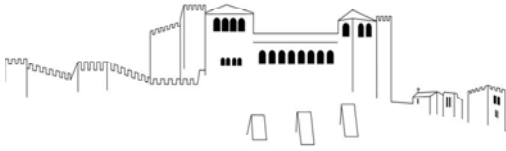
#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhores deputados, não pode haver diálogo entre o plenário e o interveniente!

#### **DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

O tema da política desportiva foi aquele que nós escolhemos para analisar nesta sessão. É evidente que não podemos deixar de contrapor com factos àquilo que é dito numa Assembleia. Estamos aqui para isso e é para isso que serve o debate. Os factos não são para se esconder e eu sempre disse, e volto a repetir (até em conversas privadas que tenho tido com o senhor vereador), que factos são factos e não podem ser escondidos. É para isso que aqui estamos. Para debater.

Na nossa opinião, a política desportiva deste mandato não existiu. Os exemplos são muito claros. A Câmara fez um acordo para a gestão do centro de lançamentos, que vai custar dezanove mil e tal euros à Câmara. Custava à Leirisport quinze mil euros. Realmente estão a avançar na gestão eficiente, isto é, fazer melhor com menos dinheiro! Será isto fazer melhor com menos dinheiro? Se estamos a gastar mais do que se gastava pelos orçamentos anteriores e com o mesmo objeto.



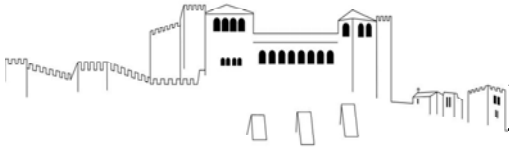
Meus senhores, isto são factos e não nenhuma invenção minha! Está escrito nos documentos da Câmara, nas atas da Câmara e nos acordos que fez.

Acerca dos recursos humanos. Não são precisos comerciais da Leirisport na equipa que é internalizada porque o aluguer de espaços, a publicidade, o *marketing* dos espaços da Leirisport não justifica ter comerciais. Mas justifica que se internalize mais um jornalista, um *designer* e um vendedor. Mas justificou a mesma coisa para dizer a um comercial que não pode ficar. Isto é, para fazer três ou quatro ações de promoção, um jantar, uns jogos nacionais dos CTT e mais meia dúzia de eventos (que são os que nós conhecemos, pode ter havido muito mais) era preciso uma equipa de promoção, de gestão, de *marketing*, de publicidade, de informação e comunicação. Agora são necessárias três. Então, se estas atividades não se vão desenvolver, se estamos a dispersar os equipamentos pelas juntas, pelos clubes, etc., vamos internalizar mais pessoas para duplicar funções que existem – eventualmente – na Câmara? São questões que temos que colocar. São factos.

A questão do se é melhor ou se é pior, a pulverização da gestão, já foi aqui devidamente esclarecida e explicada há pouco pelo senhor deputado Pedro Faria, que fez aqui – do ponto de visto do que é uma gestão racional e racionalizada de equipamentos dispersos, como são os da Leirisport -, em vez de haver dispersão e das vantagens que daí advêm. Penso que essa é uma nota que fomos aqui deixando, ao longo das intervenções, mas gostaria de terminar com mais uma nota.

No tempo em que o senhor vereador Martinho esteve à frente da gestão da empresa - e dentro da sua função como vereador - realizou em Leiria um fórum de discussão (que foi público) onde estiveram como convidados alguns elementos da atual Câmara Municipal da Figueira da Foz. Vieram dar o seu testemunho de quão pernicioso foi para o Município da Figueira aquilo que Pedro Santana Lopes tinha feito, enquanto Presidente da Câmara, que foi exatamente aquilo que está a ser feito agora. Dispersou todos os equipamentos pelos clubes, pelas juntas e pelas instituições. Tirou tudo da Câmara e o atual executivo veio a Leiria – a um fórum do desporto – dizer que foi o maior desastre que podia ter acontecido, em termos de gestão desportiva, na Figueira da Foz. Perguntem ao vereador Martinho se isto não foi aqui publicamente afirmado, exatamente como um mau exemplo daquilo que não se deve fazer.

Muito obrigado.



## **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhora deputada Odete João.

Uma vez que a Câmara Municipal foi interpelada ao longo das várias intervenções, darei a palavra à Câmara Municipal para responder e logo a seguir – sem nenhuma outra intervenção – darei a palavra ao PSD, que solicitou o agendamento do ponto, para o encerrar.

## **DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Odete João, Partido Socialista.

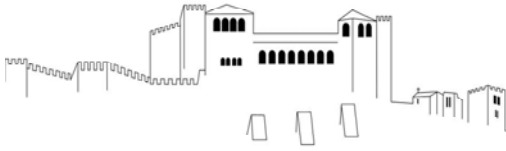
Cumprimento todos os presentes.

Começo, senhor Presidente, por agradecer a oportunidade que nos deu de discutir este ponto fora da ordem de trabalhos inicialmente prevista, apesar de ainda não ter percebido esta necessidade, sobretudo porque o PSD nada disse sobre política desportiva. Todavia, mais vale que assim seja do que ficar alguma dúvida a pairar no ar.

Ouvimos um conjunto de acusações não fundamentadas. Ouvimos, também, a defesa intransigente da Leirisport, como se esta fosse o *alfa* e o *ómega* da prática desportiva. Já foi aqui dito que todos temos conhecimento do despesismo dos anteriores executivos, da própria Leirisport e penso que não é demais dizer que o estádio é, de facto, o expoente máximo desse despesismo e dele ficam meia dúzia de jogos de futebol, que se apresentavam como os grandes eventos para aquele equipamento desportivo. O anterior executivo alegava que, enfim, se o futebol não pudesse usar – na totalidade – o estádio, haveria sempre lugar a festas (batizados, casamentos) e tudo seria possível. Afinal, essa grande obra que é o estádio parece nem ter servido para o desporto.

Gostaria de aqui lembrar, porque (como disse) o PSD colou sempre a política desportiva à Leirisport, que a legislação aprovada recentemente para a extinção das empresas locais é uma obra do PSD. Tem que se cumprir. O PS nunca escondeu da sua intenção de querer extinguir a Leirisport mas foi confrontada com um facto que tem que cumprir, de acordo com as normas e com as regras legisladas e aprovadas pelo PSD.

No que se refere aos equipamentos desportivos, o PSD demonstra que convive mal com a descentralização de competências na gestão dos pavilhões gimnodesportivos. Tem sempre um discurso sobre a necessidade da racionalização



– pelo menos este é o discurso do PSD nacional -, mas depois, a nível local parece que as verbas são infinitas e que há sempre dinheiro para gastar.

Entendemos que o modelo de política desportiva que foi/está a ser implementado é correto porque aproxima dos cidadãos a gestão dos equipamentos, corresponsabiliza as associações, os clubes, as freguesias e permite – necessariamente – uma melhor resposta. De facto, ficam sempre no ar afirmações fáceis, que não são provadas, da redução de atletas, da extinção ou da dificuldade dos clubes.

Volto a recordar que o momento nacional é extremamente difícil.

Tal como o país, estarão também em crise (com certeza) muitos clubes e muitas associações, que têm enormes dificuldades, em que a sua própria receita foi reduzida, quer seja por força dos patrocínios, do problema das cotas dos sócios e dos auxílios que recebem.

Lembro que a recessão do país, estimada agora em 2%, fica muito acima de tudo aquilo que o próprio Governo previu. Ou seja, se temos no distrito – e são dados do último mês de janeiro – vinte e sete mil e cinquenta e seis desempregados (mais 18% que no mês homólogo), que a nível nacional existem novecentos e sessenta e um mil desempregados. O Governo de Passos Coelho em ano e meio – destruiu trezentos e sessenta mil postos de trabalho. E o desporto é imune a isto?

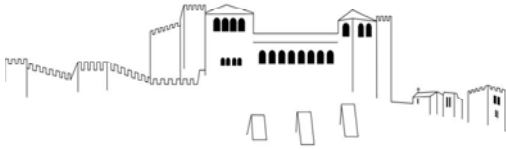
Talvez não. Então temos que inserir as coisas no contexto, para termos uma perceção global da situação.

De facto, como o PSD não falou de política desportiva – naquilo que são todas as medidas e todos os modelos aprovados por este executivo -, fez um conjunto de críticas avulsas sobre um conjunto de matérias que não me parece que haja necessidade de dizer muito mais sobre elas.

O nosso entendimento, para além do discurso tem de ter uma prática que seja consentânea com a racionalização, de fazer mais e melhor com menos recursos. Este tem sido o discurso do PS e também a sua prática. Há evidências, nomeadamente naquilo que é a gestão dos pavilhões pelas freguesias, procurando fazer muito melhor com menos recursos. E as provas estão aí.

Relativamente a um conjunto de medidas de política desportiva, que se mantiveram ou que foram implementadas por este executivo, provavelmente ninguém melhor que o Presidente da Câmara para dar conta se de facto houve ou





não decréscimo na procura, sem deixar de ter em conta o momento atual e inserido nesse contexto.

Apenas mais uma nota para uma afirmação do senhor deputado Domingos Carvalho. Aconselho-o a voltar a ler o ponto quatro ponto quatro da *Troika*, que está no site do Governo. Não está lá escrito que são dez dias de compensação. O que consta são dez dias de compensação e depois tem “*e mais dez dias do fundo a criar pelas empresas*”. Ou seja, o total são vinte dias... posso mostrar-lhe.

O senhor deputado escusa de ser indelicado.

Acabou de demonstrar a nata que temos na sala, como há bocado disse.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

O senhor deputado pode apresentar o seu protesto mas é meu dever chamar-lhe a atenção para esse tipo de palavreado.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

O senhor Presidente ouviu – seguramente – o que eu disse! Era seu dever ter corrigido a afirmação da senhora deputada. Evitaria que eu tivesse feito o comentário que fiz.

Senhora deputada, eu só interrompi...

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Não pode haver diálogo entre a Assembleia e o orador.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Senhor Presidente, o meu protesto advém pela sua inépcia na correção da intervenção da senhora deputada, aqui. Eu fiz uma afirmação que está, seguramente, registada em ata. O senhor, como Presidente desta Assembleia, ouviu o que eu disse. A senhora deputada colocou em causa a minha afirmação. Disse que eu fui incompetente na leitura de um documento. Se me mandou ler de novo, é porque li mal!

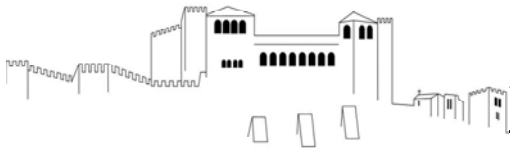
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhora deputada Odete João, peço desculpa! Não pode haver diálogo! Eu também não estou a responder ao que o senhor deputado diz. Responderei a seguir.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Há coisas que não gosto que me façam porque eu não as faço aos outros.

Antes de falar, estudo e leio. Foi o que fiz antes de vir para aqui. Já tinha essa impressão e fui verificar. E não sou deputado da nação. Sou um mero deputado



municipal e exijo o respeito que os cidadãos que me elegeram merecem. Não preciso de ser corrigido por deputados da nação e peço ao senhor Presidente que me faça respeitar! Não me faça, por favor, passar por mal-educado quando fui eu a vítima de malcriação, ao dizer-me que não sei ler.

Muito obrigado.

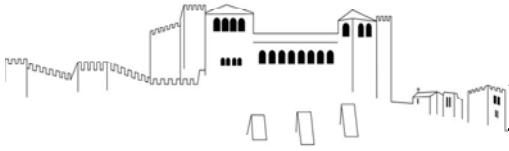
### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado, custa-me ter que fazer esta intervenção mas o que se passou aqui foi o seguinte: não compete ao Presidente da Assembleia Municipal exercer o direito de resposta em nome das senhoras e dos senhores deputados municipais. Se a senhora deputada fez uma afirmação incorreta e atribuiu ao senhor deputado uma interpretação que, de facto, não tinha dado, competia ao senhor deputado pedir a palavra para direito de resposta. Não é ao Presidente da Assembleia que compete estar a corrigir as diferenças de interpretações. O Presidente gere os trabalhos mas compete ao senhor Presidente da Assembleia chamar a atenção para comportamentos incorretos.

Do meu ponto de vista – e mantenho – a afirmação que foi produzida, e poderia ter sido perfeitamente evitada, se o senhor deputado pedisse a palavra para usar o direito de resposta (ou até o direito de protesto), ter-lhe-ia sido dada. Fiz isso ontem, com uma intervenção do senhor deputado Manuel Antunes, que não suscitou a menor reserva, fosse de quem fosse. São todos testemunhas de que assim aconteceu. O senhor deputado pedia a palavra e ou invocava o direito de protesto ou invocava o direito de resposta. Por qualquer deles eu lha daria porque entendia que tinha razão para o fazer e ficávamos conversados.

Agora, o senhor deputado, em vez de pedir a palavra, usou uma expressão que eu – na minha singela opinião – considero que não é uma expressão que prestigie esta Assembleia. Portanto, chamei a atenção do senhor deputado que não é linguagem que se use aqui. Foi apenas isso. Se o senhor deputado protestasse... protestava. Agora, o protesto do senhor deputado em relação a esta minha intervenção fica registado em ata e terá que ficar registada, obviamente, esta minha resposta.

Prezo-me de ter normas – e até agora nunca as desrespeitei -, que por um lado são de cumprimento do regimento e, por outro lado, para mim são – talvez mais importantes – normas de elegância de trato. Ninguém poderá nunca dizer que, no exercício do meu mandato nesta Assembleia, eu desrespeitei estas normas de elegância de trato.



A linguagem que foi utilizada – do meu ponto de vista – fere essas normas.

Outra pessoa, no meu lugar, poderia ter outra opinião. Eu tenho esta e não deixarei de dizer, sempre, aquilo que entendo a este respeito.

O senhor deputado tem o direito de resposta, bem entendido.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Para nada mais do que um pedido de desculpas à senhora deputada, ao senhor Presidente, aos senhores vereadores, a todos os deputados e a todos os demais presentes.

As minhas desculpas!

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Creio que assim ficamos com elevação e com o incidente sanado.

Como disse, vou dar a palavra à Câmara Municipal para responder.

Depois da resposta, o Partido Social Democrata dispõe de dez minutos para encerrar o ponto, uma vez que o agendamento tinha sido solicitado por aquele partido.

Senhor Presidente da Câmara, por favor.

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)**

Muito boa noite.

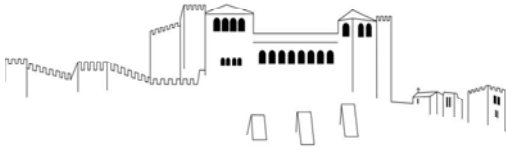
Senhor Presidente da Assembleia e senhores deputados.

Gostaria de reportar-me ainda à intervenção de ontem, do senhor deputado João Cunha, para lhe dizer que citou um conjunto de medidas e, com certeza absoluta, está mal documentado e mal informado.

Relativamente à medida número trinta e dois: *“Desenvolver o programa educação desportiva 100% em todo o primeiro ciclo”*. Arrancou, no ano passado, o novo projeto do Saber Nadar, em que as crianças do primeiro ciclo tiveram acesso e, nesta primeira fase, foram as crianças das escolas periféricas às piscinas;

Na medida número trinta e três: *“Implementar um novo modelo de conservação e gestão de instalações”*. Está patente. Tem sido discutido;

Na medida número trinta e quatro: *“Simplificar o programa de apoio ao associativismo desportivo”*. Foi com a aplicação do novo regulamento, aprovado por



unanimidade, que decorreu (também) de muita solicitação de informação por parte do Tribunal de Contas, que obrigou a refazer os regulamentos existentes;

Na medida número trinta e cinco: *“Elaborar uma nova carta desportiva municipal”*.

Está praticamente concluída;

Na medida número trinta e seis: *“Realizar anualmente o fórum do desporto”*. Não se realizou em 2012. Vai realizar-se em junho de 2013;

*“Concluir o topo norte do estádio”*. Nem vale a pena comentar.

*“Construir um pavilhão multiusos”*. Também dispensamos de o comentar.

Ficará, naturalmente, por criar nas freguesias os circuitos de manutenção.

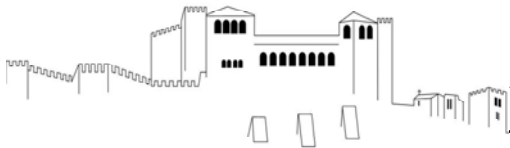
Em suma, para lhe dizer que quando coloca as medidas em causa, posso garantir-lhe que ultrapassámos o que era suscetível e esperamos – quando chegarmos a setembro – fazer o balanço, para percebermos então o que se conseguiu fazer. Sabemos todos das dificuldades financeiras que o país atravessa, o que se reflete (naturalmente) nas autarquias. Ontem tive o cuidado de reportar a notícia, que foi transmitida pela Divisão Financeira, acerca da quebra de receita no acumulado dos dois meses deste ano, comparado com igual período do ano passado.

Nada mais se me oferece dizer quanto a essa matéria.

Relativamente às questões que hoje levantou, nomeadamente o hipódromo. Eu até lhe faço um desafio. Talvez consiga – pelo canal próprio do seu partido – ajudar a desbloquear a cedência, à Câmara, dos trezentos hectares de terreno, porque eu já não consegui. Fui, há cerca de três semanas, a uma reunião com o anterior Secretário de Estado das Florestas, que acha que não faz sentido, que é preciso preservar a floresta. Fica assim em causa a possibilidade de podermos alterar toda a região, em termos de economia, que este tipo de projeto poderia encerrar.

Senhor deputado Domingos Carvalho. Vou só fazer uma pequena correção. Neste momento, o tratamento – para todos os escalões – é uniforme, apesar de eu continuar a insistir sobre alguma injustiça (que há) no que é o apoio aos seniores. Não podemos aceitar que a autarquia, que tem estas fragilidades, vá apoiar equipas ou escalões de seniores quando os clubes têm dinheiro para pagar aos seniores. É bom que aqui fique claro – para não falar de outras situações que detetámos – que queremos é que haja verdade desportiva, pelo que o apoio tem que ser feito de forma mais justa.

Este ano, o que está a ser feito, com o novo modelo, foi proporcionado às coletividades que se inscreveram para o efeito. Terem acesso às instalações



desportivas - património que é de todos - e a Câmara está a suportar o custo das horas que são utilizadas pelos clubes do concelho. É a forma que temos de apoiar, face à impossibilidade de podermos ir mais longe, apesar de haver ainda alguma dotação para apoiar, porque as associações que têm instalações próprias naturalmente que não podem ficar prejudicadas.

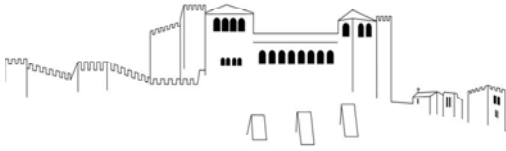
Esta nova forma de gestão pelas freguesias dá-lhes a possibilidade de elas próprias poderem tirar partido daquelas instalações, uma vez que são gestoras. Podem incrementar outro tipo de atividades, a favor do desenvolvimento das suas freguesias.

Finalmente, ao senhor deputado Vitor Lourenço devo dizer-lhe que aceito que possa discordar da forma de gerir. É legítimo. É democrático. Não aceito é que o senhor seja um mentiroso. E vou explicar-lhe porquê. Nas contas de 2011, aquilo que está afeto à exploração do centro nacional de lançamentos: fornecimento de serviços externos - trinta mil euros; pessoal - quinze mil euros; outros - cinco mil euros; gastos comuns - vinte e cinco mil euros. O que perfaz um total de cerca de setenta e cinco mil euros. Água e EDP pagas pela Câmara no valor de 4,1 e, portanto, temos aqui o tal de 79,1.

O contrato celebrado com a Juventude Vidigalense, em que aquela entidade ficará responsável pela estrutura e gerir - como muito bem entender -, tendo por objetivo a prática do atletismo, que aquele espaço comporta, foi com a contrapartida dos vinte mil euros. Quero só fazer esse esclarecimento.

Quero ainda dizer-lhe que o ViverAtivo está a ter mais adesão. Começam a aparecer novos núcleos. A Chainça foi o último que surgiu e já está inserido no programa. Naturalmente que a pouco e pouco - e dentro das condições existentes - estamos a tentar dinamizar e colocar acima de tudo (e esta é a nova filosofia) que as instalações desportivas do concelho fiquem ao serviço dos munícipes, evitando algumas outras situações que não sejam as mais adequadas.

Acrescento ainda que a forma de enquadramento - seja em termos de gestão dos pavilhões, seja do próprio ViverAtivo -, em que se introduziram preços mais justos, provocou que haja um menor custo para o Município ou para a então Leirisport com o suporte deste programa. Foram também efetuadas algumas medidas ao nível das piscinas (e que ainda não são suficientes), o que permitiu efetivamente haver alguma economia.



Lembro a todos que a Leirisport, muito badalada pelas razões que já não vale a pena aqui aferir, tem resultados transitados negativos de treze milhões de euros. Se reportarmos isto a qualquer outra empresa, gostaria de saber o que é que fariam os gestores dessas outras empresas.

Nada mais tenho a acrescentar.

Senhor Presidente, faça favor.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

O senhor deputado Vitor Lourenço está a pedir o direito de resposta para defesa da honra?

Faça o favor de usar da palavra.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Muito obrigado senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara, em toda a minha vida foi talvez a primeira vez que ouvi esse adjetivo acerca da minha pessoa, o que muito me desagrada.

Por não ser verdade, vou explicar-lhe novamente.

A Câmara Municipal vai pagar ao clube que vai gerir o centro de lançamentos dezanove mil e quinhentos euros. A Câmara pagou à Leirisport indemnizações compensatórias, pela gestão do mesmo equipamento, treze mil trezentos e vinte e um euros e quarenta e oito cêntimos. Consta nos relatórios da Leirisport.

Eu não sou mentiroso.

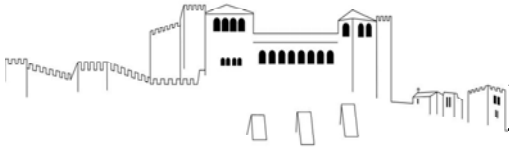
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Há pouco enganei-me e peço desculpa ao PSD por isso.

O tempo a que tem direito o partido que agenda um ponto na ordem de trabalhos (ou quem o agenda) é de cinco e não dez minutos. É o que está escrito no artigo vigésimo do regimento.

Peço ao Partido Social Democrata que tenha isto em consideração e compreensão. Não vou cortar a palavra aos cinco minutos porque tinha dito que são dez, mas chamo a atenção para o facto de no regimento constar cinco minutos.



## DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Boa noite a todos.

Como ontem já apresentámos os nossos cumprimentos, não os vamos repetir.

Duas notas prévias.

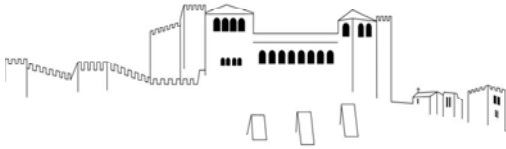
Escutei, com apreensão, o senhor deputado Luís Pinto a dizer que este mandato é – porventura – dos mais crispados de todas as legislaturas. Espero, honestamente, nunca ter contribuído para isso, antes pelo contrário.

Outra nota prévia. Tenho dito, repetidamente, que nós no PSD não discutimos pessoas. Discutimos ideias. De facto, discordamos de muito do que aqui foi dito. Não discordamos porque não gostamos das pessoas, não discordamos porque - de forma estruturada, séria e honesta – não concordamos. Obviamente que há coisas, que alguns dos senhores deputados do Partido Socialista disseram aqui, que eu não vou responder porque quero elevar o debate. Quando se diz aqui que o PSD nada disse sobre política desportiva, acho que é ofensivo e não vou responder... não tem resposta. O PSD quer elevar este debate. Eu também.

Não vamos falar das promessas eleitorais. Até compreendemos que pode não ser possível cumpri-las todas num círculo eleitoral. Nós compreendemos isso. Mas entendemos – e estou, de facto, a ir ao encontro do solicitado pelo senhor Presidente da Mesa, para ser mais rápido - que há um conjunto de coisas que não correram nada bem e podiam ter corrido melhor.

Por exemplo, quando se tenta colocar todo o ónus do passado no PSD... fiquei feliz pelo senhor deputado Luis Pinto ter dito bem do PAAD. Até que enfim, que a bancada do PS reconheceu uma coisa boa ao PSD. Nunca o fez. Às vezes acho que o Partido Socialista que aqui temos é *fechado*. O PSD, já por diversas vezes aqui louvou o PS, elogiou até a ação da Câmara Municipal. Eu próprio já o fiz várias vezes e ainda ontem falei da questão positiva do relatório financeiro. Lembram-se? E acho que esta Câmara sofre de demasiada partidarite, tem muito amor à partidarite e pouco amor à terra.

Dizemos muitas vezes que este elenco camarário só ganharia se tivesse aceitado, por exemplo, as propostas do PSD. Nós sugerimos a criação de vários grupos de trabalho e o PS boicotou todos. Não quis nenhum mas nós propusemos. Vão ver às atas. Porque é que não quiseram? Têm medo do PSD? Eles não *mordem*! O único que *morde* sou eu mas fiquem tranquilos que eu prometo não vos *morder*.



Topo norte do estádio. Uma das promessas. Havia, quando este elenco tomou posse, um contrato-programa para instalar a *Loja do Cidadão* naquele espaço. Caiu! Hoje, não só não temos *Loja do Cidadão* no topo norte, como nem no topo sul nem no topo oeste.

Quero fazer uma abordagem de gestor! Não vou fazer política. Os senhores são políticos mas eu não sou e não quero. Quero falar numa ótica de gestão da Leirisport. Ela não é o *alfa* nem o *ómega*. Não é. A senhora deputada Odete João tem toda a razão. Mas (desculpem!) também não é um inferno. Ela não é o princípio nem é o fim mas era um instrumento fundamental para uma gestão e uma política desportiva importante. Não é um inferno, por que é que a transformaram num?

Programa *Saber Nadar*. Era um programa do tempo da doutora Isabel Damasceno, que foi suspenso por causa de uma coisa qualquer do Ministério da Educação e foi retomado depois. Ficamos felizes!

A *educação desportiva 100%*. Ainda bem que começou alguma coisinha mas é isso mesmo... começou alguma coisinha.

É disto que falamos. Há muito pouca coisa feita. É inevitável falarmos da Leirisport. A simplificação do apoio ao associativismo. Conheceu três ou quatro versões, lembram-se? E lembram-se do que é que os nossos dirigentes das associações desportivas disseram do senhor Presidente da Câmara nos jornais? Chamaram-lhe *coveiro do desporto*! Eu li. Pergunto ao senhor deputado Luis Pinto (com elevação), se é tão bom mas assim tão bom... porque lhe chamaram *coveiro do desporto*? Foi porque fizeram algo muito bom, seguramente.

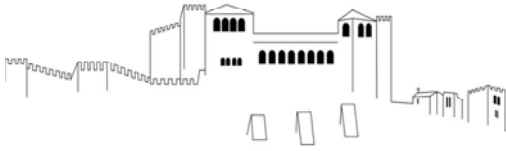
Entendemos que as coisas (não só na parte desportiva) não estão a correr bem.

Acerca da nova carta desportiva municipal. O senhor Presidente já nos disse que está quase... mas há uma grande diferença entre o golo e o quase golo... e sabem qual é. É que o golo entra e o quase golo não conta.

Queremos discutir convosco todas as coisas: o passado? Vamos a isso! Aliás, o Partido Socialista só fala do passado... vamos discutir o presente? É o que estamos a fazer... mas eu gostava que se falasse sobre o futuro. Ainda não conseguimos falar sobre o futuro uma vez! Até porque quando tentamos falar do futuro o PS diz que o PSD quer branquear.

Com esta história toda, sabem o que vos digo? Que não se faz nada. Estamos a ser trucidados por Coimbra, cilindrados por Aveiro e perdemos o tempo no queixume.





A mim, como leiriense, confesso-vos que isto aborrece-me! Todos nós, que trabalhamos diariamente com afinco para transformar Leiria numa região de excelência – e em tanta coisa somos uma região de excelência -, isto aborrece-me e acho que não há estratégia da Câmara Municipal de Leiria. E digo-o com carinho, com respeito e consideração e estima a todas aquelas pessoas por quem tenho imensa.

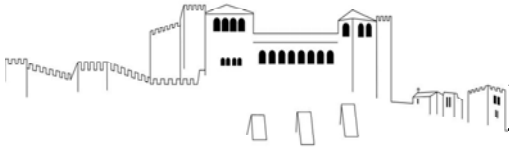
O passado é nossa herança. Pertence-nos. É as nossas aprendizagens mas eu recordo: qual foi o sentido de voto dos senhores vereadores do PS quando foi a altura de constituir a Leirisport? Todos os que lá estavam votaram a favor e foi por unanimidade. E dizem que sim mas o estádio derrapou... bem, derrapou não... mas votaram todos, por unanimidade. Tenho aqui os nomes das pessoas do PS que votaram por unanimidade. Não os vou repetir. Algumas dessas pessoas estão aqui (e têm memória) mas falam como se não tivessem nada a ver com isto. Acho mal! Porque também acho que é uma maneira de vossas excelências branquearem as vossas próprias responsabilidades. Como gestores, todos sabemos que há uma coisa que nunca se faz... quando o gestor chega, *arruma a casa*. Isso não foi feito na Leirisport.

O senhor deputado Luis Pinto disse uma coisa interessante: *“Eu não consigo lembrar um euro mal gasto por este executivo”*. Parabéns! Mas consegue lembrar-se dos muito e muitos euros do executivo anterior. Parabéns! Os executivos anteriores, de facto, governaram muito mais tempo e – logo – tiveram mais tempo para cometer erros! Agora, este executivo corre o risco de, em menos tempo, cometer mais. Para mim, não é líquido que este caminho seguido seja mais barato e o senhor deputado Vitor Lourenço deu agora um exemplo. Não é líquido! Não tem escala, é espartilhado, estamos a resolver um problema passando os custos para as freguesias. Não estamos a eliminar custos em lado nenhum. Não estou a falar em termos políticos. Sabem o que é que estamos a fazer? Estamos a passa-los para outro lado. Estamos a tirá-los de um sítio – que era a Câmara Municipal – e estamos a colocá-los nos outros, com alguns custos escondidos, que vão para as juntas de freguesia. É o que nós estamos a fazer. Daqui a um tempo falaremos e avaliaremos e vamos ver, exatamente, com números, o que é que isto significa.

Apenas mais uma nota: Leirisport.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

O senhor deputado já vai em nove minutos.



**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Muito obrigado.

Os resultados transitados são isso mesmo. Na nossa opinião, a Leirisport é um bode expiatório. Senão vejamos: três conselhos de administração, todos a custarem dinheiro e o atual administrador executivo ganha mais que o anterior. A Leirisport tem – em clientes – dois milhões e quinhentos mil euros e deve apenas quatrocentos e quarenta mil a fornecedores. Então, um milhão e duzentos mil euros de encaixe junto dos clientes mas deve apenas quatrocentos mil euros. Portanto, tem três vezes mais a receber do que a pagar. É que estamos aqui a falar como se a Leirisport, coitadinha, não tivesse hipótese nenhuma. Não é verdade!

A Leirisport não teve gestão... pois não. E a responsabilidade é de quem define os gestores que lá coloca. É verdade!

Não vamos diabolizar a Leirisport porque não fizemos nada para lhe dar vida, só fizemos para a matar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

O senhor deputado, peço-lhe que termine.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Termino já senhor Presidente.

Matámos e desnatámos e agora apresentamos o tema ou por causa da lei ou porque não tínhamos alternativa (eu falo-vos como gestor). Não é verdade!

Havia outro caminho para a Leirisport. Não precisávamos de fazer o que fizemos. Havia outro caminho e seguramente mais barato.

Perguntei ontem ao senhor vereador Gonçalo Lopes quanto custa manter a empresa aberta? Não me respondeu.

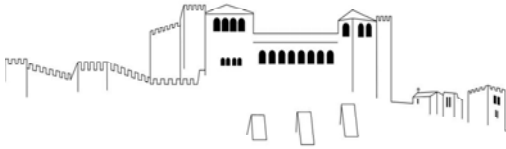
Quanto custa fechar? E fechar uma empresa tem muitos custos e então uma empresa destas... façam bem as contas. Não me respondeu.

Não houve resposta a nenhuma das perguntas que ontem coloquei.

Porquê? Temos medo das respostas?

Havia outra alternativa.

Entendo que esta política desportiva e esta orientação estratégica é profundamente errada e daqui a um tempo estremos todos a pagar uma fatura – na minha humilde opinião e na opinião do PSD -, muitíssimo mais alta que aquela que estamos a pagar, porque não extinguimos nem dívida nem coisa alguma. Antes pelo contrário.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Assumo a responsabilidade por ter deixado ir aos dez minutos. Criei expetativas que eram erradas, mas fui eu que as criei.

Vamos passar ao ponto número quatro da ordem de trabalhos.

**4. EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE €1.630.011,00, NOS TERMOS DO RATEIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO ABRIGO DO PREVISTO NO N.º 2 E N.º 7 DO ARTIGO 66.º DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012. ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS - Apreciação, discussão e votação.**



O senhor Presidente da Câmara ausentou-se a partir da apresentação deste ponto.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara para apresentar o ponto.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Este ponto respeita à alteração das cláusulas contratuais, em que passa a constar a disponibilidade e a afetação deste crédito, para efeitos de pavimentação e beneficiação de diversos arruamentos, no concelho de Leiria, conforme processo camarário T31 de 2012.

Tem a ver com as obras de pavimentação e decorre daquilo que são as indicações deste tipo de empréstimo, em termos do rateio de médio e longo prazo. Inicialmente estava previsto para pagamento de determinado tipo de despesas e estamos a propor a alteração para este tipo de enquadramento de investimento.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhora deputada Ana Paula Silva.

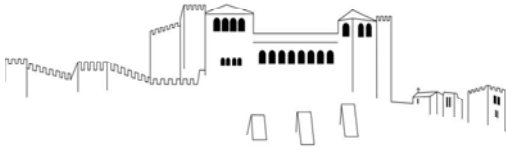
**DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)**

Muito boa noite a todos.

Ana Paula Silva, independente, eleita nas listas do PSD.

Nestas duas sessões ouvimos falar muito de alcatrão, alcatrão, alcatrão.

Penso que este ponto quatro é, efetivamente, a constatação da realidade dessa preocupação em alcatrão, especialmente num ano, e peço permissão à senhora deputada, não lhe faltando ao respeito (antes pelo contrário) quando disse que



vivemos um ano de extrema dificuldade em Leiria, no país e um pouco por todo o lado.

Pergunto – e gostaria de obter uma explicação – se é só no âmbito deste pedido de empréstimo e se esta verba é só exclusivamente para aquilo que está cabimentada, que são obras de pavimentação e beneficiação de diversos arruamentos no concelho.

Acho que em tempos tão difíceis, estar a fazer obras desta natureza quando levamos três anos a falar em tanta falta de dinheiro. Penhorar o futuro durante quinze anos, em trinta prestações semestrais, para pagamento de um milhão e seiscentos e trinta mil euros. Quando - neste momento - existem famílias carenciadas no concelho, que temos idosos com extremas dificuldades no seu conforto mínimo... pergunto se este empréstimo – nestes tempos tão difíceis – tem razão de existir.

É verdade que as ruas precisam de estar bem. Mas é verdade que nós também devemos ter a preocupação com as pessoas, nestes momentos.

Eu aprovaria e diria que sim a um empréstimo de quinze anos, se o cabimento fosse para – por exemplo – o pelouro da ação social, em que fosse criado um departamento próprio que fizesse o levantamento de famílias carenciadas e das pessoas extremamente carenciadas no concelho.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Peço desculpa senhora deputada.

Importa-se que a interrompa? Não tem nada que ver consigo, senhora deputada.

Está a crescer cada vez mais o ruído na sala.

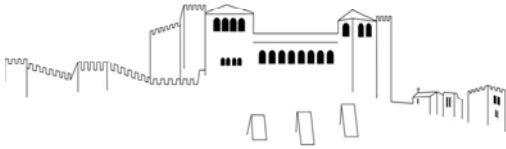
A pessoa que está a falar é uma deputada desta Assembleia e merece, da nossa parte, atenção e respeito.

#### **DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)**

Muito obrigada senhor Presidente.

Pergunto se os senhores deputados, em plena consciência e com a honestidade intelectual que é necessária, acham que este empréstimo é uma necessidade para alcatroamentos e arruamentos.

Entendo que as medidas são insensatas e intencionais – e perdoem-me a frontalidade -, porque estamos em ano de eleições. Realmente é muito mais ruinoso (do ponto de vista visual) ver-se estradas e arruamentos feitos do que



talvez celebrarmos algum protocolo com farmácias, com casas de acolhimento e outros, reforçando as suas verbas para auxílio dos pedidos que estão a acontecer.

Tenho pena, tenho muita pena que o senhor Presidente da Câmara (que não está aqui presente) tenha perdido – se calhar – o seu cariz social, de solidariedade. Tenho muito pena porque já lho conheci noutros tempos.

Acho que quando as ações e as decisões são insensatas, e volto a repetir... intencionais, as medidas de protesto perdem cores partidárias.

Tenho muita pena que o senhor Presidente não esteja aqui presente porque hoje - de uma ala que não é a esquerda -, apetece-me cantar-lhe “Grândola Vila Morena”.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

A senhora deputada pede a palavra para fazer um protesto?

Faça favor.

**DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)**

Ana Paula Silva, independente, eleita nas listas do PSD.

Quando intervim não tive a oportunidade de o fazer mas apresento agora um protesto, com todo o respeito, ao senhor Presidente da Mesa.

Há pouco, numa graça – permita-me que lhe diga – que o senhor deputado Domingos Carvalho fez com a senhora deputada Odete João, foi dito que não houve lisura.

Tenho muita pena, senhor Presidente, que não tenha tido a mesma atitude com o senhor Presidente da Câmara quando ele chamou, *ipsis verbis*, mentiroso ao senhor deputado Vitor Lourenço, do PSD.

Muito obrigado.

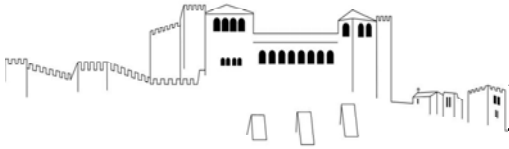
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhora deputada.

Não ouvi essa palavra e verificarei se ela foi utilizada.

Fica registado em ata que se a palavra foi utilizada (verificarei na ata porque a sessão é gravada), ficam as minhas desculpas apresentadas ao senhor deputado Vitor Lourenço e honestamente lhe digo que me “passou” essa palavra, porque se não teria – seguramente – utilizado a mesma atitude que utilizei há pouco.

O protesto, a ser verdade (e acredito que é) é absolutamente pertinente e o senhor deputado Vitor Lourenço é merecedor de um pedido de desculpas da minha parte.



Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Quando este assunto da contratação do empréstimo veio a esta Assembleia para autorização – em setembro e depois em dezembro -, levantámos a questão da omissão do seu objeto.

A recusa no esclarecimento obrigou-nos, pela primeira vez, a votar contra um empréstimo que pensaríamos seria para um eventual investimento.

Vê-se agora que em boa hora levantámos a questão, criticámos e nos opusemos.

Tínhamos razão em querer saber o objeto. É um direito que nos assiste e é um dever saber o que decidimos.

Vossas excelências não queriam informar porque pretendiam esconder a verdadeira finalidade. Agora fazem-no porque a isso são obrigados. Ficámos agora a saber das condições leoninas do contrato, pois nem em setembro nem em dezembro tivemos acesso ao mesmo.

São juros a roçar o usuário. A taxa Euribor a seis meses mais seis pontos percentuais de *spread* é obra! É um escandaloso ato de má gestão.

Outro escândalo, as penalizações por incumprimento. Aliás, escândalo e falta de respeito pelo Município de Leiria, aqui tratado como se não fosse pessoa de bem. Só assim se pode compreender que *"sobre o montante correspondente ao capital e juros em dívida, incidirá uma taxa de juro moratório equivalente à soma da taxa de juro contratada com a soma de quatro pontos percentuais"*, (dez pontos percentuais!) conforme determina a alínea a) da cláusula oitava.

E afinal a que se destina o empréstimo?

A financiar a campanha eleitoral do PS.

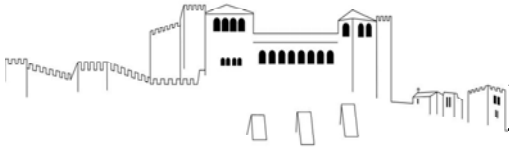
Sim, porque ao contrário do que faz falta e o PCP aqui propõe há muito tempo é um plano de reabilitação do sistema de acessibilidades municipais, mas este empréstimo é para pintar ruas e estradas de alcatrão, mesmo a tempo da campanha eleitoral.

Não podem contar com o nosso apoio.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.



### **DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Por acaso, citar George Orwell vem a propósito também deste ponto. Não apenas de outros incidentes que já ocorreram aqui esta noite. Peço desculpa pela citação.

E isto a propósito do seguinte. Não há muito tempo, o senhor deputado Luis Pinto referiu aqui que, em relação à política desportiva era frequente o anterior executivo utilizar uma situação de fazer orçamentação que depois geria de uma forma mais ou menos a seu gosto.

De acordo com os dados que me foram facultados, não consigo perceber onde é que vão ser aplicadas estas verbas. Percebi, por conversas com presidentes de junta, que cada um deles sabe o que vai ser feito na sua freguesia.

Enfim, parece-me um pouco estranho que assim seja. Parece-me aquela célebre política de “dividir para reinar” e parece-me que mereceríamos saber exatamente esta informação, que cada um deles sabe cabimentada, e que fosse partilhada connosco.

Por isso, peço ao senhor Vice-Presidente que faça o favor, pois que era um dado que deveria constar, uma vez que cada senhor presidente sabe quais as ruas que vão ser pavimentadas na sua freguesia.

Se nos pedem esta autorização, deveríamos ter esta listagem para que nos pudessemos pronunciar. Acho que era um dever que a Câmara deveria ter para connosco e um direito que nós, enquanto deputados municipais, deveríamos ter essa informação.

Muito obrigado.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

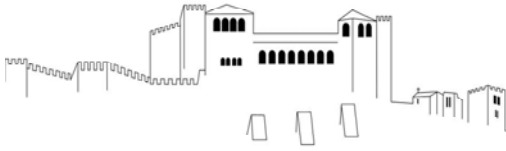
Senhor deputado Vitor Lourenço, por favor.

### **DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Tal como nas últimas duas Assembleias Municipais a que este assunto foi presente, naturalmente que mantemos o mesmo voto de abstenção das duas primeiras sessões.

Para esta minha intervenção, permitam-me que vos conte uma pequena curiosidade.



Estive, há dias, numa terra onde não ia há doze anos. Num país em franco e imenso desenvolvimento. Achei estranho, na conversa com o taxista (é com eles que geralmente conversamos quando chegamos a uma terra diferente e numa primeira abordagem), em que questionei o porquê de tanto desenvolvimento, tanta riqueza, que tanto se fala do crescimento daquela terra e daquele país e naquelas vilas todas, à volta daquela grande cidade. As ruas estão na mesma, as caixas de esgotos continuam com tijolos à volta. Tudo igual, como estava há doze anos. Respondeu-me o taxista que, na verdade, o dinheiro tem ido para as pessoas. A pobreza praticamente foi erradicada em mais de 70% do que até aí existia (porque existia anteriormente, com os anteriores governos).

Quando li este novo agendamento deste processo à Assembleia – e era sobre isso, apenas, que queria falar -, comungando um pouco desta ideia geral de que não vemos objetivado, pode estar a ser feita a melhor política social que o Município alguma vez desenvolveu mas, nesta Assembleia, nunca foi objetivada. Nunca aqui tivemos apreciações de projetos dessa área de intervenção que pudéssemos apreciar, analisar, louvar, intervir... nunca!

Mas esta veio cá, hoje, para mudança do objeto.

Na primeira sessão, em vinte e oito de setembro de 2012, vieram as condições financeiras do empréstimo e os concorrentes. Tinha como objeto injetar dinheiro na economia e pagamento a fornecedores. Era assim que estava escrito no objeto para que serviria este empréstimo. Naturalmente que a tutela não dá aprovação a empréstimos sem constar o objeto bem definido. Aliás, consta o edital, a indicar o concurso das obras a que se destina.

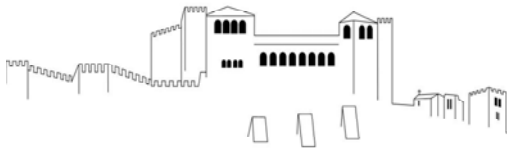
Mas não é isso que está em causa, do ponto de vista da minha apreciação pessoal, se é legítimo que se façam projetos de arruamentos ou alargamento de arruamentos, etc.

Na sessão de quinze de dezembro de 2012 veio à Assembleia para calendarização, simplesmente.

Agora, em fevereiro, vem para mudança do objeto.

Na verdade este método de gestão da Câmara é aquilo com que nós temos discordado, de há três anos a esta parte. É isto que queria enfatizar. Não faz sentido, senhor Vice-Presidente da Câmara, gerir os bens do Município desta forma. Nós precisamos da verdade desde o primeiro até ao último momento!





É isso que nos pedem que façamos, que digamos a verdade com transparência e é isso que eu queria aqui perguntar.

O mesmo processo vem três vezes à Assembleia Municipal?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Secundo a intervenção do senhor deputado Vitor Lourenço.

De facto, já é a terceira vez que este tema vem cá e gostaria de dizer três coisas.

Primeiro, ao arrepio da bancada do PSD, votei contra (como se recordam) e quando o fiz disse que apesar de as receitas estarem a cair menos que as despesas – o que é um bom indício -, na altura disse também que as contas apresentadas pela Câmara estavam em profundo desequilíbrio e não havia dinheiro para tesouraria.

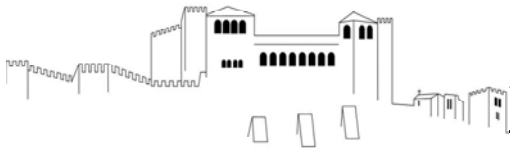
Meu dito, meu feito!

Não, eu não estou a discutir política! Estou a discutir gestão! Se eu tiro dez de um bolso e só entram nove, falta-me um (já me dizia – e ainda diz – a minha mãe).

Votei contra porque disse que mais empréstimos sem um controlo atento da despesa na Câmara Municipal é um erro e vai hipotecar a situação financeira da Câmara, a prazo. Vão-me responder alguns senhores deputados do Partido Socialista que no tempo da doutora Isabel... mas nós já não estamos no tempo da doutora Isabel! E ela já pagou e foi julgada pelo juiz soberano, que se chama povo, e perdeu as eleições e aí estamos tratados.

Agora, a minha questão é esta: é mais um milhão e seiscentos mil euros, não é? Vai ser um problema e sabem uma coisa, já agora? Vou votar contra este empréstimo e contra todos os empréstimos. A chave da situação financeira da Câmara Municipal de Leiria passa pelo lado do controlo da despesa. A sério! E a despesa com pessoal está a crescer e vai crescer mais agora, com a entrada dos colaboradores da Leirisport. E vai doer!

Não há uma estratégia financeira de fundo para a Câmara Municipal de Leiria. E, ao contrário do que o senhor deputado Luis Pinto ainda há bocado nos disse - a propósito de outro tema -, há aqui muito dinheiro gasto que não devia estar a ser gasto.



Eu sei que veem aí as eleições e que *com Castro no coração, toda a estrada leva alcatrão.*

Mas não são estes demandos que temos nós criticado? Não são? Então não caíam neles.

Eu, obviamente, voto contra.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão.

**DEPUTADO VENTURA JOSÉ ROLO TOMÁS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COIMBRÃO)**

Muito boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente e na sua pessoa todos os presentes.

Não venho aqui discutir questões de gestão e questões financeiras relativamente a empréstimos e protocolos.

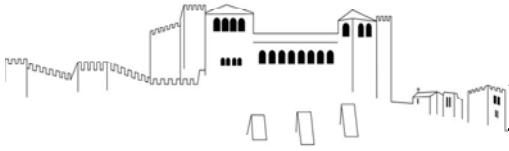
Senhor deputado Vitor Lourenço (que não se encontra na sala), recuso-me a ter caixas de esgotos com tijolos à volta na minha freguesia, nomeadamente quando nesta cidade – nos últimos anos – houve uma rotunda que foi intervencionada três vezes, sem grandes ganhos de eficácia ou de eficiência.

Meus senhores, convido todos os senhores deputados municipais (e excludo, obviamente, os presidentes de junta) a circular em nas estradas, nomeadamente nas das freguesias mais rurais.

No caso concreto do Coimbrão, convido-os a circular entre o Coimbrão e a Ervedeira e Coimbrão e o Grou (parte norte do concelho).

Tenho a noção e sensibilidade para as questões sociais e fundamentalmente, porque sou presidente da assembleia geral de uma IPSS, participei no diagnóstico (e de forma ativa) social deste concelho, através da comissão social inter-freguesias Coimbrão/Monte Redondo/Bajouca e ainda numa coisa que me é particularmente querida, que tinha a ver com as acessibilidades para mobilidade condicionada.

Fez-se um levantamento exaustivo e rigoroso e chegou-se à conclusão que há uma série de freguesias, neste concelho, que não têm sequer um metro de passeio que permita às pessoas circular entre as extensões de saúde e a sua farmácia, correndo riscos, quando nesta cidade há passeios em praticamente todos os arruamentos, há Mobilis, as pessoas têm facilidade de acessibilidade entre a zona suburbana e a



zona urbana e as outras freguesias – e refiro-me mais às do norte do concelho – não têm um único autocarro a horas decentes.

É também uma forma de protesto perante alguns argumentos de alcatrão, alcatrão, alcatrão!

Compreendo a sua posição. O senhor é um gestor, mas convido-o a circular pela nossa área rural.

Obrigado a todos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, para responder.

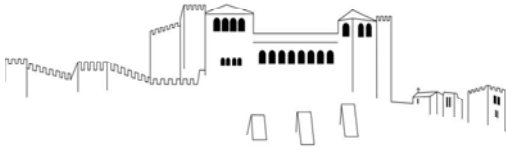
**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Boa noite a todos, novamente.

Vou tentar responder, desta vez, às questões.

Relativamente ao financiamento em causa - e no que diz respeito à prioridade atribuída a questão da pavimentação dos arruamentos - resulta (sobretudo) do seguinte: a primeira versão do empréstimo visava efetivamente o pagamento de uma série de dívidas e o objetivo era, claramente, pagar e liquidar dívidas com um prazo de pagamento muito elevado, uma vez que o programa de apoio à economia local – o conhecido programa PAEL – na altura ainda não se tinha mostrado disponível para a autarquia e depois acabámos por não o usar. Esta era uma alternativa para pagamento de dívida cujo prazo de pagamento estava a aumentar.

A informação que nos foi transmitida foi de que era necessário incluir, como objeto do empréstimo, questões relacionadas não com dívidas mas com obra. Naturalmente que com a experiência que tivemos, o ano passado, com um conjunto de empreitadas que – em articulação com os técnicos e com a Divisão de Obras Municipais e com as Juntas de Freguesia – com critérios de quilometragem, que permitiu definir – para cada freguesia – o número de quilómetros necessários e possíveis para pavimentar. Essa experiência, o ano passado, conseguiu não só fazer um custo/preço por metro quadrado extremamente baixo, como também permitiu complementar outras intervenções, uma vez que todo um conjunto de máquinas, estaleiros e homens estavam ao dispor daquilo que foi um concurso que foi dividido (salvo erro) em três lotes. Permitiu mais-valias importantes na requalificação de muitas ruas, no ano passado.



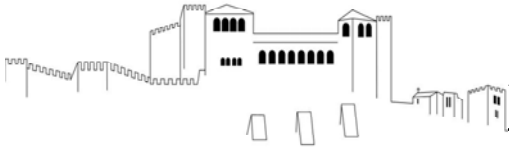
Efetivamente, a preocupação que temos – quando apresentamos este tipo de empreitada – é sobretudo ao nível da segurança rodoviária e de um conjunto de estradas do nosso concelho (um concelho muito grande) que necessitam de intervenções. Este tipo de intervenção era conhecido. Já estava em plano e orçamento e já estava também combinado com os senhores presidentes de junta. Independentemente do tipo de junta, todas irão merecer – tendo em conta os critérios pelos presidentes conhecidos – este tipo de intervenção e, portanto, aqui não existe algo escondido relativamente a eles.

No que respeita às condições leoninas do empréstimo. Basta informar o seguinte: hoje em dia são poucos os empréstimos que ou as Câmaras ou as empresas conseguem obter na banca. Convidámos quase todos os bancos existentes em Portugal e só responderam dois. O melhor *spread* foi 6%, que é muito, muito bom e o outro ficou em 8%. Isto para dizer que é uma taxa – por incrível que pareça dizer isto – muito boa e porque é um banco de Leiria e porque é um banco que quer, também, afirmar-se e estabelecer uma parceria cada vez mais forte com o Município. É importante referi-lo aqui, para que seja colocado algum enquadramento relativamente às condições bancárias que estamos a viver atualmente, em Portugal.

Senhor deputado Domingos Carvalho, os critérios, a listagem decorre do tal concurso que está previsto na informação. Não a temos, efetivamente, disponível agora mas é do conhecimento público, em termos concursais. Poderemos fazer chegar essa informação mas está estabilizada com todos os senhores presidentes de junta, que já devem saber o número de quilómetros a que terão direito. Parece-me que fica mais ou menos esclarecido.

Reportando à intervenção do senhor deputado Vitor Lourenço, não tenho mais a acrescentar. Contou-nos uma história, não é? Que o dinheiro tem ido para as pessoas. Em Portugal, atualmente, se calhar diríamos que o dinheiro tem ido para as Finanças. No entanto, aquilo que temos de apresentação e achamos que a posição e a votação do PSD, com o sentido de abstenção, é um sinal que também reconhece que este tipo de intervenções é necessário para o concelho.

Quanto à intervenção do senhor deputado Carlos Conceição, não me merece nenhum comentário porque foram muito bem ditas e, ainda por cima, com um novo lema que fica como sugestão para futuros atos eleitorais.



Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta do Coimbrão, refletiu aquilo que foram as preocupações – e bem – do estado das vias de comunicação do concelho e a necessidade de não esquecermos a manutenção destes equipamentos, que também representam um património do Município.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Vamos então votar o ponto quatro: *“EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE €1.630.011,00, NOS TERMOS DO RATEIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO ABRIGO DO PREVISTO NO N.º 2 E N.º 7 DO ARTIGO 66.º DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012. ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS”.*

Senhores deputados, vamos proceder a uma votação. É um momento sério numa reunião da Assembleia. Peço desculpa por chamar a atenção.

O verbete foi oportunamente distribuído.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d) do número 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com seis votos contra e treze abstenções, aprovar o pedido de autorização para alteração das cláusulas contratuais resultantes da contratação do empréstimo até ao montante de €1.630.011,00, ao abrigo do previsto no n.º 2 e n.º 7 do artigo 66.º da lei do Orçamento de Estado para 2012.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado João Curado, para uma declaração de voto.

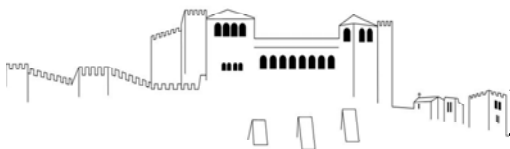
**DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)**

Boa noite.

João Curado, PSD.

Ao contrário do que é comum e do que é normal votei contra este empréstimo.

Conhecendo bem – e permita-me o senhor presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão – a estrada do Grou para o Coimbrão e outras direções na zona, sabendo bem que faz falta um passeio entre o posto médico e a farmácia (passei lá durante anos da minha vida) não me parece que se justifique este empréstimo. Veio à



Assembleia três vezes. Há seis meses 6% talvez tenha sido uma boa taxa, agora poderá já não o ser. Não sei. São quinze anos para pagar este empréstimo parece-me muito estranho, parece-me demasiado.

Acresce que este ano também se coloca o problema de, como diz o povo, “é preciso parecer mais do que ser”.

Por todas estas razões, sabendo que é verdade que as nossas freguesias necessitam muito de infraestruturas, não me parece que seja desta forma que se vai lá.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Carlos Conceição, para uma declaração de voto.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Votei contra, pelos motivos que já enumerei.

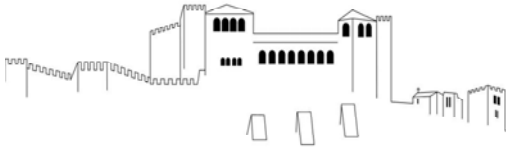
Naturalmente que o meu voto contra não é contra as pavimentações aqui em causa.

Também porque, sem colocar em causa o meu conhecimento das estradas e (graças a Deus) tenho um belíssimo conhecimento das estradas que referiu e já lá fui muito feliz, sinto que – de facto – para os investimentos que vamos fazer, e por isso a expressão do meu voto contra, em toda a consciência, em setores como as pavimentações e os arruamentos e estes arranjos, o dinheiro não deve ser via empréstimo. Deve ser via poupança gerada na Câmara Municipal de Leiria.

Como disse – e muito bem – o senhor deputado do PCP, a taxa de 6% (e concordo com o senhor Vice-Presidente), face às taxas que se praticam, é uma taxa equilibrada mas também concordo com o senhor deputado do PCP porque os empréstimos (hoje) não são empréstimos... são veneno. Vão-nos matar. Porque ninguém consegue libertar valor para pagar taxas de juro de 6%. Ninguém! Nem empresas, nem particulares e – já agora – nem o próprio país.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado João Cunha, para uma declaração de voto.



**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

A minha vontade, nesta votação, era de ter votado contra, pela trapalhada completa que está subjacente a esta vinda à Assembleia Municipal - pela terceira vez - deste pedido de empréstimo.

Não o fiz. Abstive-me porque percebo que inserido na política do alcatrão que está definida, que o alcatrão seja bem distribuído pelas freguesias. Esperemos que assim o seja e que se faça um bom usufruto desse alcatrão.

Entendo que deveria - desde o início - ter sido clarificado qual era o objeto que estava subjacente e quais eram as condições financeiras do empréstimo e o prazo respetivo, de acordo com aquilo que já foi aqui falado. Por todas essas razões, porque essa informação não foi clarificada, obviamente que não podia votar a favor.

Também não votei contra porque este empréstimo poderá – no âmbito das freguesias – ter alguma importância. No entanto, não deixo de expressar a preocupação clara de que estas não são condições exequíveis para se pagar, conforme aqui também foi dito pelo senhor deputado Carlos Conceição.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Retomamos a ordem de trabalhos com o ponto número cinco.

**5. EDUCAÇÃO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

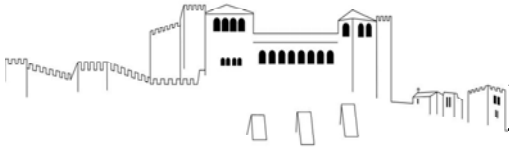
**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

A proposta apresentada refere-se à correção de valores que estavam incorretos e pretende-se a retificação para os valores exatos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Alguém pretende inscrever-se? Não.

Passamos à votação do item número cinco, conforme verbete distribuído: *“EDUCAÇÃO. COMPROMISSOS PLURIANUAIS. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO”*.



Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, deliberou por unanimidade autorizar a retificação apresentada.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Vamos passar ao ponto número oito da ordem de trabalhos.

**8. ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA EFEITOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO, TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º, 2.º E 3.º GRAU, RESPECTIVAMENTE - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

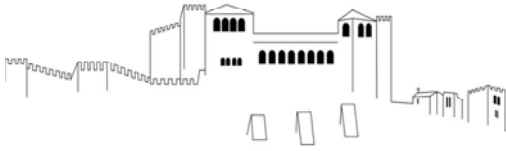
**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Por imposição legal – nomeadamente a Lei do Orçamento do Estado – foi necessário adequar a estrutura orgânica do Município de Leiria, reduzindo o número de chefias. Tal obrigou à mudança dessas mesmas chefias e foram designados, em regime de substituição, um conjunto de colaboradores que desempenham funções de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau.

Com este tipo de designação existe uma obrigação legal de, no prazo máximo de noventa dias, se abrirem procedimentos concursais.

O que estamos a pedir à Assembleia Municipal é autorização para abertura desses mesmos procedimentos concursais, uma vez que decorre da lei. Os concursos que estamos a apresentar, no que respeita à composição do júri, tem exigências e uma delas é que o presidente seja designado entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e – nesse sentido – qualquer uma das propostas de procedimento tem, a presidir, um elemento indicado pelo Instituto Politécnico de Leiria.





**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Quem pretende inscrever-se?

Senhor deputado Carlos Conceição, por favor.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Senhor Vice-Presidente, peço desculpa mas gostaria de lhe apresentar uma dúvida que tenho.

O Município tem, forçosamente, que proceder a este concurso?

Tem, forçosamente, que admitir estas pessoas?

Pergunto porque se decorre da lei e se o Município está obrigado a lançar os concursos e obrigado a admitir as pessoas para ocupar as vagas, não há nada a dizer. Nós, no PSD, também gostamos de cumprir a lei, mesmo quando não gostamos dela.

Por outro lado, ao olhar para a estrutura de custos com pessoal da Câmara Municipal de Leiria – que está a atingir um patamar preocupante e que vai piorar com a entrada dos colaboradores da Leirisport -, pergunto:

Não podemos prescindir?

Ou estamos mesmo obrigados a admitir estes recursos?

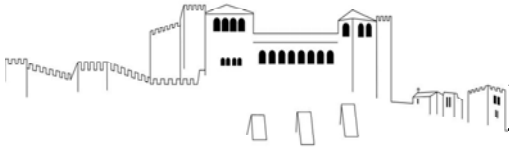
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Mais alguma intervenção? Não.

Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, para responder.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

As designações em causa têm um prazo em que necessitam de abertura de concurso, não para que estas pessoas ganhem os concursos mas para que qualquer pessoa possa concorrer. Portanto, aqueles lugares ficam condicionados, num período de noventa dias, e a Câmara tem que proceder à abertura dos procedimentos concursais. É o que está a fazer. Trata-se da abertura de concursos para os lugares que foram criados, em que foram indicados e designados um conjunto de colaboradores e, no prazo de noventa dias, a Câmara tem que abrir esses procedimentos e irão concorrer as mais diversas pessoas habilitadas para o efeito. Nesse sentido, decorre de um procedimento normal e legal, que é o concurso público.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Vou colocar à votação o ponto número oito: *“ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA EFEITOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO, TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º, 2.º E 3.º GRAU, RESPETIVAMENTE”*.

O verbete foi oportunamente distribuído. Sublinho este aspeto porque parte-se do pressuposto que todos os membros da Assembleia conhecem os termos do verbete que foi distribuído.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos do n.ºs 1 a 3 do artigo 13.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou por maioria, com dois votos contra e dezassete abstenções, aprovar a abertura de procedimentos concursais para efeitos de recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de titulares de cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau, respetivamente.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Domingos Carvalho, para uma declaração de voto.

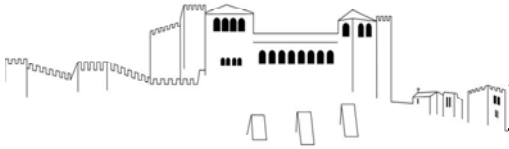
**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

A razão do meu voto contra tem a ver não com o facto de a lei ser cumprida, mas como forma de protestar contra esta lei.

Esta é uma forma ínvia de poder obrigar o Município a aumentar o quadro de pessoal. Aliás, é uma questão que – na minha opinião – foi mal estabelecida. Sou daqueles que acham que, prioritariamente, os Municípios deveriam ter os seus quadros preenchidos com um normativo específico e com gente do Município. O poder haver concorrentes de qualquer lado neste caso, fica provado que pode levar a que - de forma indireta - se esteja a aumentar aquilo que já está enorme e a aumentar os problemas da Câmara.

Muito obrigado.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro, para uma declaração de voto.

**DEPUTADO PEDROSA PEDRO (PS)**

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Votei favoravelmente este ponto porque, na realidade, não se vão aumentar lugares na Câmara Municipal de Leiria.

Estes lugares existem, estão preenchidos em regime de substituição. O que se vai fazer é um concurso público, para tornar transparente o processo de colocação das pessoas que vão ocupar esses lugares.

Portanto, não se vão criar lugares novos. Eles existem e estão preenchidos em regime de substituição.

É assim senhor Vice-Presidente?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Peço desculpa. Seria antirregimental estar a rediscutir o ponto.

Entendo que a declaração do senhor deputado Paulo Pedro é uma declaração de voto e não constará em ata qualquer resposta do senhor Vice-Presidente da Câmara porque não pode responder-lhe.

O ponto termina com a votação e as declarações de voto, em relação às quais não há respostas. Lamento, mas não pode ser de outra forma, caso contrário não haveria regimento nenhum que nos valesse.

Passamos ao ponto número nove da ordem de trabalhos.

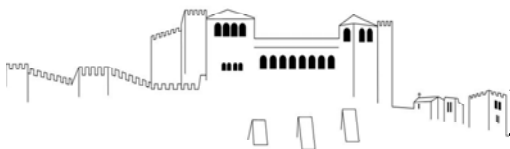
**9. REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA (RAAML) – ALTERAÇÃO - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Em termos do regulamento, a proposta que estamos a apresentar refere-se ao artigo 11.º, com a inclusão (também) da sob proposta pois que antigamente estava só centrado no Presidente e agora considera-se a figura do vereador com competência delegada na respetiva área.



No que concerne ao artigo 14.º - *Requisitos para Atribuição* – tem o objetivo de simplificar os auxílios não financeiros, nomeadamente as cedências de bens móveis ou imóveis. Temos muitos pedidos de vasos, palcos ou das tendinhas da gastronomia. Até agora, qualquer associação teria que elaborar (praticamente) uma candidatura, como se estivesse a solicitar um auxílio financeiro. Esta proposta vem simplificar.

Relativamente ao artigo 25.º - que é um dos principais motivos desta alteração - tem a ver com a atribuição de auxílios concedidos até à data da entrada em vigor do presente regulamento. Esta norma transitória já existia mas incluímos aqui um ponto que torna ainda mais clara esta norma interpretativa. Permite, então, manter igualmente o direito à atribuição de auxílios as atividades efetivamente desenvolvidas até ao final do ano civil de 2012.

Desta maneira, permite que o PAAD – que foram candidaturas entregues em anos anteriores ao de 2013 – e uma vez que está a decorrer o ano de 2013, deveríamos atribuir auxílios só tendo em conta o regulamento de 2013. Como aquelas atividades foram desenvolvidas em anos anteriores, este regime transitório – com este ponto – torna-se cada vez mais claro e assim, com muito mais segurança, poderemos pagar os apoios atrasados, em termos de associativismo.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhora deputada Fátima Sismeiro.

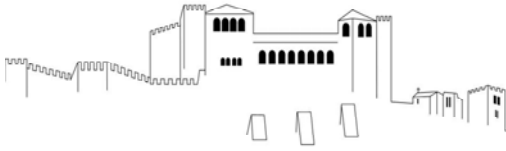
**DEPUTADA FÁTIMA SISMEIRO (PSD)**

Boa noite a todos.

Fátima Sismeiro, PSD.

Como ontem não tive a oportunidade de cumprimentar, cumprimento hoje o senhor Presidente da Assembleia e os senhores secretários, o senhor Vice-Presidente da Câmara e os senhores vereadores, os senhores deputados, senhores presidentes de junta, público, comunicação social e *staff* de apoio logístico e administrativo à realização desta reunião.

Senhor Vice-Presidente, estamos – enfim – perante mais uma alteração a um regulamento. Talvez devesse ter existido maior ponderação aquando da sua redação inicial, para evitarmos (assim) duplicar o trabalho de todos. Mas nós prevalecemo-nos desta oportunidade para afirmarmos que partilhamos da lógica que enformava o anterior PAAD e, portanto, no que à atividade desportiva respeita,



de que se deve premiar o mérito e o trabalho desenvolvido e – por consequência – o apoio a conceder deve ser concedido *a posteriori*, isto é, após os resultados obtidos e em função desses resultados.

Outra questão que aqui levantamos é a seguinte. Nós ouvimos aqui o senhor Presidente, ao longo de todo este tempo (desde o início do mandato), dizer que a situação da Câmara obrigava a “cortes daqui e a cortes dali”. Enfim, que não havia dinheiro para isto nem dinheiro para aquilo. Eu até me lembro de ter interpelado o senhor Presidente da Câmara acerca de uma habitação social, a construir na freguesia de Colmeias, mediante a adaptação da escola do Barreiro e cujo orçamento rondava os trinta mil euros. Enfim... não eram milhões.

E agora pergunto-lhe, senhor Vice-Presidente. Quanto é que vai ser aplicado nestes apoios? É um milhão de euros? Um milhão e meio de euros? Sim, porque atualmente – e a toda a hora – só ouvimos falar em milhões.

Como apareceu agora esta verba?

Sempre lhe direi, senhor Vice-Presidente, o contexto em que vivemos atualmente – embora continue a ser um contexto de paradoxos – é um contexto que necessariamente é também de mudança de paradigma. Pode, legitimamente, questionar-se a oportunidade, a prioridade e a necessidade - mesmo em ano de eleições autárquicas – de se gastar tão elevada verba, enquanto são cada vez mais as pessoas com dificuldades que nos batem à porta.

Por isso, porque muito embora consideremos... e repito, muito embora consideremos as atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas e isto porque consideramos que o povo precisa da festa e do ócio, sopesemos os gastos de dinheiros públicos, regra que – face ao atual contexto – nem as eleições que se avizinham devem afastar.

Disse, perguntei e disse.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

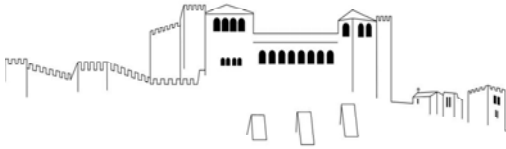
Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Já tínhamos afirmado que este não só é, tecnicamente, um mau regulamento, como é um regulamento que não visa servir os interesses municipais. De facto, cria



obstáculos e castra a atividade criativa e social, prejudicando a qualidade de vida e o desenvolvimento do concelho.

A Câmara vem agora propor algumas correções que, contudo, são de alcance muito limitado e não resolvem algumas das limitações à vivência democrática impostas pelo regulamento em vigor.

Desde logo, com as presentes alterações, continua a violação da legalidade democrática, introduzindo de facto o conceito de membros do órgão executivo municipal de 1ª categoria e de 2ª categoria. No primeiro grupo está o Presidente da Câmara e os vereadores com competências delegadas e no segundo grupo estão os vereadores a que não foram delegadas competências.

A redação ora proposta para o n.º 2 do artigo 11.º, atribuindo ao Presidente da Câmara e aos vereadores com competências delegadas o exclusivo de propor a atribuição de apoios municipais, viola a lei e a Constituição.

É bom que se entenda que, com exceção do que a lei dispõe para o Presidente da Câmara, os membros do executivo são todos iguais entre pares. Como tal, qualquer membro da câmara municipal pode propor a atribuição de apoios ao órgão, tenha funções atribuídas ou não, tenha competências delegadas ou não.

Também não se entende a amplitude castradora de direitos cívicos, que impede comissões *ad-hoc*, que o código civil consagra sobre a epígrafe de comissões especiais e pessoas singulares de poderem aceder a apoios.

Como fazer com as inúmeras comissões que organizam festas pelo concelho e que sempre hão-de pedir algum apoio?

Por isso propomos:

- Para efeitos da presente proposta de alteração que a redação do n.º 2 do artigo 11.º seja a seguinte:

A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Leiria, sob proposta de qualquer dos seus membros. Sempre que da atribuição do apoio resulta a realização de nova despesa, do teor da deliberação deve constar a informação de cabimento e número de compromisso que a suporta.

Propomos ainda recomendar à Câmara Municipal de Leiria que seja feita uma revisão mais profunda do regulamento, que preveja a possibilidade de pessoas individuais e comissões *ad-hoc* possam beneficiar da atribuição de apoios municipais e ainda que, no âmbito do n.º 2 do artigo 10.º (critérios de seleção) seja introduzida a *Área de Cidadania*, devidamente densificada.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado, pedia-lhe que deixasse ficar o documento que depois devolverei, para orientar-me na votação.

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para responder.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Relativamente à intervenção da senhora deputada Fátima Sismeiro. Não tenho muito mais a dizer. A explicação que gostaria de apresentar tem a ver com o atraso na atribuição dos apoios, que são anuais. De facto, as fortes contenções orçamentais – nos últimos anos – inviabilizou este pagamento de forma atempada e que veio (no ano transato) a ser ainda mais prejudicado, com a introdução da lei dos compromissos, que obriga a que o prazo de pagamento dos nossos compromissos seja dentro dos noventa dias. Nesse sentido, só podemos assumir compromissos se de facto tivermos liquidez para os concretizar.

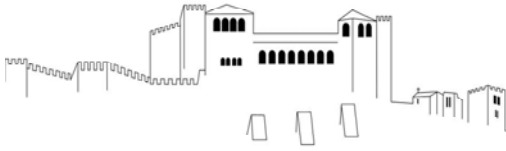
Isso fez com que, com este montante global de apoio, que é habitual ao associativismo – sobretudo o desportivo, que foi o mais penalizado com estes apoios – não foi possível, no ano de 2012, atribuir esses mesmos apoios e acumulou com 2011, o que faz com que o montante total (que andarà à volta de um milhão de euros) seja, no fundo, o somatório de dois anos de atraso e que vem – de uma maneira muito mais clara – corrigir aquilo que antigamente se fazia. O PAAD tinha atrasos de pagamento de dois anos. Tinha atrasos de pagamentos de montantes muito superiores a este e deliberava-se, efetivamente, em reunião de Câmara, os apoios que depois eram pagos a perder de vista (muitos deles).

O que vamos fazer, com esta alteração, é não só aprovar os respetivos apoios com o respetivo compromisso e com um pagamento mais célere.

O que pretendo é tentar explicar o porquê deste montante, que resulta do acumular de um conjunto de apoios que não foram atribuídos, nos últimos anos, aos clubes desportivos.

Naturalmente, não podemos defender uma política desportiva em que achamos que os clubes e o associativismo são fundamentais e que precisam de apoio municipal e que depois – quando atribuímos os apoios -, dizemos que não os podemos fazer.

De facto, temos de ter aqui também alguma atenção àquilo que é a função social – e já hoje se falou da preocupação social – e os clubes têm essa função social, sobretudo junto dos mais jovens, e têm um papel formativo importante para o desenvolvimento de uma sociedade.



Relativamente à proposta do senhor deputado Carlos Guerra. Efetivamente, o regulamento veio corrigir situações em que um vereador, independentemente de ter pelouro ou não na própria Câmara, propor em reunião de Câmara um apoio especial porque o considera relevante e de interesse público.

O Tribunal de Contas tem apertado, cada vez mais, a malha na atribuição dos apoios financeiros e vem exigir que o regulamento de auxílios seja transversal às diversas atividades do Município – cultura, ação social, desporto – e, dentro desta área, tem que obedecer a um processo de candidatura devidamente atempado, com critérios definidos e que quem analisa essas candidaturas é a parte técnica, sendo que são as diversas divisões que propõem ao vereador com o pelouro para apresentar em reunião de Câmara.

O que constava anteriormente era que as divisões que analisavam as candidaturas propunham e era o Presidente que agendava o assunto para reunião de Câmara. De facto, ultrapassa o que acontece porque quem define, por exemplo na área da cultura é a Divisão da Cultura e será o vereador da cultura que irá propor, em reunião de Câmara, uma vez que o Presidente delegou no vereador esse pelouro.

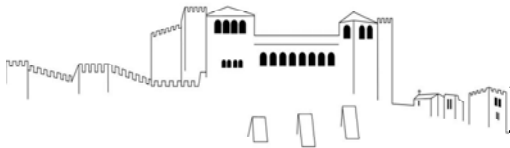
Por isso, nesse aspeto, não me parece possível a proposta que o senhor deputado apresentou. Terá que ser quem tem competência no pelouro – após análise pelos serviços – que terá que justificar quais foram os critérios que foram balizados. No fundo é um conhecimento que decorre do que é a atividade do dia-a-dia, não só dos técnicos mas também do vereador, pelo conhecimento que tem no exercício das suas funções.

Tal não significa que os vereadores sem pelouros não possam ter acesso às respetivas candidaturas (e têm) e que possam contestar os critérios e propor alterações aos montantes a atribuir, resultantes de uma análise deficitária ou de qualquer critério que não tenha sido devidamente aplicado.

Por isso entendo que é uma maneira bem suportada o ser mediante proposta do Presidente ou dos vereadores com competência delegada e todos os vereadores - na Câmara - analisam essas propostas de apoio. Caso qualquer vereador descubra que se está a propor atribuir um apoio incorreto pode, na própria reunião, solicitar ou a retirada do assunto ou a sua correção.

Aí não está – efetivamente – violado nenhum poder do vereador, em reunião de Câmara.





## **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Pergunto ao senhor deputado Carlos Guerra – porque depois tenho que gerir a votação – se mantém a sua proposta, no que diz respeito ao n.º 2 do artigo 11.º.

Mantém.

Atendendo a que o senhor deputado Carlos Guerra mantém, a Mesa analisou a forma de votar e optámos por fazer o seguinte:

Há várias possibilidades de fazer a votação. A partir da intervenção do senhor Vice-Presidente da Câmara, ficou claro que não aceita a proposta e fundamentou. Não temos que discutir.

Votaremos, em primeiro lugar, o n.º 2 do artigo 11.º, que é o único em relação ao qual há uma proposta alternativa, na redação que nos foi entregue pela Câmara Municipal.

Se for aprovada, está prejudicada a proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra. Aceita assim? Sim.

Se não for aprovada, votaremos a proposta do senhor deputado Carlos Guerra.

Depois de obtido o resultado em relação ao n.º 2 do artigo 11.º, faremos a votação global da proposta que nos chegou, uma vez que não houve mais nenhuma proposta de alteração.

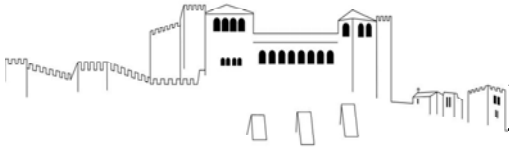
O senhor deputado João Curado pergunta:

- E se as duas forem rejeitadas?

A minha resposta é que se forem rejeitadas, está rejeitada a proposta da Câmara Municipal, globalmente. Porque uma parte dela está rejeitada.

Ficou claro.

Vou colocar à votação a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 11.º do *“REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA”*. Só a proposta (da Câmara Municipal, bem entendido) de alteração ao n.º 2 do artigo 11.º.



Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera por maioria, com um voto contra e treze abstenções, aprovar a alteração ao n.º 2 do artigo 11.º do regulamento de atribuição de auxílios do Município de Leiria (RAAML).**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Está prejudicada a proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra.

Vamos votar, globalmente, a proposta de alteração ao “REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA”, tal como nos foi entregue pela Câmara Municipal.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera por maioria, com catorze abstenções, aprovar a alteração ao regulamento de atribuição de auxílios do Município de Leiria (RAAML).**

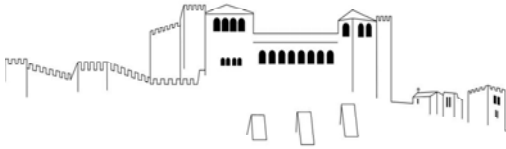
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Vitor Lourenço, para uma declaração de voto.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Naturalmente que na versão inicial votámos favoravelmente este regulamento que, no essencial, corresponde às exigências legais que os tempos foram justificando e a adaptação dos regulamentos de auxílios necessitava também de alguma simplificação. É natural que o tempo cure algumas feridas mas a nossa abstenção – hoje – tem exatamente a ver com o que também hoje já aqui dissemos sobre este ponto. Tem a ver com a explicação que foi dada pela nossa colega, deputada Fátima Sismeyro, e que eu aqui tinha referido na minha intervenção sobre política desportiva.



Mais uma vez, a floresta de enganos tem aqui umas arvorezinhas que não nos deixam ver com clareza a atuação da Câmara Municipal. E ela foi hoje aqui claramente denunciada.

Dívidas a uma empresa municipal, aprovadas *a posteriori* e a sua solução desta forma. Não concordamos e é por esse motivo que nos abstivemos, concordando com a totalidade e restante regulamento.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Resta-nos votar uma recomendação, que foi também apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra e que vou passar a ler.

Não se trata de uma proposta de alteração. É uma recomendação, vale apenas como tal e tem cabimento no regimento da Assembleia.

Propõe o senhor deputado Carlos Guerra que a Assembleia deve *“recomendar à Câmara Municipal de Leiria que seja feita uma revisão mais profunda do regulamento, que preveja a possibilidade de pessoas individuais e comissões ad-hoc possam beneficiar da atribuição de apoios municipais e ainda que, no âmbito do n.º 2 do artigo 10.º (critérios de seleção) seja introduzida a Área de Cidadania, devidamente densificada.”*

É apenas uma proposta de recomendação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera por maioria, com nove votos contra e seis votos a favor, rejeitar a recomendação apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra, do PCP.**

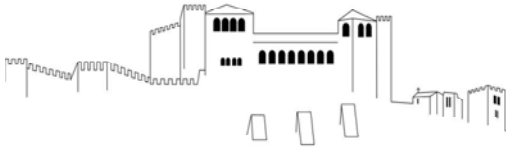
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Vitor Lourenço, para uma declaração de voto.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Digamos que, atuando pela positiva, acho que se esta proposta se enquadrar no âmbito da legislação que regula esta situação, não faria mal nenhum que se revesse para melhorar.



Votei a favor, só por isso.

Não sei se ela se enquadra. Também tenho dúvidas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Vamos passar ao ponto número dez.

**10. PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE – SUSPENSÃO DA COBRANÇA DE TAXAS - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Como consta na deliberação, no final do ano de 2012 terminou o contrato com a empresa que nos prestava o serviço de gestão do parque de estacionamento. Da análise desse custo do serviço, com o que era a receita arrecadada anualmente, optou-se por deixar o parque de estacionamento aberto e isento de cobrança de taxas, levando ao encerramento do estacionamento subterrâneo por questões relacionadas com a funcionalidade e segurança.

Nesse sentido, como compete à Assembleia Municipal suspender a aplicação da cobrança dessas taxas, vem aqui o assunto para esse efeito.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Manuel José Carvalho.

**DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (PSD)**

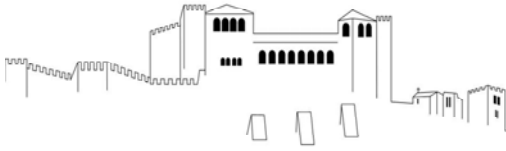
Boa noite.

Manuel José Carvalho, PSD.

Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes.

Este ponto remete-nos para o ponto treze de uma anterior Assembleia Municipal, de vinte e oito de setembro de 2012, quando foi aprovada – por maioria – o projeto de regulamento municipal das zonas de estacionamento de duração limitada.

Na altura foram feitas intervenções de todas as bancadas, questionando – nomeadamente – a necessidade, a oportunidade, o lamento da medida não integrada na mobilidade urbana, o impacto negativo no pequeno comércio da cidade, o MOBILIS que não chega a todo o lado, os parques de estacionamento periféricos inexistentes prometidos em campanha e não conectados com o transporte público.



Intervieram sobre esta matéria, como se lembram, os senhores deputados Fátima Sismeiro, Pedro Biscaia, Domingos Carvalho, Micael Sousa, José Francisco, Isabel Gonçalves, Carlos Conceição, Amílcar Gaspar e Vitor Lourenço.

A quantidade e qualidade destas intervenções refletiram – na altura – a importância, mas também a polémica da medida que veio a ser aprovada (como disse antes, por maioria) com os votos contra do PSD. Em coerência com esse nosso voto (em vinte e oito de setembro de 2012), hoje votamos favoravelmente a suspensão da taxa do parque da Fonte Quente.

Não deixamos, no entanto, de realçar a incoerência do executivo camarário, ao taxar estacionamento em setembro de 2012 e destaxar estacionamento em fevereiro de 2013. Isto sem se continuar a vislumbrar a tal política e sistema integrado de mobilidade urbana para a nossa cidade.

Disse.

**PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Mais alguém pretende intervir? Não.

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para responder.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

O único comentário a verbalizar é que perante estes números – que estão aqui patentes nesta intervenção – o que seria incoerente era continuarmos a pagar a uma empresa um serviço e não obtermos a receita suficiente para o pagar.

Nesse sentido, tem toda a lógica esta decisão. Ainda bem que foi adotada e ainda bem que o PSD está do nosso lado no que respeita a esta proposta.

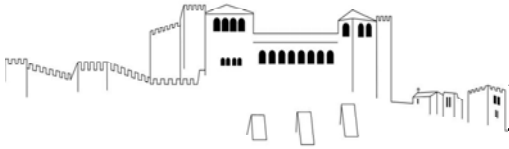
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Vou colocar à votação o ponto número dez: “PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE – SUSPENSÃO DA COBRANÇA DE TAXAS”.

Gostaria de informar, tal como costume fazer, este plenário de que o senhor deputado João Cunha se ausentou da sala – fica registado em ata – porque, nesta matéria, tem conflito de interesses.

É habitual prestarmos esta informação.



Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera por maioria, com uma abstenção, aprovar a suspensão da cobrança de taxas no parque de estacionamento da Fonte Quente, previstas no artigo 68.º do regulamento e tabela de taxas do Município de Leiria.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Vamos então passar ao ponto número onze.

**11. PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 548/11 – FMEL – FABRICO DE MOLDES PARA EMBALAGEM E LITOGRAFIA UNIPessoal, LDA. -  
Apreciação e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Trata-se de um pedido para reconhecimento de interesse municipal.

Foram aplicados e analisados os diversos critérios, já discutidos em outras situações, e solicita-se esse reconhecimento.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Quem pretende inscrever-se?

Senhor deputado Carlos Guerra.

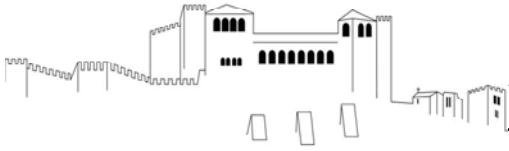
**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Como tem sido usual em todas as sessões, também nesta temos mais um processo de obras para nos pronunciarmos e considerarmos a pretensão de alteração e ampliação de estabelecimento industrial como uma ação de relevante interesse público municipal.

Existe um regulamento do Plano Diretor Municipal que define e prevê os espaços sujeitos e condicionados à lei da REN.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do D. L. 160/08:



- Nas áreas incluídas na REN são interditos ou usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em obras de urbanização, construção e ampliação.

O n.º 2 deste artigo prevê, realmente, exceções, nos casos em que os usos e as ações sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.

Finalmente, o n.º 4 deste artigo faz depender de aprovação de portaria, as condições a observar para a viabilização dos usos e ações referidos nos n.ºs 2 e 3.

A alínea e) desta portaria prevê que a pretensão de ampliação de edificações existentes destinadas a usos industriais pode ser autorizada desde que cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos:

i) A edificação existente esteja licenciada, nos termos legalmente exigidos;

ii) Seja justificada, pelo requerente, por razões de necessidade decorrentes do uso existente;

iii) Não implique um acréscimo da área de implantação superior a 30% da área de implantação existente;

iv) Seja reconhecida, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal.

Coloca-se, pois, a questão de saber a quem compete reconhecer o interesse público municipal. A lei fala em autarquia.

Se é uma competência da Câmara esse reconhecimento já está dado: *"a Câmara delibera reconhecer de interesse municipal a realização da operação urbanística"*, como vemos no verbete.

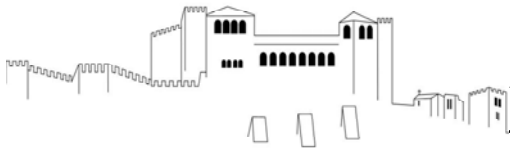
Se, como pensamos que é, uma competência da Assembleia Municipal, então a Câmara dever-se-ia limitar a propor à Assembleia Municipal para aprovação o reconhecimento em como esta ação reveste interesse público municipal e fornecer todos os dados para a respetiva decisão.

E não é o que consta deste documento que nos é apresentado.

Vejamos: Refere que o número de postos de trabalho a assegurar são dezoito. Mas são novos postos de trabalho ou são apenas a manutenção dos mesmos? E esta referência consta de algum estudo?

Lê-se no ponto sete que o *"requerente refere que melhorou..."*. O lógico e correto seria o que os serviços constataram.... E, como vem sendo hábito, não existe qualquer planta para que possamos avaliar o impacto da construção em REN.

Por isso votaremos contra.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado,

Senhor deputado José Peixoto.

**DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)**

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos.

O Bloco de Esquerda tem lutado, em vão, para a situação que se continua – impunemente – a verificar, em relação ao chamado interesse municipal.

Mantemos a nossa posição, já demais conhecida por esta Assembleia, e enquanto não for posta em vigor a legalidade, o cumprimento com o estatuído pela lei, votaremos contra as propostas apresentadas neste âmbito. Como é o caso.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

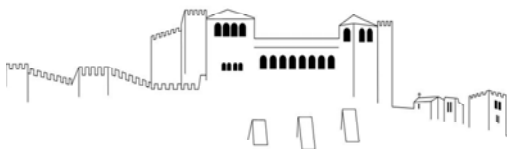
**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Isto já é habitual nas sessões deste órgão. A esquerda e o pensamento mais liberal. Só gostava que duas pessoas que respeito, em termos da coerência com que tantas vezes defendem os trabalhadores e as pequenas e médias empresas (que são 99% do tecido económico deste concelho), tivessem – e não pretendo ofender com a palavra que vou utilizar – a lucidez de, pelo menos, olhar para o mapa de REN e RAN que temos em determinadas zonas do concelho.

Apenas para que tenham consciência de algumas situações, quero dizer-vos que me deparei – há dias – com uma situação (é apenas um exemplo) com a seguinte especificidade: um terreno que tem uma frente de estrada para a 109.9 com cerca de cem metros e que é REN. Dentro desse terreno há uma bolsa, com oitenta metros, que é industrial. Admito que amanhã, uma qualquer atividade industrial que ali esteja, ache-se nesta situação porque a lei assim prevê. É evidente que já aqui não estarei, na Assembleia Municipal (espero ainda ser vivo), ouvirei o senhor deputado Carlos Guerra e o senhor deputado José Peixoto a dizerem que a REN e a RAN, não sei quê e não sei que mais e isto e aquilo... e estas coisas todas de que são uns malandros e querem fazer aqui umas coisas. Gostava que, por uma vez, percebessem que neste concelho – felizmente -, com toda a crise que existe, ainda tem relativamente poucos desempregados para o que graça pelo país além.





Nós temos que dar condições à atividade económica para continuar a desenvolver-se. Tenho pena que os senhores, que tanto propugnam pela defesa dos trabalhadores, os ataquem desta forma (que eu considero soez), que é não permitir às empresas que tenham espaço para crescer e se desenvolver.

Choca-me profundamente essa contradição.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Portugal tem em RAN, REN e Rede Natura 2000 – segundo os últimos números – quase 80% do seu território.

É normal que este tipo de coisas aqui venha. Não, não é só de agora (embora às vezes pareça). Nos últimos dez anos o desemprego tem crescido e ainda mais agora, nestes tempos difíceis, em que a crise acarreta custos para as empresas tão altos em diversos setores, quer endógenos quer exógenos.

Todas as medidas que servirem para garantir a manutenção e a criação de novos postos de trabalho são por nós muito bem-vindas, muito bem vistas e apoiadas com toda a clareza.

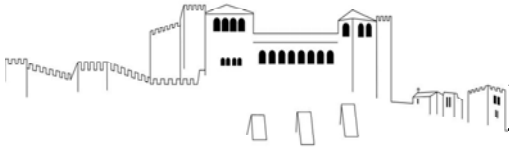
Visto que o senhor deputado Domingos Carvalho - com a inteligência e lucidez que lhe é particular - já disse um conjunto de outras coisas que eu ia dizer e que não vou repetir, acrescento só que num país onde tanta gente fala dos trabalhadores, fazem-se greves para defender os interesses dos trabalhadores, fazem-se greves para lutar pelos direitos dos trabalhadores, fazem-se manifestações... tudo legítimo e sempre *com a boca cheia* nos trabalhadores, não estejamos (todos juntos) a criar condições para que as empresas possam ter mais trabalhadores.

Porque quem gere a riqueza são as empresas e a lição que podemos também tirar desta crise é que aquilo que o Estado – nos últimos quinze anos – gerou foi dívida, que agora estamos a pagar.

Porque quem gere emprego e riqueza são as empresas e sem elas não há trabalhadores, não há salário, não há coisa nenhuma.

Porque o emprego e a sua criação são mais importantes que o alcatrão.

E nós vamos votar a favor.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Carlos Guerra, para uma segunda intervenção.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Isso a mim dá-me vontade de rir.

Hoje e aqui toda a gente defende os trabalhadores.

Ou não ouviram aquilo que aqui li e aqui afirmei ou então não percebo!

O que eu disse foi que no que se refere a estes dezoito trabalhadores, não há documento nenhum, não há prova nenhuma em como são dezoito trabalhadores.

Existe uma lei e ela não foi feita pelo PCP. A lei da REN, o PDM, não foi aprovada pelo PCP! Foi aprovado pelo PSD e pelo PS!

Então e quem é que definiu a REN? E vem aqui que devem trazer dados que demonstrem o interesse municipal. E os dados para nós interpretarmos é o comprovativo de que cria emprego e eu não vejo aqui nada a dizer isso! Vejo aqui que tem dezoito postos de trabalho. Mas tem já ou vai ter?

A deficiência é da Câmara, ao trazer aqui o verbete da forma como o traz. Há aqui coisas que têm de ser muito bem esclarecidas. O que eu disse foi que a Câmara já definiu o interesse municipal. Então porque é que vem à Assembleia? Eu acho que deve vir à Assembleia e acho que deve ser esta a ter o poder para definir isso e não a Câmara. E depois, não vem acompanhado da planta. Eu não sei onde é o local e não sei se há grandes ou se há pequenas interferências com a REN.

E de quem é a culpa?

É do PCP? É o PCP que está na Câmara? É o PCP que prepara os verbetes?

É preciso ter um bocadinho de tento na língua e não ser tão soez a dizer as coisas.

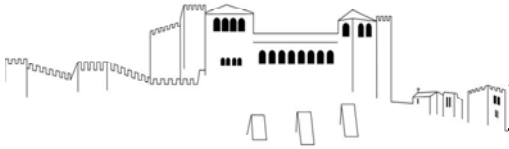
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

É a segunda vez que a palavra é utilizada e ela, de facto, não fere (no meu conceito).

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para responder.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Senhor Presidente, peço ao senhor vereador Lino Pereira para prestar alguns esclarecimentos.



## **VEREADOR LINO PEREIRA**

Lino Pereira, vereador da Câmara Municipal.

Boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhores vereadores, senhores deputados, senhores presidentes de junta, público e comunicação social.

Quero só deixar claro o seguinte. Não foi nenhum de nós, que aqui estamos, que aprovou a REN. É a comissão nacional da REN que delimita e obriga as condicionantes das REN's.

Também quero esclarecer, no assunto em apreço, que se trata de uma unidade industrial que existe há mais de trinta anos naquele local. Vem a REN, a seguir, marcar a condicionante de REN. É o que está no verbete.

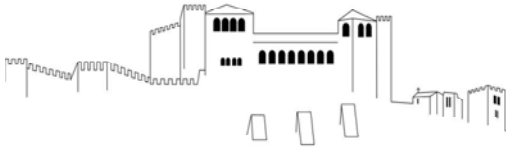
Mais, o senhor deputado Carlos Guerra diz que não foi aprovado em reunião de Câmara. O pedido formulado - identificado no ponto sete - identifica os critérios para emissão da declaração de interesse municipal, conforme deliberação do executivo, datada de dez de abril de 2012, e estará dependente do empreendimento de atingir uma pontuação mínima.

Portanto, foi aprovado pelo executivo e tem (claramente) pontuação elaborada com critérios que esta Assembleia - se bem me lembro - solicitou à Câmara, para não andarmos sempre a falar dos critérios. Foram elaborados e foram aprovados por esta Assembleia. Cumpre-os e é evidente que se quiserem as folhas dos trabalhadores - se for por isso - peçam os requisitos dos dezoito trabalhadores.

Felizmente conheço a empresa porque fui ao local e há uma nota que quero deixar - já agora - por causa da REN.

Os diplomas da REN e os seus regimes foram alterados. Espanta-me, porque julgo e aceito pois que esta Câmara também trabalhou para isso - numa discussão em Lisboa (na DGOTDOU) - que era necessário rever o regime da REN e, nomeadamente as suas condições. O regime está a ser alterado e os solos em REN não são todos iguais. Uns são mais em escarpas, outros são mais em leito de cheias.

O senhor presidente da DGOTDOU disse (e fiquei contente) que iria propor uma modificação - e propôs - sobre a alteração do diploma da REN. Espantou-me, quando li o diploma (feito em dezembro), pois versa um artigo que qualquer instalação industrial que se comprove que foi edificada antes do regime REN entrar em vigor - que se comprove e que foi licenciada, claro - que queira ampliar as suas instalações, pode ampliar 50%. Fiquei satisfeito quando li isso. A seguir diz que as



somas das áreas a ampliar, com as existentes, não pode ultrapassar 450 metros quadrados.

E eu pergunto: Que industria há, no nosso país, com 450 metros quadrados?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor vereador.

Vamos passar à votação do ponto número onze: *“PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 548/11 – FMEL – FABRICO DE MOLDES PARA EMBALAGEM E LITOGRAFIA UNIPessoAL, LDA.”*, conforme verbete que foi oportunamente entregue.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do número 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou por maioria, com um voto contra, aprovar o processo de obras particulares n.º 548/11 – FMEL – Fabrico de Moldes para Embalagem e Litografia Unipessoal, LDA.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado Carlos Guerra, para uma declaração de voto.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

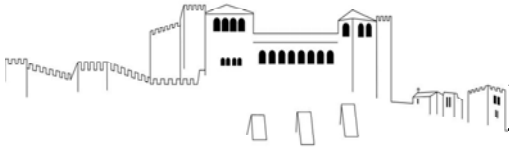
Acabei por votar a favor devido a alguns esclarecimentos que foram aqui prestados. Mas estes esclarecimentos deveriam vir no verbete. A responsabilidade política – não só política -, e também civil é nossa. O verbete deve vir devidamente identificado e deve ser acompanhado da planta. Eu não sei se o terreno está em escarpa ou em leito de cheia porque não diz nada.

Relativamente aos postos de trabalho, tem que haver um certo comprovativo e tem que ser apresentado à Assembleia pois é ela que vai decidir, não é a Câmara.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado José Peixoto, para uma declaração de voto.



**DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)**

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Eu disse, antes da votação, a razão por que ia votar contra.

Não tem nada a ver com REN nem com RAN. Tem a ver com a atribuição de estatuto de utilidade. É apenas isto que nós votámos na outra sessão. Nós votámos contra as regras definidas. Achamos que estão bem definidas na lei, não precisávamos e acho que é um fintar a lei o que fizemos aqui na Assembleia Municipal.

Por isso votei contra.

Não falem em trabalhadores, por favor.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Passamos ao ponto número doze.

**12. PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO COM A CIDADE FRANCESA DE QUINT-FONSEGRIVES – AUTORIZAÇÃO** - Apreciação, discussão e votação.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Não tenho nada a acrescentar, para além do que está escrito na deliberação.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor deputado João Curado.

**DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)**

João Curado e Silva, PSD.

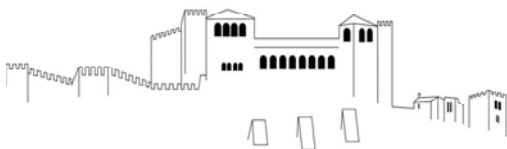
Boa noite novamente.

Esperava que o senhor Vice-Presidente transmitisse mais algumas indicações porque li o que está no verbete, tentei saber algo mais e pouco mais consegui saber.

Não temos nada contra uma geminação com esta cidade, absolutamente nada, mas acho este assunto importante e como tal deveríamos ter mais informação.

Fui saber que cidade era esta pois não a conhecia. Confesso que obtive mais informação no *site* da cidade de Quint-Fonsegrives do que de outra forma qualquer.

O *site* está muito bom e talvez até fosse interessante, neste âmbito da geminação e protocolo, aprendermos com ele porque realmente é muito útil e facilita a vida aos



seus municípios. Percebi, por exemplo, que virão dez raparigas passar uns dias em Leiria e em Lisboa, uma ótima iniciativa da senhora deputada Odete João, que vai passar algum tempo com elas. E soube disto através do *site* francês pois aqui não soube nada.

Também me apercebi que desde 1997 que não é celebrado nenhum acordo de geminação. Leiria tem sete cidades irmãs. Penso que sabemos todos quais são: Tokushima desde 1969; Setúbal, Saint-Maur-des-Fossés e Maringá em 1982; Olivença em 1984; Rheine em 1996 e Halton em 1997. Depois, houve acordos de cooperação e amizade (penso que se chama assim) com São Filipe – Cabo Verde, com Tongling e com Nampula.

Agora temos um acordo de geminação e fui tentar saber que cidade era esta e por isso gostaria que o acordo nos fosse apresentado de outra forma.

É uma cidade que tem – segundo os últimos censos, de 2009 – quatro mil setecentos e catorze habitantes. Está situada numa região muito interessante e foi criada em 1992, pela junção (se fosse em Portugal diríamos agregação) das vilas de Quint e de Fonsegrives. Situa-se na área de Toulouse, tanto quanto consegui perceber.

Agora, sobrepõem-se a tudo isto saber o que é que Leiria quer com as suas cidades irmãs. Não é com esta em particular pois trata-se de uma cidadezinha que é interessante e que terá, com certeza, as suas vantagens e foi escolhida por uma razão que gostava que a Câmara nos apresentasse, que nos dissesse porque foi escolhida esta e não outra qualquer.

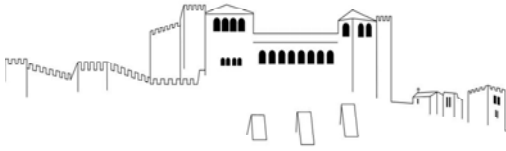
Seria interessante saber qual é a política de geminação e o que queremos fazer com as cidades irmãs. Sabemos que temos várias, sabemos que existem alguns protocolos em que alguns estudantes participam mas talvez fosse interessante que a Câmara nos dissesse e nos fizesse sentir para que é que estas cidades irmãs servem e qual é a vantagem.

Virão, além destas dez jovens, também alguns elementos a esta plataforma de geminação. Penso que serão cerca de cinquenta pessoas...

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhores deputados, por favor!

Está um deputado a usar da palavra. Já é a quarta ou quinta vez, esta noite, que peço a esta Assembleia que respeite quem está no uso da palavra.



Podem crer que quando cada um de nós está ali a usar da palavra, se sente mal quando vê as senhoras e os senhores deputados a conversarem entre si e fazer ruído ai em baixo. Estando aqui, é desagradável constatar isso. Pensemos nisso quando estamos ai em baixo.

Peço desculpa senhor deputado.

**DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)**

Ora essa. Obrigado.

Sei que a minha voz é maçadora mas vão ter que me aturar mais um pouco.

Estava eu a dizer que virão cerca de cinquenta pessoas, que é mais ou menos 1% da população da cidade que vem a Leiria e ainda bem.

O que é que a Câmara tem preparado para vender – a cidade, o concelho, a região – a toda esta gente? Porque é que esta gente vem cá? Se a nossa região ou cidade for bem vendida (permitam-me usar este termo), estas pessoas – principalmente os jovens - voltarão daqui a dois ou três anos, porque gostaram de aqui estar e trarão os amigos e criarão uma ligação com esta região. Se for só para vir assinar o protocolo e voltar talvez não valha tanto a pena.

Portanto, o que eu peço à Câmara é que, independentemente de nós votarmos e apoiarmos esta geminação, que nos dê mais informação e que nos faça votar isto com mais vontade do que aquela que já votámos.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

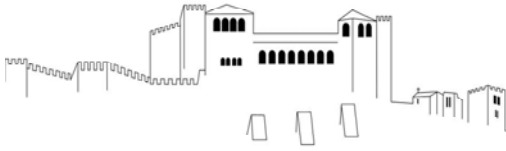
Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

O senhor deputado João Curado já disse parte do que eu iria dizer. Não irei repetir mas destacaria aqui um parágrafo do verbete que temos em nosso poder: *“Desta forma, considerando o grande fortalecimento de laços, tanto a nível institucional como a nível das respetivas comunidades que foi possível alcançar, consideraram os dois Municípios ter chegado o momento de revestir este relacionamento de um cariz mais formal, através da assinatura do protocolo de geminação”*. Geminação rima com... alcatrão! *“Note-se que, para além do reconhecimento da relação existente entre estas duas cidades, a existência de um tal protocolo permitirá um*



*acesso mais fácil aos mecanismos financeiros de apoio às atividades efetuadas no âmbito das geminações que são disponibilizados pela União Europeia”.*

Senhor Vice-Presidente, tenho três dúvidas:

Primeira dúvida: Grande fortalecimento de laços pressupõe já iniciativas conjuntas e um conjunto de relações biunívocas. Por favor, ajude-nos a perceber quais são. Porque formalizar esta geminação é, então, um ato meramente formal e irá dar corpo a um relacionamento existente. Por favor, ajude-nos a perceber o relacionamento existente entre as nossas duas cidades, se bem que tudo me leva a crer que seria mais produtivo geminar com Marrazes, que tem vinte e três ou vinte e quatro mil habitantes. Parabéns a Marrazes pela excelente intervenção naquele cruzamento duro, que agora se tornou muito mais fácil (eu sei que estou fora da ordem, senhor Presidente da Assembleia, mas não resisto!). Parabéns! Só falta o outro lado... parabéns!

Esta é a primeira nota porque do resto do verbete eu fico com uma ideia de que este protocolo é celebrado para *sacar* subsídios à União Europeia. Não tenho nada contra isso! Antes pelo contrário. Se temos que o ir buscar a algum lado, já que a nossa Câmara está tão exaurida para algumas coisas e para outras nem por isso, vamos busca-lo à União Europeia. Se estão disponíveis, vamos a isso! Até porque diz que *“... permitirá um acesso mais fácil aos mecanismos financeiros de apoio às atividades efetuadas no âmbito das geminações que são disponibilizados pela União Europeia”.*

Parece-me muito bem. Mas por favor detalhe porque nós já temos tantas geminações e parece-me – salvo melhor opinião – que o resultado prático, efetivo, o valor acrescentado destas geminações não é visível.

Por isso pedimos este detalhe.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhora deputada Odete João.

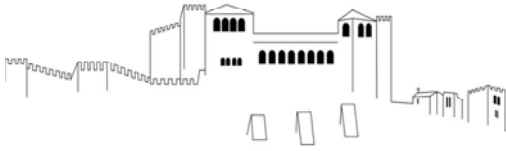
**DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Odete João, Partido Socialista.

Só tomo a palavra porque fui referida.

A minha relação com esta autarquia – Quint-Fonsegrives - tem um ano. Telefonaram-me a saber se queria participar num evento desta autarquia, a propósito do dia internacional da mulher. O convite era dirigido uma deputada





portuguesa, uma deputada francesa, uma deputada alemã, uma deputada italiana e uma deputada espanhola.

A autarquia assumia a estada de um dia. Paguei a viagem do meu bolso, tive falta na Assembleia da República e fui. Não sabia que a Câmara de Leiria tinha já um relacionamento, já há uns alguns anos, com esta autarquia e percebi que éramos muito acarinhados nesta vila, que faz parte da grande Toulouse.

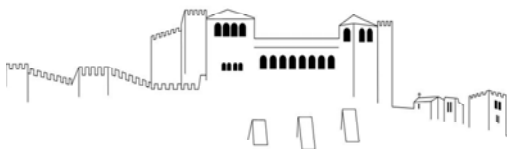
O modelo autárquico é substancialmente diferente do nosso e pude constatar na visita em que participei, que existe um conjunto de iniciativas (e peço desculpa, tal como alguns dos presentes, pela ignorância das relações que já se vinham a manter com a autarquia) que estavam a ser sedimentadas.

A comunidade emigrante é muito forte nesta zona. Existe até uma portuguesa que tem uma loja de produtos tradicionais, muitos aqui da região e que vem cá buscar para vender lá.

Em Toulouse existe a segunda maior universidade de França e uma das fábricas da Airbus. Temos estudantes que fazem intercâmbio com esta universidade, temos jovens que fazem estágios na Airbus. Temos empresas de moldes que trabalham com a Airbus. Temos algumas trocas com empresas portuguesas daqui da região.

Muitas das geminações não têm grande eficácia em termos de trocas, para além de por vezes um grupo se deslocar lá e outro grupo cá. No caso presente, entendo que temos grande possibilidade de ter um conjunto de iniciativas que potenciem a região de Leiria – e não falo só de Quint-Fonsegrives – mas sim da grande Toulouse. Em áreas como a agricultura a inovação, introduzindo aqui a Airbus e a universidade, que podem (necessariamente) trabalhar em conjunto com o IPL, se assim for o desejo das duas comunidades, podem fortalecer as trocas comerciais e a relação entre as empresas, mas também ao nível do associativismo. Realizei com os autarcas e várias entidades uma reunião e constatei que há um associativismo muito forte e muito presente.

Para terminar, até porque a Câmara terá (com certeza) muito mais informação que eu pois o que estou a transmitir foi resultado de uma visita de dia e meio a Quint-Fonsegrive. A vereadora da cultura veio posteriormente a Lisboa – numa das visitas que regularmente fazem a Portugal – para conhecer o parlamento português e preparar uma visita com jovens no sentido de estreitar laços com a comunidade. A vice-cônsul – que neste momento já não é a doutora Noelia Pacheco pois foi removida do seu cargo – teve um papel muito importante nestes contatos e



trabalhou na geminação de uma outra vila (Carcassonne) com Óbidos, noticiado há uns tempos atrás. Na próxima semana, e a meu convite, virá um grupo de dez alunas visitar a Assembleia da República.

Existe, de facto, uma forte componente nas trocas culturais, no âmbito da igualdade de género, nomeadamente através dessa vereadora. Penso que a vinda cá, no próximo dia oito de março, tem esse simbolismo. Foi isso que motivou a minha ida a esta vila francesa.

Independentemente de outras considerações, entendo que esta geminação – se for bem trabalhada – poderá ser muito produtiva para Leiria.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado

Senhor deputado João Cunha.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

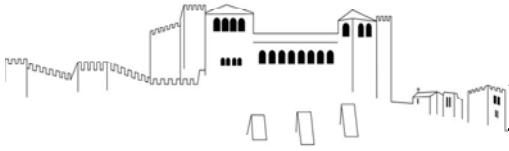
Este é daqueles assuntos que é para todos, penso eu, um assunto agradável.

É um assunto que nos faz bem ao coração e à mente porque sentimo-nos imbuídos neste espírito do intercâmbio, da aproximação entre os povos, na capacidade que temos de nos relacionar com o mundo. Faz parte da nossa génese, da nossa matriz e está na nossa genética. É algo que nos toca profundamente.

Todos nós aqui com certeza estaremos disponíveis para votar a favor desta proposta.

Estive a ouvir, com alguma atenção, o que o senhor Vice-Presidente aqui nos disse, olhei para o verbete, ouvi a senhora deputada Odete João prestar algumas informações (que agradecemos) mas confesso que – enquanto cidadão de Leiria – fico (e esta é uma reflexão de há muito) preocupado com esta forma avulsa como se trata a questão das geminações.

A existência desta designação geminação pressupõe (e desculpem-me a expressão) uma certa irmandade, pressupõe uma aproximação clara, que haja um caminho percorrido e que é um caminho sentido pelas populações, um caminho que é fruto de um caudal de sentimentos, de aproximações, de troca de experiências, de capacidade de entrosamento neste intercâmbio que se estabelece.



Confesso que tenho algumas dúvidas, mesmo em relação a algumas geminações realizadas há alguns anos, sobre se isto se verifica na plenitude. Mas é, como disse, um assunto que a todos faz sentir confortáveis e nos traz alegria ao coração.

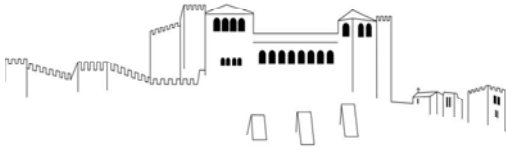
O que acho, de uma forma muito clara, é que está chegada a altura de ultrapassarmos esta parte carinhosa da questão e irmos um pouco mais fundo. É preciso que o Município defina com rigor – e era bom que fosse também aprovado nesta Assembleia – e fossem estabelecidos quais eram os itens, os parâmetros pelos quais se deve reger o Município para se geminar com outra entidade, qualquer que ela seja. O que nos foi presente dá a sensação de aparecer um pouco avulso.

Recebi esta semana – se não estou em erro – um *mail* da Câmara Municipal, do gabinete do senhor vereador, a convidar-me para estar presente no evento relacionado com esta geminação. Confesso, não tenho a veleidade de conhecer todos os cantos do mundo e nem tenho essa pretensão, a minha ignorância. De todo, desconhecia a existência desta agradável localidade, pelo que já tive a oportunidade de verificar. Também não me considero um cidadão do concelho distraído ou que não ligue às coisas da cultura mas confesso que nunca tinha ouvido falar desta localidade que, por acaso, é uma localidade simpática com cerca de cinco mil habitantes. Também aqui se coloca uma questão de critério, isto é, nós não estamos a geminar a cidade com esta localidade mas sim o concelho com esta comuna, assim designada sob o ponto de vista da circunscrição administrativa. Talvez tenhamos que perceber se um dos critérios que talvez tenhamos que pesar seja o da igualdade ou não. Temos que perceber o que é que efetivamente está aqui presente nesta geminação ou noutra qualquer.

Não tenho nada contra esta cidade. Aliás, terei muito gosto em visitá-la, quanto mais não seja pelo aguçar da curiosidade e, se calhar, ficarei muito mais confortado depois de o fazer e promover algum intercâmbio nesta matéria.

Mas convenhamos que está na altura de começarmos a olhar para estas coisas com um sentido mais claro, mais abrangente e mais definido.

Vamos confortar os nossos corações, o nosso espírito de cidadania e vamos votar a favor desta geminação, mas gostava mesmo – é uma sugestão que faço à Câmara Municipal – que aprofundássemos um pouco a nossa reflexão sobre esta questão das geminações e levássemos o assunto de uma forma mais profunda e mais consequente. Inclusivamente, talvez esteja na altura de fazermos o balanço daquilo



que tem sido as geminações que nós temos aprovado e saber o que fizemos e o que não fizemos e devíamos ter feito para que essas geminações fossem mais consolidadas, mais visíveis e mais participadas e vivenciadas pelos cidadãos do concelho.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhores deputados.

Senhor Vice-Presidente da Câmara para responder, se assim o entender.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Senhor Presidente, a senhora vereadora Isabel Gonçalves irá prestar os esclarecimentos solicitados.

**VEREADORA ISABEL GONÇALVES**

Muito obrigado.

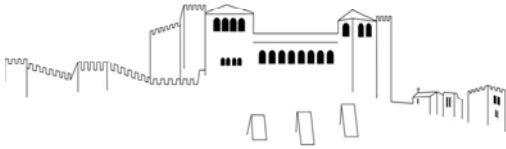
Cumprimento a todos.

Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Vice-Presidente, senhores vereadores, senhores deputados, público ainda presente e comunicação social.

Para além do que já foi dito e, basicamente, a senhora deputada Odete João apresentou uma panorâmica da realidade que constatou, o que vou dizer são apenas mais alguns esclarecimentos.

Esta é uma cidade efetivamente pequena e, recuando no tempo, este é um processo de encontro e de amizade que já vem de há alguns anos e que começou com o desporto. Começou com o andebol (pois esta cidade tem uma equipa de andebol), com a equipa da Juve e depois foi-se estendendo aos outros âmbitos, designadamente à cultura, ao intercâmbio com os jovens estudantes de uma escola da cidade com a escola secundária doutor Correia Mateus e também com o IPL, que já tem relações com a universidade. Devo dizer-vos que não é com a cidade de Quint-Fonsegrives pois esta dista cinco quilómetros de Toulouse. É uma merri porque (como sabem) em França não há freguesias e tem cerca de cinco mil habitantes, como já aqui foi dito.

A grande vantagem que foi vista nesta amizade - e devo dizer-vos que foi assinado (no ano passado) um acordo de cooperação e amizade - não foi pela cidade em si (efetivamente pequenina, independentemente de estar muito bem organizada e de ter todos estas valências já referidas), é que é uma porta para Toulouse.



O presidente desta cidade é vice-presidente de Toulouse e foi por aí que nós vimos o grande interesse em aprofundar esta relação, que começou – como vos disse – com um acordo de cooperação e amizade e agora entenderam as duas Câmaras que haveria toda a vantagem em passarmos a este protocolo de gemação.

Não é de forma avulsa, senhor deputado João Cunha, é algo que já tem um caminho bem percorrido. Para além do desporto e da cultura, devo dizer que a senhora vereadora Lurdes Machado e eu estivemos – no início do ano passado – a acompanhar um grupo de estudantes da escola secundária doutor Correia Mateus e um grupo de uma escola de dança da cidade de Leiria. Jovens com o máximo de treze anos, que participaram num festival organizado por esta cidade, no âmbito da cultura: o primeiro festival internacional de curta-metragem, feito com crianças até aos treze anos e onde os nossos jovens participaram e obtiveram prémios. Foi um evento muito bem organizado e por isso o intercâmbio, na língua francesa.

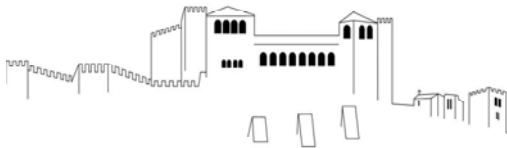
Estes intercâmbios, que existem também com outras gemações já feitas com outras cidades - designadamente a cidade de Rheine – têm dado frutos muito positivos. São estudantes nossos que vão (de vez em quando) às escolas de lá pelo período de oito dias através da ligação entre famílias. Ganham conhecimentos, acabam por tirar os seus cursos e alguns deles já lá se encontram a trabalhar. Há este nível de conhecimentos e os resultados têm sido muito positivos.

Esperamos que também com este, em que o intercâmbio de estudantes teve início o ano passado, possa também proporcionar bons resultados. Também os estudantes de lá que vêm a Leiria fazem uma espécie de estágio na escola, sendo que depois vão os nossos lá fazer o mesmo estágio nas escolas.

Basicamente, para além da amizade, estas iniciativas facultam conhecimento e é isso que é importante.

Há relações económicas e empresariais. Fui lá com o agora presidente do Nerlei e com o vice-presidente do IPL. O Nerlei com o objetivo de estabelecer relações económicas e empresariais, olhando a questão – que já aqui foi falado – da Airbus e dos moldes. Neste momento já existem relações entre a Câmara de Comércio de Toulouse e o Nerlei. Foi mais um passo que entendo ser muito importante.

Ao nível universitário, a universidade de Toulouse é a segunda maior universidade de França e houve relacionamentos e intercâmbios - ao nível da engenharia aeronáutica e mecânica – com o IPL.



Entendemos que, para além da questão da agricultura e da loja que vende produtos de Leiria e efetua trocas comerciais com produtores de Leiria, há muitas vantagens nos outros âmbitos.

Em relação à questão dos apoios da União Europeia. Devo dizer que não com esta cidade mas com a cidade de Rheine, Leiria tem um projeto apoiado pela União Europeia. Trata-se de um projeto no âmbito do programa Europa para os Cidadãos, que tem a ver com a questão das cidades geminadas e é uma parceria climática. No fundo é um projeto que está a analisar quais são as realidades das várias cidades irmãs, no âmbito das ações com vista à proteção do clima. Projeto este que foi cofinanciado pela União Europeia, com quatro países – Portugal, Holanda, Alemanha e Lituânia – e cinco cidades: duas alemãs, Leiria, uma cidade da Lituânia e uma cidade holandesa.

Isto para dizer também que a nível da Europa, e quando se fala em apoios no âmbito da União Europeia, também esses são possíveis com as geminações.

Terão razão quando afirmaram que quando as geminações surgiram estavam mais vocacionadas para a cultura, para ir passear aqui e ali. Neste momento, o que é importante é esta troca de experiências, de saber e de conhecimento entre os nossos jovens com as universidades e em várias áreas onde possamos aproveitar esta partilha mútua. Justifica-se plenamente e no caso de Quint-Fonsegrives, como vos disse, é uma porta para a grande Toulouse.

Muito Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhora vereadora.

Não se pode dizer que esta Assembleia não debate aprofundadamente todas as questões.

Vamos votar o “PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO COM A CIDADE FRANCESA DE QUINT-FONSEGRIVES – AUTORIZAÇÃO”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?



**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de geminação com a cidade francesa de Quint-Fonsegrives.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Chamo a atenção desta Assembleia que temos ainda o ponto número treze, que pode suscitar reflexões de carácter histórico consideráveis; o ponto número catorze e depois há um ponto dezasseis, que esta Assembleia aceitou incorporar na ordem de trabalhos.

Teremos que eleger – no final – os membros da Comissão de Protecção de Menores Crianças e Jovens e risco e logo após ainda há uma comunicação a fazer à Assembleia (que me parece importante) relativamente à próxima sessão.

Digo isto para que as nossas reflexões possam ser geridas no tempo certo.

Vamos então passar ao ponto número treze.

**13. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

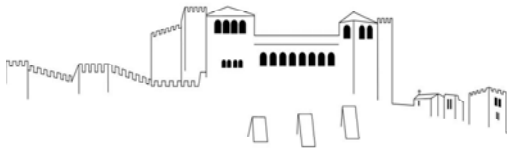
Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Não vou arriscar dizer que está tudo escrito no verbete senão ficamos mais meia hora. Vou por isso dizer algumas coisas, para não correr o risco.

A participação nesta rede constitui - no nosso entender – uma oportunidade de estreitar laços com um conjunto de cidades portuguesas, que já fazem parte desta associação.

É uma associação que tem já um grande *know how* e boas práticas na promoção turística e da cultura judaica em Portugal. Tendo em Leiria a igreja da Misericórdia, local onde se localizou o antigo bairro judeu e representa o que poderá ser o diálogo intercultural e inter-religioso. Existe uma porta, através desta rede e através de fundos comunitários, e a possibilidade de realizar um conjunto de investimentos e de atração de potenciais investidores naquilo que é Leiria como promotora de diálogo intercultural. Intervindo naquela zona, sobretudo junto à



igreja da Misericórdia e também um pouco por todo aquele casco histórico, poderá surgir uma futura oportunidade em termos turísticos e culturais.

Esta rede poderá dar-nos este contributo, este *know how*, não só em termos financeiros mas sobretudo em termos de contatos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Quem pretende intervir?

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Acho que esta é uma excelente notícia.

Devo dizer-vos que já estive várias vezes para falar – aqui - sobre a igreja da Misericórdia. É um sítio que conheço bem, por motivos pessoais, e é uma pena que aquele espaço esteja naquele estado. Não sei se as intervenções vão realizar-se dentro (julgo que não), não sei se o espaço é pertença da Câmara Municipal e possa lá ser feita alguma intervenção. Presumo que não.

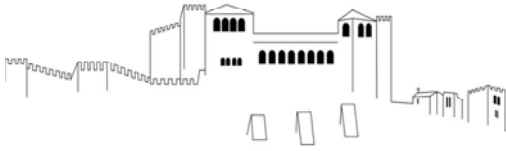
Acho que vale a pena gastarmos trinta segundos para dizer duas ou três coisas sobre este tema. Leiria é uma cidade plena de história. Não apenas das judiarias – que é uma coisa que conheço bem, desde pequeno, pois a minha mãe dizia que eu só fazia judiarias e fui estudar e tentar perceber o que eram – mas, de facto, temos uma história fantástica mas temos um centro histórico que está tão cheio de história quanto cheio de problemas.

Quando falamos que uma visão integrada da cidade faz falta, faz falta para recuperar a nossa cidade, faz falta para recuperar o nosso centro histórico – que está cheio de história – e para recuperar alguns ícones fundamentais.

Temos percebido ultimamente, e tenho acompanhado, que temos a Rota dos Escritores e um conjunto de iniciativas e aproveito este mote das judiarias para dizer o seguinte: Câmara Municipal de Leiria, por favor, vamos olhar para o centro histórico como um todo. Vamos ver o que é que temos que fazer porque é preciso, de facto, uma intervenção e uma valorização daquele património e a sua recuperação, para que seja devolvido à cidade em condições. Aquilo que lá está não está em condições.

Considero esta adesão uma excelente notícia, é uma excelente ideia. Espero que a Câmara Municipal tenha o talento, a inteligência e a habilidade de captar, cativar o





maior número possível de projetos e de investimento, para que se possa – de alguma forma – dar uma volta àquela zona. Porque – e falo por mim – é deprimente passar ali e ver o estado de abandono e de degradação de alguns daqueles espaços.

Fica aqui esta notícia, dada com um sorriso, o que é muito bom, ainda bem, excelente e fantástico. Agora, o problema é muito profundo. Porventura a adesão à rede das judiarias não resolverá tudo. Pode ser um bom começo mas é preciso uma visão integrada sobre todo aquele espaço. Aguardamos também que a Câmara Municipal nos traga, entretanto, novidades sobre tudo aquilo.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

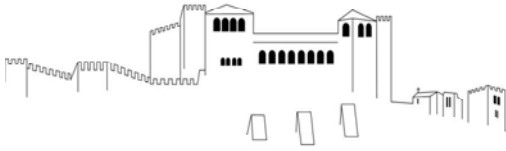
Carlos Guerra, PCP.

A criação e a adesão de Leiria a esta associação Rede Portuguesa de Judiarias não pode deixar de ser uma oportunidade de ouro para repor a nossa história nos seus verdadeiros carris.

Como se reconhece no preâmbulo da deliberação da Câmara, a coexistência multicultural das três religiões: cristianismo, judaísmo e islamismo e, acrescentamos nós, muitos ateus e agnósticos, incluindo na idade média, tornou-se uma marca de desenvolvimento e multiculturalismo da região de Leiria. Ora, esta coexistência, determinante para o esplendor económico, científico e cultural de Leiria e Portugal – particularmente brilhante a partir da revolução de 1383/1385 – foi destruída pela introdução – em 1496 –, por subserviência dos nossos governantes da época a uma potência estrangeira, da tenebrosa inquisição que atuando ao longo de séculos, acabou por ser uma tragédia que não só destruiu vidas humanas e comunidades inteiras como contribuiu decisivamente para o atraso de que ainda hoje sofremos as dolorosas consequências.

Por isso, a adesão do Município de Leiria a esta rede não devia ser apenas – como aqui se propõe – para que sejamos parceiros institucionais na intermediação entre estruturas da igreja católica e a rede. É um papel demasiado redutor.

Ao Município impõem-se um desempenho mais ativo na reparação da história e na reposição da verdade histórica e isso deve ser assim relativamente à história da comunidade judaica sefardita lusitana, mas deve ser assim também relativamente



à extraordinária herança da civilização islâmica, andaluza que tão maltratámos e quase desbaratámos, no que aos elementos materiais diz respeito. Valha-nos o povo, que conservou o seu património material e imaterial, ao longo dos séculos e, se outra coisa, hoje, não houvesse restavam-nos os usos, costumes e toponímia. Nomes como Alcaidaria, Almoíña, Alcolgulhe, A-do-Barbas, A-dos-Pretos, Maceira, Reixida, etc., aí estão para demonstrar o quão relevante é a herança árabe/islâmica que há em nós.

Mas há, ainda hoje, ruínas ou restos de outros elementos, conquistas tecnológicas assombrosas que os nossos antepassados árabes trouxeram para a península – como a picota e a nora – que ainda há poucas dezenas de anos eram relevantes equipamentos em uso por gente na arcaica agricultura regional.

Honremos também essa memória que, ainda para mais, nos corre na genética e no modo de estarmos aqui e no mundo e saibamos também aproveitá-la para a promoção do turismo e do desenvolvimento económico em geral mas, sobretudo, e em todos os casos, para nos colocarmos em paz com o passado e nos reencontrarmos connosco próprios, como povo singular digno, nesta Europa de povos e nações.

Finalmente, um apelo e um alerta para que esta rede não se torne um instrumento de propaganda do sionismo e do seu ódio contra as meações iónicas contra os povos árabes irmãos e contra o martirizado povo da palestina, em especial. Que a rede não se torne um instrumento de propaganda do agressivo Estado de Israel, mas se transforme numa plataforma de promoção da paz, do diálogo e da coexistência harmoniosa entre todos os povos do mundo e, em particular, dos que estão na génese da pátria portuguesa e que nisso o Município de Leiria tenha um papel interveniente marcante.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

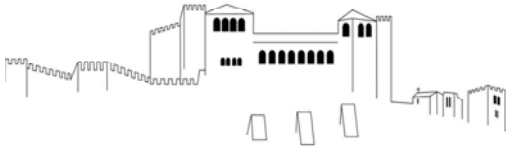
Muito obrigado.

O senhor Vice-Presidente da Câmara pretende responder?

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Apenas alguns comentários.

A igreja da Misericórdia não é propriedade do Município mas sim da Santa Casa da Misericórdia de Leiria. O nosso papel é o de facilitador, de motivador. A Santa Casa da Misericórdia de Leiria tem, naturalmente, os seus projetos, os seus planos de atividades, a suas prioridades. Aquele monumento não tem sido – nos últimos anos



– prioridade e compete ao Município tentar encontrar soluções, motivações e parcerias para que aquele espaço seja devolvido ao usufruto dos leirienses e de quem nos visita.

Parece-nos que este tipo de proposta, que já tem um enquadramento financeiro, naturalmente que não é para reabilitar o edifício porque é uma quantia muito baixa mas é um primeiro passo.

Falou-se sobre a questão do centro histórico. Acho que dava para um ponto da ordem de trabalhos muito pertinente mas não podemos esquecer que a recuperação dos centros históricos passa, sobretudo, pelos proprietários privados que neste momento também não têm as condições ideais para poderem reabilitar os seus edifícios.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Vou colocar à votação o ponto número treze: “ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera por unanimidade autorizar a adesão do Município de Leiria à Rede de Judiarias de Portugal.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

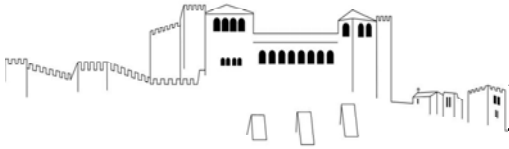
Ponto número catorze.

**14. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE LEI N.º 104/XII – NOVO REGIME JURÍDICO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ESTATUTO DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E EVENTUAL TOMADA DE DECISÃO. AGENDAMENTO SOLICITADO PELO BLOCO DE ESQUERDA.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

O ponto foi agendado a requerimento do Bloco de Esquerda.

Dou a palavra ao senhor deputado José Peixoto.



### **DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)**

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Dado o adiantado da hora e ainda haver muitas coisas para se falar aqui, vou tentar ser o mais breve e conciso possível, até porque vou apresentar uma moção que tem alguns considerandos e serão difíceis de ler.

Apenas para dizer que esta nova proposta de lei 104/XII vem, no fim de contas, contrariar aquilo que enuncia que vem fazer. Deveria trazer mais competências, mais recursos, mais financiamento, mais participação das populações, mais democracia ao nosso poder local. Não o faz. Faz exatamente o contrário. Vem retirar e vem fazê-lo de uma forma que nós achamos - além de ser imposta e de uma forma muito grave -, vem retirar poder às freguesias. Já não bastava aquela lei que fez com que freguesias vão desaparecer.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhores deputados, agradeça silêncio, por favor.

### **DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO HENRIQUES (BE)**

Muito obrigado.

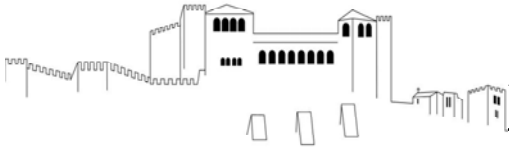
Vou passar à leitura de uma moção, onde tudo o que disse está retratado.

*“Moção Pela Democracia Local*

*A Proposta de Lei n.º 104/XII vem propor um novo regime jurídico para as autarquias locais e estabelecer o estatuto das entidades intermunicipais, agora promovidas a «entes integradores dos diversos Municípios».*

*Pela proximidade e pelo importante serviço prestado às populações, as autarquias deviam ter as suas competências alargadas e passar a ter mais recursos financeiros. As populações deviam ver melhoradas as possibilidades de participação nos órgãos autárquicos, a democracia local devia ser reforçada, a instituição das Regiões Administrativas devia ser entendida como um instrumento decisivo na racionalização do Estado e no combate ao desperdício de recursos públicos. Mas a Proposta de Lei n.º 104/XII não vai nesse sentido, vai num outro caminho, de desqualificação das autarquias e do poder local.*

*O núcleo essencial das funções dos órgãos deliberativos será afetado, os princípios da independência e da especialidade das autarquias serão postos em causa se forem aprovadas normas como a que prevê que a fixação de taxas e impostos (como a do IMI) pelas Assembleias Municipais – artigo 25.º, alíneas b), c) e d),*



*passa a ser condicionada por pareceres prévios dos novos órgãos das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.*

*Também sobre as novas entidades intermunicipais e as suas Comissões Executivas (não eleitas diretamente, mas com remuneração superior à dos deputados da República), não foram tidas em conta pelo governo as sugestões apresentadas pelas Juntas Metropolitanas do Porto e de Lisboa sobre as experiências positivas de áreas metropolitanas noutros países europeus.*

*Com a proposta de lei n.º 104/XII elimina-se a figura da “moção de censura”, há mais centralização do poder, mais reforço do presidencialismo, menos fiscalização dos eleitos, menos participação popular e menos democracia local.*

*O tão anunciado alargamento das competências das freguesias traduz-se afinal numa mão cheia de nada: a emissão de parecer sobre o nome das ruas - artigo 16.º, n.º 1, alínea w), a conservação de abrigos de passageiros – artigo 16.º n.º 1, alínea z), o licenciamento de arrumadores de automóveis – artigo 16.º n.º 3 - ou a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários - artigo 16.º, n.º 1 alínea aa).*

*Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Fevereiro, com continuação no dia 01 de março de 2013, delibera:*

- a) Manifestar a sua vontade em que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;*
- b) Expressar o seu desacordo com a supressão prevista na Proposta de Lei n.º 104/XII da possibilidade de apresentação de moções de censura aos executivos autárquicos;*
- c) Manifestar a sua discordância pela diminuição da responsabilização política e do poder de fiscalização democrática dos órgãos deliberativos das autarquias.”*

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

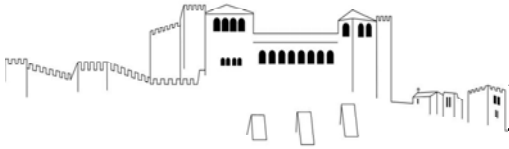
Muito obrigado.

Relembro que está também na Mesa uma moção apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra, que termina com as seguintes considerações:

*“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Fevereiro de 2013, delibera:*

*1.º - Repudiar a eliminação de freguesias e reclamar a inversão do processo no sentido da real aproximação aos eleitores e da pronta resolução dos seus problemas;*

*2.º - Rejeitar a ingerência governamental na gestão dos assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar limitações à autonomia dos Municípios e das*



*freguesias, especialmente através da tutela de reguladores e de pseudogestores sem legitimidade democrática direta;*

*3.º - Rejeitar o esvaziamento dos Municípios inscrito na proposta de legislação sobre atribuições e competências, inseparável do projeto de liquidação de Municípios presente no pacto subscrito pelas troikas;*

*4.º - Manifestar a sua oposição ao esbulho sistemático de recursos financeiros e ao acréscimo de encargos e exigir a progressiva reposição da capacidade financeira dos Municípios, o alargamento dos recursos do Estado afetos às freguesias, o fim das consignações e a uma distribuição equitativa e transparente.*

*5.º - Reafirmar o seu empenho na defesa do serviço público sob controlo democrático, do Poder Local Democrático e, sobretudo, das populações que representa.”*

Depois de ouvir ler a moção do Bloco de Esquerda, a minha impressão é que elas são distintas e, portanto, não são fundíveis. Significa que serão votadas em separado. Antes da votação está aberta, obviamente, a inscrição para quem quiser usar da palavra em relação a elas.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barreira.

**DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARREIRA)**

Boa noite.

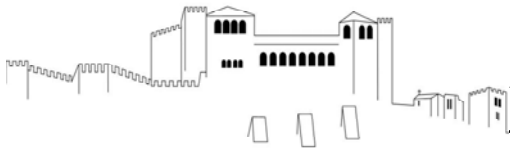
José Cunha, Presidente da ainda Freguesia da Barreira (e não vou cansar-me de o dizer até ao fim do mandato).

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e todos os presentes.

Antes de mais, vou só voltar à sessão de ontem para vos dizer que me esqueci de informar sobre a hora de início da cerimónia de comemoração dos duzentos e setenta e cinco anos da freguesia. Tem início às 10h00, com a eucaristia; às 11h30 realiza-se a sessão solene, em que serão atribuídas homenagens e às 13h00 realizar-se-á o festival das sopas.

Apenas mais um reparo. Vejam por onde vão... escolham a estrada principal, que é a que tem melhor alcatrão.

Esta proposta de lei é muito ampla, no seu objeto. No que respeita às freguesias trás uma novidade - que o senhor deputado José Peixoto já falou - e, do cruzamento que fiz com a anterior lei, há realmente mais competências para a freguesia, aquilo que já se fazia mais o empurrar-lhes - com este reforço das



competências da nova lei - vem na alínea a), a venda ambulante de lotarias; arrumador de automóveis e atividades ruidosas de caráter temporário.

Lembram-se daquela história dos arrumadores, que tanto nos fez rir (na intervenção do senhor deputado Carlos Conceição?), vai passar a ser competência das juntas de freguesia, pelo que a risota na Assembleia Municipal vai acabar.

Relativamente às entidades intermunicipais também não vislumbro – pelo menos pela leitura do documento – grandes vantagens.

Vou ter que alterar um pouco o texto que trago pois já hoje aqui se falaram de palavras de âmbito religioso, como foi o *alfa* e o *ómega*, e o senhor deputado Carlos Conceição “levou-nos” ao inferno.

Eu vou falar-vos do céu e do limbo.

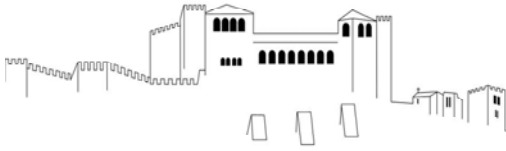
Como fui educado nos fundamentos da igreja católica apostólica romana, uma das coisas que aprendi – quando era ainda criança – foi que quando as pessoas morriam, as almas podiam ir para três estádios: o inferno, geralmente associado aos maus e aos pecadores; o céu, para dar mérito aos bons e que fizeram boa vida; o limbo, aquele estádio (como geralmente se diz) para onde iam as crianças porque eram inocentes e não tinham feito nem bem nem mal e ficavam ali, à espera que no dia da redenção fossem chamadas para o céu.

É isso que me parece que o Governo quer fazer com esta lei. Criou, tendo presente que muitos presidentes de câmara irão agora (supostamente) para a prateleira, um estádio intermédio de limbo, ou seja, entidades intermunicipais. O presidente acaba o mandato, não pode concorrer... vai para o limbo. Ai fica à espera. Pode redimir-se dos pecados (ou não) que praticou, certamente que nesse período vai poder descansar e depois terá a porta aberta para voltar à câmara (entenda-se aqui o céu).

Partilho, na essência, da opinião emanada pelo senhor deputado José Peixoto acerca desta matéria. Com o embuste de racionar custos e conferir maior equidade aos dinheiros públicos, faz-se a imposição da agregação das freguesias, dos agrupamentos escolares e dos centros de saúde, e depois gasta-se dinheiro – sem qualquer discussão pública – na criação destas entidades municipais, para alimentar cargos de nomeação política.

E depois lamenta-se que o povo canta.

O senhor deputado Carlos Conceição desafiou-me há pouco para eu o interromper, cantando “Grândola Vila Morena” enquanto ele intervinha (seguramente que



deveria ter alguma preparada para dizer) mas o que quero dizer – em relação ao que temos ouvido cantar – é que esta talvez seja esta a forma que o povo encontra para fazer jus àquele ditado “Quem canta seus males espanta”.

Boa noite.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhora deputada Odete João.

**DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Odete João, Partido Socialista.

A propósito da proposta de lei 104/XII, lembro aqui que o processo ainda não está concluído. Foi discutida na generalidade na Assembleia da República e baixou, sem votação, para ser discutida na especialidade, em comissão.

No entanto, isto não significa que o documento de partida seja aceitável. A proposta apresentada pelo Governo é uma proposta má, que não promove a coesão económica e social de todo o território nacional, não faz jus a um crescimento equilibrado de todas as regiões e não elimina as diferenças que existem atualmente, antes pelo contrário, vai acentuá-las.

Já muito foi dito sobre esta matéria mas importa acrescentar alguns elementos.

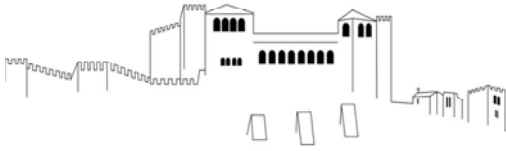
Esta proposta de reforma do poder local fere princípios constitucionais e não está de acordo com os princípios que decorrem da carta europeia da autonomia local, nomeadamente em matéria de descentralização, coesão nacional, administração eficaz e próxima dos cidadãos. Fere ainda, de uma forma muito grosseira, a autonomia do poder local.

A Associação Nacional de Municípios emitiu um parecer onde, de uma forma muito clara, mostra-se desfavorável à proposta de lei e às soluções nela apresentadas. A Associação diz, e cito: *“As soluções propostas são amiúde feridas de inconstitucionalidade”*.

Sobre as atribuições e competências das autarquias, permitam-me dizer que este diploma não é mais do que um remendo legislativo entre o que são as competências das autarquias e as suas atribuições. Não clarifica nem articula os dois diplomas existentes nem os compila num só normativo.

Quanto às atribuições, é dedicado um parágrafo muito genérico e ambíguo, onde tudo cabe e nada se faz. Ao mesmo tempo esvazia as autarquias das suas competências de uma forma absolutamente ignóbil.





Esta estratégia não tem quaisquer ganhos de eficácia – tão propalado pelo Governo - gera confusão entre os diferentes patamares da administração local. Mas serve um propósito. Ao não balizar as atribuições, o pacote financeiro será substancialmente reduzido e fica na mão de quem o atribui, porque é nebulosa a definição do que são as atribuições das autarquias.

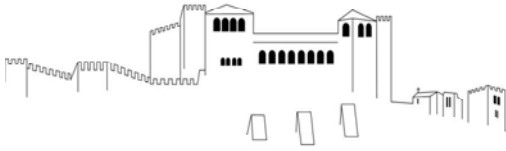
Foi-nos dito, a propósito da reorganização administrativa do território, que se faziam as agregações de freguesias para lhes dar mais escala e lhes atribuir meios, mas quando cruzamos esta proposta com a outra (a n.º 122) sobre o financiamento das autarquias, verificamos que 20% das receitas são retiradas às freguesias, qualquer coisa como quarenta milhões de euros (só assim, de uma penada!). Quando se esperava que as novas competências viessem engrandecer os órgãos das freguesias, quando se lhes está a dar escalas, retiram-se os meios. Já o foi aqui dito e percebemos que pouco mais se acrescenta do que coisas menores, como as licenças de cão.

Relativamente à organização das autarquias percebemos que a proposta é uma intromissão inaceitável na gestão da câmara e é feita de uma forma exaustiva. A indicação do número de elementos dos gabinetes de apoio ao presidente e à vereação. Ou seja, deixam passar – sem definir as atribuições das autarquias – mas depois, no número de elementos que compõem estes gabinetes de apoio são muito claros. Ora, isso é uma intromissão absolutamente inimaginável no que é a competência da organização dos serviços internos de cada autarquia.

Quando, por um lado, se reduz tudo - e se reduz de uma forma ridícula, demagógica, populista como esta tentação de querer dizer quantos elementos fazem parte de cada gabinete –, por outro lado criam-se as entidades intermunicipais e com elas, a nível nacional, aí vai umas dezenas de cargos dourados.

Ou seja, estes novos lugares veem trair a confiança dos cidadãos que de boa-fé apoiaram a redução dos cargos dirigentes nas autarquias locais. Como o concurso que foi aberto na Câmara Municipal de Leiria e que resulta dessa reorganização, já dentro deste modelo. E também traíram a confiança dos que viabilizaram uma racionalização do setor empresarial local (leia-se extinção da Leirisport).

Vimos agora o Governo, com toda a ousadia, apresentar uma proposta que cria dezenas de cargos remunerados, sem qualquer eficácia. Estima-se que isto tenha um acréscimo de cerca de três milhões de euros/ano.



Por outro lado, esvaziam-se de competências as próprias câmaras municipais. Porquê? As entidades intermunicipais passam a ter competências tributárias obrigatórias. Mas a proposta de lei não diz se essa proposta da entidade intermunicipal é ou não vinculativa. Mais uma vez estamos perante uma medida que viola princípios da autonomia do poder local, desresponsabiliza os eleitos locais e retira competências que hoje são das câmaras municipais.

Acresce ainda que esta proposta esquece que as entidades intermunicipais, para o seu funcionamento, têm que ter mecanismos de financiamento. Não está previsto! O Estado desvincula-se dessa obrigação que, desde logo, vai colocar em causa o seu próprio funcionamento.

Relativamente ao que é a matéria de associativismo, viola logo o próprio conceito. Ou seja, os Municípios deixam de se associar por vontade das partes mas a legislação define o associativismo impositivo, com base nas NUT´s 3. Recordo que já existe uma proposta, em que aquilo que era inicialmente a intenção do Município de Ourém vir para a NUT Pinhal Litoral (que agora passa a ter uma composição diferente), automaticamente caiu e não está previsto. Ourém passa a fazer parte da outra NUT e isto tem consequências, necessariamente em matéria da marca de turismo Leiria/Fátima e noutras matérias, tanto pela proximidade como pela relação que existe entre as comunidades.

No entendimento do Partido Socialista, esta proposta – para além de ser um ataque ao poder local – introduz maiores limitações e restrições à sua autonomia, que é constitucionalmente consagrada.

É um grave retrocesso na nossa vida democrática, para além dos outros que temos vindo a assistir nos últimos tempos, nomeadamente a lei dos compromissos, a redução de cargos dirigentes da forma como foram feitos e da situação do setor empresarial local. Sobretudo trai a confiança dos cidadãos que viabilizaram propostas no sentido da racionalização da despesa e da eficácia do funcionamento. Vimos agora que, de facto, o PS tinha razão quando não quis integrar o grupo para estudar a agregação de freguesias. O que vinha aí era muito pior. O Governo apenas queria embrulhar num pacote mais vasto a agregação de freguesias mas o que pretendia, nas entrelinhas, era viabilizar um conjunto de diplomas que traia princípios que ele próprio enunciou.

Muito obrigada.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Esta proposta é a proposta do Governo PSD e é a que está em cima da mesa.

O Governo tem toda a legitimidade para a apresentar.

Tentei ver qual é a proposta do Partido Socialista sobre esta matéria. Não a encontrei em lado nenhum. Porque o PS demitiu-se de discutir seja o que for. Eu sei que as eleições estão aí à porta e é preferível não tomar posição nenhuma do que tomar posições, para ver se capitalizamos nas eleições.

Não há proposta nenhuma do Partido Socialista sobre esta matéria.

O Partido Socialista, infelizmente para todos nós e para o país, demitiu-se de apresentar sugestões e recusa-se a falar e a fazer propostas. Fala na generalidade, critica muito mas nada de objetivo.

É verdade que existe o céu e o inferno; o limbo para as crianças e o purgatório para os adultos. E é verdade que para sair do limbo ou do purgatório é preciso rezar pelas almas.

De facto já estou não a rezar pelas almas mas a rezar pela pele de alguns porque há coisas que são demais! Mas todos temos que dar o nosso contributo e o PS não pode optar pela forma fácil de não dar o seu contributo. E não tem dado! E tem essa responsabilidade, até pela situação que vivemos, maioritariamente criada pelo Partido Socialista.

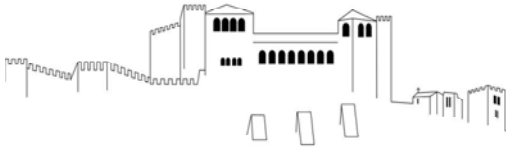
O PSD vai usar de toda a liberdade nesta votação e eu, para não voltar aqui, vou já dizer-vos que vou votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, que me parece muito oportuna e muito equilibrada.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Só lhe recomendo que reveja a sua escatologia, que está algo desatualizada.

Senhor deputado Vitor Lourenço.



## **DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Serei brevíssimo.

Em jeito de comentário, naturalmente que a nossa companheira, deputada e amiga Odete João está no berço da nossa casa legislativa e, portanto, tem muito mais informação do que nós para comentar. Agradeço-lhe algumas das observações que fez pois não conhecia.

Apenas conheço, não li com profundidade, o parecer da Associação Nacional de Municípios. Se não o leram, recomendo que leiam pois é muito importante. Nós somos membros de uma Assembleia Municipal. Temos aqui o *apport* da nossa deputada nacional, que vem sempre às sessões da Assembleia - e é um benefício que temos – pois transmite-nos informações que não conhecemos.

Não discutimos este assunto e não sabíamos qual era a temática que iria ser abordada nesta proposta e não pudemos discuti-la como grupo.

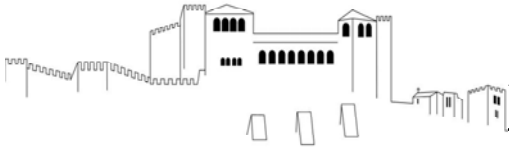
Diria que o que a Associação Nacional de Municípios defendeu sobre esta matéria é aquilo que eu, pessoalmente, defenderei. Já o li, numa leitura muito ligeira e muito superficial, e parece-me que é muito crítica, muito dura acerca de algumas questões. Esta questão da defesa do poder local, nomeadamente do municipalismo como a génese, o cimento da nação, ultrapassa todas as conjunturas que ciclicamente vamos vivendo. É muito mais forte que tudo isso e eu, umbilicalmente municipalista, diria que seguirei – se tivermos que dar opinião ou votarmos sobre este assunto na Assembleia Municipal – esse parecer e novamente recomendo que o leiam. É um documento muito extenso mas está, como se diz em linguagem popular, *cinco estrelas*.

Obrigado ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira pelo convite pois ontem não tive a oportunidade de o fazer. Julgo que daqui a um ano voltaremos à Freguesia da Barreira como freguesia, e daqui a dois anos e daqui a dez anos.

Talvez nada tenha entendido da discussão, desde o famoso e famigerado *Livro Verde* até à lei que está aprovada. Eu não percebo que as freguesias sejam extintas! Elas continuam a existir, todas! A gestão das freguesias é que muda. Eu entendi a lei assim senhor Presidente da Junta e estou a falar diretamente para si. Essa amargura de que vai acabar... comemora duzentos e setenta e cinco anos?

Há-de fazer os mil anos e ela não acabará.

Muito obrigado.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

O senhor deputado José Peixoto, que pediu o agendamento do ponto, pretende usar da palavra? Não.

O senhor deputado Carlos Guerra pretende usar da palavra? Sim.

É que depois passarei à leitura das duas moções, sucessivamente, e colocá-las-ei à votação.

Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Vou ser muito breve.

Fala-se aqui que o PSD é que trabalha, manda legislação cá para fora e o PS não faz nada.

Relativamente ao poder local, o Governo tem feito legislação para destruir Abril! É o que tem feito. É a lei das finanças locais, foi a lei das freguesias, vai ser esta proposta de lei.

Em que é que querem que os outros partidos contribuam?

Contribuem, mas na negativa!

Estão sempre abertos ao diálogo mas impõem sempre o que eles definem!

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhora deputada Odete João, para uma segunda intervenção, embora – deixe-me dizer-lhe que estou a infringir uma regra que eu próprio impus (e assumo) – os proponentes são os últimos a falar e depois deles não fala mais ninguém.

Já lhe dei a palavra, faça favor.

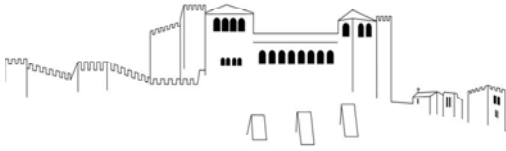
**DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Odete João, Partido Socialista.

Apenas para prestar um esclarecimento.

Quando uma proposta é consensualizada ou tem uma base de trabalho que permite limar um conjunto de arestas, o PS nunca se recusou a trabalhá-la. Foi assim com o setor empresarial local, ou com os cargos dirigentes.

No entanto, regista-se que todas as propostas de alteração apresentadas na especialidade pelo PS foram reprovadas, exceto duas ou três insignificantes. Assim aconteceu com os cargos de dirigentes das autarquias locais.



Mas quando uma proposta, à partida – desculpem-me o termo – *não tem ponta por onde se lhe pegue*, acham que merece algum remendo? Não é possível porque ela, de facto, por mais que se procure emendar, está ferida nos seus princípios e na conceção. E aí não há solução.

Desculpe-me senhor deputado, não vou dizer que o aconselho porque a palavra foi muito mal interpretada há bocado, mas vale a pena ler os contributos do PS nestas matérias.

Lembrar também que se deveria ter começado pela lei eleitoral e aí o PSD e o CDS não se entenderam para a apresentar e o PSD – em 2006 – quebrou o acordo que tinha com o PS para esta ser preparada.

Muito obrigada.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Vou então ler as duas moções.

Começarei por aquela que tem que ver com o ponto agendado, ou seja, a do Bloco de Esquerda. Não foi a primeira a ser apresentada mas foi quem requereu o agendamento. Parece-me que deve ser assim e depois lerei a moção apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra, do PCP.

Bloco de Esquerda, leio apenas a conclusão:

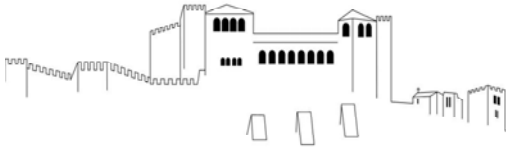
*"Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Fevereiro, com continuação no dia 01 de março de 2013, delibera:*

- a) Manifestar a sua vontade em que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;*
- b) Expressar o seu desacordo com a supressão prevista na Proposta de Lei n.º 104/XII da possibilidade de apresentação de moções de censura aos executivos autárquicos;*
- c) Manifestar a sua discordância pela diminuição da responsabilização política e do poder de fiscalização democrática dos órgãos deliberativos das autarquias."*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?



**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com quatro abstenções, aprovar a moção apresentada pelo senhor deputado José Peixoto Henriques, do Bloco de Esquerda.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Vou ler a moção apresentada pelo PCP.

*“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Fevereiro de 2013, delibera:*

*1.º - Repudiar a eliminação de freguesias e reclamar a inversão do processo no sentido da real aproximação aos eleitores e da pronta resolução dos seus problemas;*

*2.º - Rejeitar a ingerência governamental na gestão dos assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar limitações à autonomia dos Municípios e das freguesias, especialmente através da tutela de reguladores e de pseudogestores sem legitimidade democrática direta;*

*3.º - Rejeitar o esvaziamento dos Municípios inscrito na proposta de legislação sobre atribuições e competências, inseparável do projeto de liquidação de Municípios presente no pacto subscrito pelas troikas;*

*4.º - Manifestar a sua oposição ao esbulho sistemático de recursos financeiros e ao acréscimo de encargos e exigir a progressiva reposição da capacidade financeira dos Municípios, o alargamento dos recursos do Estado afetos às freguesias, o fim das consignações e a uma distribuição equitativa e transparente.*

*5.º - Reafirmar o seu empenho na defesa do serviço público sob controlo democrático, do Poder Local Democrático e, sobretudo, das populações que representa.”*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com três votos contra e quinze abstenções, aprovar a moção apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra, do PCP.**



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Passamos ao ponto número dezasseis.

**16. PLANO DE PORMENOR DO ARRABALDE DA PONTE – Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Decorre da publicação das alterações à delimitação da Reserva Ecológica Nacional e, nesse sentido, depois do parecer favorável, remetemos agora à Assembleia Municipal o Plano de Pormenor de Arrabalde da Ponte, incluindo a respetiva alteração.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Quem pretende inscrever-se?

Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

O que vou dizer não tem a ver com o ponto que estamos a discutir mas sim com o Diário da República que nós recebemos. É que já não sei se estamos aqui a discutir Cantanhede ou Leiria!

Parece que na CCR (os deuses que estão lá em cima) fazem asneiras destas e no próprio diploma que menciona o Plano Diretor Municipal de Cantanhede, aparece Cantanhede e Leiria.

É só um pequeno à parte.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para responder.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)**

Só se for alguma agregação da Câmara que desconhecemos!

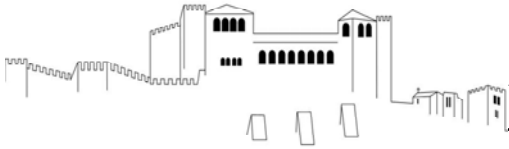
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Vou colocar à votação o *“PLANO DE PORMENOR DO ARRABALDE DA PONTE”*.

Quem vota contra?

Quem se abstém?





**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, nos termos do artigo 79.º do RJIGT, na última redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar o Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Entendemo-nos também, na reunião de ontem, no sentido de que temos que responder antes de treze de março ao pedido da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

**17. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Designação de quatro cidadãos eleitores para o biénio 2013/2015.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Atenção, não são membros da Assembleia Municipal, ou melhor, não têm que ser. São quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal.

Até agora os quatro cidadãos eleitores indicados pela Assembleia Municipal de Leiria eram:

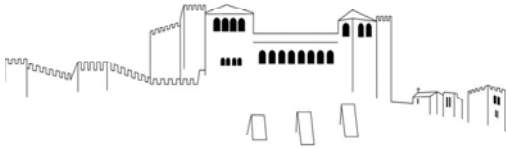
- A senhora deputada Laura Esperança, na área de formação ou outras relações humanas e comunicação organizacional;
- A senhora deputada Sílvia Lopes, na área de serviço social;
- O senhor deputado Vitorino Pereira, na área de direito;
- A senhora deputada Maria Clara Monteiro, na área de pedagogia.

Pergunto se, porventura, os grupos pretendem introduzir alguma alteração. Sim.

Se houver alguma proposta diferente teremos que submeter a votação os nomes, individualmente. Este foi o entendimento a que chegámos na última vez que o fizemos. Não vejo ninguém a manifestar oposição.

O grupo do Partido Socialista mantém e o grupo do PSD solicita alteração, indicando a senhora deputada Fátima Sismeiro.

Se ninguém suscitar o problema da votação secreta, assumo que é uma proposta consensualizada na Assembleia. Se um ou uma deputada municipal suscitar o problema da votação secreta, vamos passar à votação.



Fica então consensualizado.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, designar os seguintes cidadãos eleitores, para o biénio 2013/2015:**

**- A senhora deputada Fátima Sismeiro, na área de formação ou outras relações humanas e comunicação organizacional;**

**- A senhora deputada Sílvia Lopes, na área de serviço social;**

**- O senhor deputado Vitorino Pereira, na área de direito;**

**- A senhora deputada Maria Clara Monteiro, na área de pedagogia.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

A Câmara solicita a aprovação, em minuta, de todos os pontos da ordem de trabalhos, com exceção dos pontos números um, catorze e quinze.

Já assumimos, numa sessão, que nem é preciso falar nisto porque consta dos verbetes e ao votarmos estamos a concordar (também) com a aprovação em minuta.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por unanimidade, todos os pontos da ordem de trabalhos, com exceção do ponto número um, catorze e quinze, da ata em minuta, para efeitos imediatos.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (CARLOS ANDRÉ)**

Última questão.

Vou convocar a próxima sessão da Assembleia Municipal para – dependendo do número de pontos que apareçam na ordem de trabalhos – ou dezanove de abril (uma sexta feira) ou vinte de abril (que é um sábado).

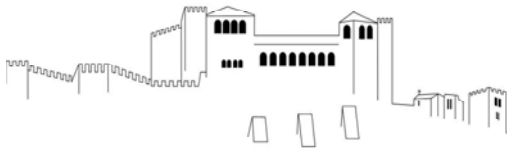
Se a ordem for vasta, será a vinte de abril;

Se a ordem for pequena, será a dezanove de abril.

Convocarei, para essa mesma data, duas sessões da Assembleia Municipal, sendo que a segunda, virá na convocatória que será imediatamente a seguir à primeira, para eleição do Presidente da Assembleia Municipal.

Vou renunciar ao meu mandato de deputado municipal e ao mandato de Presidente da Assembleia Municipal, a partir do final da primeira dessas duas sessões.

Apresentarei a competente declaração de renúncia, o que significa que – nos termos da lei – haverá uma sessão a seguir e por isso a deixo imediatamente convocada, para que depois não se crie um vazio pois coincidirá com a realização próxima das comemorações do 25 de Abril e das festas da cidade, para que esta



Assembleia não esteja representada por um primeiro secretário em função mas sim pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Direi depois o que tenho a dizer mas para que ninguém fique com *suspense*, a razão por que renuncio ao meu mandato é porque aceitei um convite de natureza profissional e vou exercer um cargo de direção de uma instituição de ensino superior, fora do país, no extremo oriente.

Seria absurdo suspender o meu mandato porque, de facto, não posso continuar a desempenhá-lo e é essa a razão de ser, para que não fique nenhuma reserva em relação a este assunto.

Desejo a todas e a todos um bom fim-de-semana.

Boa noite.

Até abril.

#### ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 18.54 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente ata, que eu, Maria Manuela Baptista Vieira, coordenadora técnica, transcrevi e subscrevo. -----

#### APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de vinte e sete de abril de 2013, deliberou por maioria, com três abstenções, aprovar a ata.-----

#### **O Presidente da Assembleia**

Carlos Manuel Bernardo Ascenso André

#### **A Coordenadora Técnica**

Manuela Vieira